

Eliana da Silva Benguela

**Interrogações sobre o Autismo e o Ato de Negação
na Constituição do Sujeito**

MESTRADO EM LINGÜÍSTICA

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2006

Eliana da Silva Benguela

**Interrogações sobre o Autismo e o Ato de Negação
na Constituição do Sujeito**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do
Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade Estadual de Campinas
como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Lingüística

Orientadora:
Profa. Nina Virgínia de Araújo Leite

Banca Examinadora:
Profa. Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite
Profa. Dra. Maria Fausta Pereira de Castro
Profa. Dra. Maria Rita Salzano Moraes

Suplentes:
Profa. Dra. Cláudia Thereza Guimarães de Lemos
Prof. Dr. José Guillermo Milan-Ramos

UNICAMP
Instituto de Estudos da Linguagem
2006

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	TI UNICAMP
	B436i
	69743
PROJ.	16 P.00123.06
PREÇO	11,00
DATA	23/08/06
Nº CPD	

BIB ID: 386043

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

B436i

Benguela, Eliana da Silva.

Interrogações sobre o autismo e o ato de negação na constituição do sujeito / Eliana da Silva Benguela. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientador : Nina Virgínia de Araújo Leite.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Lacan, Jacques, 1901-1981. 3. Autismo. 4. Negação. 5. Psicanálise. I. Leite, Nina Virgínia de Araújo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Interrogations about the autistic and the act of negation in subject's constitution.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Freud, Sigmund, 1856-1939; Lacan, Jacques, 1901-1981; Autistic; Negation; Psychoanalysis.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Mestre em Lingüística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite (orientador), Profa. Dra. Maria Fausta Pereira de Castro e Profa. Dra. Maria Rita Salzano Moraes.

Data da defesa: 17/02/2006.

Este exemplar e a redação final da tese defendida por ELIANA DA SILVA BENGUELA

e aprovada pela Comissão Julgadora em 17/02/2006.

[Assinatura]

A Terena e Cecília, que renovam a alegria de viver.

Agradecimentos

A Nina Leite, porque mais do que a orientação, a sua escuta me possibilitou encontrar um tema de meu interesse; e também pelo acolhimento e transmissão generosa da psicanálise;

A Cláudia de Lemos, pela leitura cuidadosa e observações precisas, mas principalmente por sua fala restauradora do desejo;

A Maria Fausta P. de Castro, por possibilitar o diálogo entre a lingüística e a psicanálise, pela leitura minuciosa e questões apresentadas na qualificação;

A Maria Rita Salzano, pela presença amiga e prontidão em apresentar textos fundamentais para este trabalho;

Aos amigos do SEMASOMa: pelo lugar de troca, pelo prazer nos estudos e desejo de continuarmos juntos;

A Suely Aires, que esteve ao meu lado, sabendo ouvir e dizer coisas preciosas;

A Ana Clélia Rocha, com quem compartilhei questões da vida e da clínica, aprendendo a desamarrar os laços da teoria;

A Adela Stoopel, que me acolheu em seu grupo em um momento tão necessário, e onde encontrei uma forma valiosa e rara de transmissão;

A Viviane Veras, pela revisão sensível às questões psicanalíticas;

Ao Sidney, companheiro neste percurso, por sempre ter acreditado que seria possível;

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Resumo

Este trabalho partiu de algumas indagações surgidas da clínica com crianças autistas; indagações que remetiam à própria questão da constituição do sujeito na linguagem e que não se esclareciam somente no entendimento e na definição da patologia. A negação apresentou-se como uma possibilidade de interrogar tanto as falas ecológicas, que surgem nesses casos, quanto o que é percebido na clínica como uma exclusão do Outro. Esses aspectos pareciam relacionados à impossibilidade de essas crianças articularem seja uma recusa seja um apelo. Considerei que a hipótese de uma exclusão do Outro se revelava paradoxal em relação à suposição de uma ausência de subjetividade nos autismos. Apresentada por Freud no artigo *Die Verneinung* (1925), a negação proporcionou um entendimento da articulação entre o dentro e o fora na estruturação do sujeito e do inconsciente na linguagem; pontos fundamentais para pensarmos a articulação corporealinguagem. O retorno ao texto freudiano – no qual encontramos questões que envolvem a psicanálise, a lingüística e a filosofia, em relação à própria concepção de existência – parte de um diálogo entre Lacan e Hyppolite (1954), em que o estudo da negação é relacionado a uma simbolização primordial que se traduz como uma forma de desconhecimento e que se apresentou como um caminho de entendimento da função da falta e do vazio na estruturação do inconsciente e da entrada do Outro no discurso. Nas operações de alienação e separação (Lacan: 1964), foi situada a entrada do significante, a partir do campo do Outro, como operador de uma borda necessária ao estabelecimento de um circuito pulsional e de uma escolha forçada que se apresenta na captura do sujeito na linguagem, em que uma perda é necessária: a perda do puro vivo. Para pensar a negação em relação à captura da criança na linguagem, também foram trazidas questões levantadas por Freud em *Além do Princípio de Prazer*, em que se encena um jogo de presença e ausência (instituído pelos significantes *Fort-Da*) que, articulados por um circuito de demandas e sua relação com a função do desconhecimento, levou a um estudo sobre o transitivismo. Retomo ainda alguns problemas já levantados nos estudos da negação na aquisição de linguagem, em relação às dificuldades encontradas nas tentativas de estabelecimento das etapas de seu desenvolvimento lingüístico, que acabam descartando a singularidade dos casos e delegam ao campo psicológico as explicações necessárias. Diferentemente, a psicanálise apresenta-se como um lugar de reflexão sobre a negação, a partir da questão dos fragmentos da fala do outro que surgem na fala da criança e da dessimetria que aí se apresenta. Assim, este trabalho propõe uma visada do ato de negação como possibilidade de incorporação da fala do outro; em contraposição à fala ecológica apresentada nos autismos, na qual não percebemos uma articulação corporealinguagem.

Abstract

This paper is based on questions related to subjective constitution in language from a clinical approach to autistic children; a psychoanalytical treatment that does not rely on comprehension or previous definition of the pathology. Negation was seen as a possibility of examining both echolalic speech – which is typical in these cases – and what is experienced in clinical treatment as the Other's exclusion. This aspect seems to be related to the children's impossibility of bringing forth a denial and an appeal. I considered that the hypothesis of the Other's exclusion was paradoxically presented in relation to the supposition of absence of subjectivity in autistic children. Negation appears in psychoanalytical literature with Freud's *Die Verneinung* (1925), an article that provided the understanding of inside and outside articulation in the subject and the unconscious constitution in language, which is fundamental to approach bodylanguage. A return to Freud's article started with a dialogue established between Lacan and Hyppolite in 1954 raising questions that relate psychoanalysis, philosophy and linguistics to the conception of existence. The study associates negation to a primordial symbolization which is translated as unknown and revealed as a way of understanding the functions of lack and void in the structuration of unconscious and the Other's entrance into the discourse. These questions were also reviewed in relation to anguish, announcing a reflection on the possibilities of managing the transferential relationship in the clinic with autistic children. The concepts of alienation and separation proposed by Lacan in 1964 situated the entrance of the significant coming from the Other's field and described its consequences on the establishment of an instinctual circuit and the production of a forced choice which is present in the capture of the speaking subject – the necessary loss of the pure alive dimension (the organism). In order to analyse negation in relation the child's capture by language, the present work focuses on questions which were assumed by Freud in *Beyond the principle pleasure* (1920) especially the observation on the presence and absence play instituted by the significant pair: *Fort-Da*. These games which are articulated by a demand circuit in relation to the unknown lead to a study about transitivity. This paper also returns to some questions which have already been analysed in studies on negation in language acquisition concerning the problems that have been faced on trying to establish stages on language development, which end up putting aside the singularity of each case and delegating explanation to the field of Psychology. Unlike Psychology, Psychoanalysis is viewed as a place in which reflection about negation can be advanced taking into account questions about the speech fragments of the Other present in child's speech. Finally, this paper aims at examining the act of negation as a possibility of incorporating the other's speech, while echolalic speech is presented as not revealing any bodylanguage articulation.

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1	
O que é o autismo: da patologia a uma hipótese sobre a estruturação subjetiva..	07
Capítulo 2	
O conceito de negação em Freud: sobre o uso do termo.....	11
Capítulo 3	
A “DieVerneinung”.....	19
3.1. O Artigo de Freud.....	19
3.2. Lacan e Hyppolite.....	23
3.3. Hegel e a negação em Lacan: o Outro.....	37
Capítulo 4	
A negação e a estruturação subjetiva.....	47
Capítulo 5	
Sobre as formas de negar na psicanálise.....	65
5.1. A Denegação e o Recalque.....	67
5.2. A Recusa (Verleugnung).....	68
5.3. Rejeição ou Repúdio (Verwerfung/Forclusion).....	80
Capítulo 6	
Presença e ausência: a estruturação em torno de uma hiância	89
6.1. O Fort-Da	89
6.2. O Transativismo.....	96
Capítulo 7	
Os autismos: a teoria e a clínica.....	101
Capítulo 8	
As questões clínicas: refletindo sobre algumas experiências.....	107
8.1. A Menina e a Voz.....	108
8.2. Atrás do Espelho.....	110
8.3. Uma Criança Adormecida.....	113
8.4. Um Caso: Uma Transferência.....	116
Capítulo 9	
A negação e a captura na linguagem.....	135
Conclu-indo	147
Bibliografia.....	155

INTRODUÇÃO

Entre o desejo e a aposta, este trabalho faz parte de um percurso balizado por reflexões sobre algumas experiências com atendimento de crianças diagnosticadas como autistas. Entre surpresas, fracassos e sucessos que relançam questionamentos e renovam perspectivas clínicas, a ausência de constituição subjetiva apresenta-se como uma interrogação à psicanálise sobre a estruturação do sujeito do inconsciente na linguagem, uma vez que nos deparamos, nessa clínica, com crianças que apresentam uma fala com entonação fixa, repetitiva e acoplada na sua própria sonoridade.

O que associou minhas interrogações à questão do ato de negação foi o fato de que, mesmo quando essas crianças apresentam-se como falantes, não podemos perceber a articulação de um apelo ou de uma recusa. Por outro lado, a “escolha” de afastar-se das pessoas (manifesta nessas crianças) colocou a seguinte dúvida: estão negando, recusando ou rejeitando a presença de um outro? Considerei que isso poderia ser uma forma de evitar contato e que não devia ser reduzida à simples falta de percepção de uma presença, visto que, mesmo não sendo possível dizer que algo no nível da existência está suposto para os autistas a partir de uma posição de sujeito, a presença de um outro parece ter um efeito sobre eles. Afinal, se evidenciamos uma forma de afastamento é porque algo de insuportável se precipita e que, por isso mesmo, não é possível tratá-lo como mera indiferença.

Algumas teorizações psicanalíticas entendem o autismo como uma espécie de fechamento, como defesa associada a uma perda traumática. Acredito que é importante rever esse ponto de vista em relação ao que se considera efeito de uma perda na psicanálise – o que nos conduz a perguntar se é possível afirmar que nos autismos há uma exclusão do Outro.

Jerusalinsky diz que a criança autista duplica a repetição de uma demanda de exclusão que o Outro lhe propõe:

A diferença com o autismo é que a ausência de uma inscrição coloca a criança, a respeito da demanda do Outro, a receber essa

demanda na posição de repetição de exclusão. Por isso que o autista recebe qualquer manifestação do laço social, seja de modo direto ou indireto, como demanda de ausentificação.(1993, p. 64)

Partindo dessa afirmação, temos que interrogar uma exclusão que se faz pela colocação do Outro no lugar de morto, mas sem estar em uma oposição ao lugar de vivo, pois nenhuma intenção ou sentido podem ser supostos à ação de uma criança autista. Contudo, uma questão como: *será que quando essas crianças apresentam uma fala ecológica podemos supor aí um sentido de anular o lugar do Outro?* implica investigar as conseqüências de considerar uma patologia em que a fala é entendida como desarticulada de uma condição subjetiva e, ao mesmo tempo, propor um tratamento psicanalítico – investigação a que dou início neste trabalho, mas que demanda estudos futuros, envolvendo a discussão da possibilidade de estabelecimento de uma relação de transferência na clínica.

A existência do lugar do Outro não pode ser considerada simplesmente a partir de uma realidade já dada, pois mesmo a constituição do outro como semelhante implica que uma operação de corte significativa já esteja instaurada. O artigo de Freud sobre a *negação* “*Die Verneinung*” e sua retomada por Lacan apresenta pontos fundamentais para pensarmos o próprio conceito de realidade a partir do juízo de atribuição e do juízo de existência. Na negação encontramos a própria suposição da origem do pensamento e de que a articulação do dentro-fora no corpo escapa a uma concepção da separação entre objetivo e o subjetivo anterior à constituição do “eu”.

Com o entendimento da negação e do recalque, pretendo esclarecer que a entrada na linguagem não está simplesmente submetida a um processo mediador de uma realidade, mas envolve processos dessimétricos, em que é a visada do Outro que coloca a possibilidade da função da fala. Isso em contraposição à fala ecológica que se apresenta nos autismos, em que estão excluídos quaisquer desencontros, desacordos ou equívocos que marcam a presença do Outro no discurso.

Procuro refletir sobre a existência de alguma relação entre a forma como as crianças autistas se relacionam com os objetos pulsionais e a forma como se situam na linguagem. Essas questões são desenvolvidas levando em conta o modo como se organizam as atividades vitais dessas crianças. A clínica mostra que a alimentação, por exemplo, é uma atividade que se apresenta relacionada à emergência de aspectos singulares, que evidenciam a impossibilidade da articulação corporeolinguagem¹. Muitas vezes observamos que algo impede a criança de estruturar em torno das mamadas o que deveria ser o suporte inicial da atividade oral: o apelo e a recusa. No trabalho de Freud sobre a negação encontramos formulações fundamentais para pensar essa problemática, uma vez que o autor analisa os atos de engolir e cuspir como fazendo parte do juízo de atribuição.

Outro ponto importante de ancoragem da questão colocada acima diz respeito à forma como o olhar é descrito na literatura sobre os autismos. A partir de Kanner (1943) – que definiu o quadro como patologia –, encontramos a descrição de crianças que apresentam um olhar vazio, que parece atravessar o outro, e essa constatação levou ao estudo da constituição da imagem no espelho plano elaborada por Lacan, abordada no capítulo 7, no qual abordo a teoria e a clínica com os autismos.

Para refletir sobre as questões aqui levantadas, retomo algumas de minhas experiências, especialmente alguns fragmentos do caso de uma criança que atendi durante três anos, no qual foi possível observar uma significativa mudança na forma de olhar durante o tratamento: uma mudança associada à emergência de um endereçamento na fala. Inicialmente, essa criança apresentava uma fala repetitiva e ecológica, mas durante o tratamento houve irrupções de falas destoantes do quadro inicial apresentado, até que no período final do atendimento surpreendi-me com a seguinte fala:

¹ Forma apresentada por Ana Maria Medeiros da Costa (2003) para escrever criticamente a dicotomia que se apresenta nas tentativas de tratar a inter-relação corpo e linguagem sem superar a oposição que aí já está colocada. A questão foi trazida no trabalho apresentado na IV Jornada Corpo e Linguagem: “Algumas Reflexões Sobre a inscrição da Letra”, artigo publicado in Nina V. A Leite (orgs) *Corporeolinguagem Gestos e Afetos*. Campinas, Mercado das Letras.

“–Psicóloga, tem uma coisa que você não sabe, um homem morreu”.

No mesmo período, a mãe também se surpreende quando a criança lhe diz:

“–Mãe, você não está vendo que eu estou brincando”.

Nas duas frases, a concepção, a idéia de existência das coisas, surgiu articulada à suposição de uma exclusão no campo da percepção do outro. Essas mudanças envolveram uma fase no atendimento da criança em que ela vinha demonstrando um interesse e um prazer em relatar acontecimentos.

Entre o início do tratamento e o surgimento dessas falas existe um longo percurso, mas sua importância deve-se ao fato de me terem feito pensar que realmente alguma mudança havia ocorrido. A clínica com crianças que apresentam patologias graves coloca uma dificuldade: a de o analista não cair em uma fantasia quanto aos seus resultados; razão de meu interesse em situar no campo psicanalítico essa possibilidade surgida de se dirigir ao Outro a partir de uma fala que negativiza o saber e barra sua posição de olhar.

Essas questões ganharam maior densidade e encaminhamento a partir do estudo do artigo “*Die Verneinung*”. Esse artigo – escrito por Freud em um momento importante da formulação da segunda tópica, da concepção do funcionamento da pulsão de morte e do além do princípio do prazer – tem uma importância fundamental no retorno de Lacan e possibilita entender sua afirmação de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem.

Partindo de interrogações sobre a negação e a constituição subjetiva na linguagem, minhas questões em relação ao autismo deixaram de se ancorar prioritariamente na definição da patologia. Considerar que as mudanças e a conquista de uma condição subjetiva podem surgir associadas à forma de apropriação das negativas permite uma leitura do quadro em relação à própria estruturação de sujeito e abre a possibilidade de apostar em um tratamento.

A suposição da importância do ato de negar na estruturação do sujeito na linguagem e na articulação de uma fala própria também decorre do fato de ser

comum uma preferência (ou mesmo uma insistência) das crianças pequenas por negações, muitas vezes fora de um contexto lógico. Por exemplo: certa vez um amigo comenta comigo a predileção de seu filho de dois anos por esse tipo de resposta, contando o diálogo ocorrido quando ele chega a uma festa:

P: Pedrinho, você veio na festa?! R: Não.

Partindo da negação, percebemos pontos de convergência entre a aquisição de linguagem e a própria constituição do sujeito. Embora este trabalho se concentre no estudo da negação na psicanálise, retomo no último capítulo questões apresentadas nos estudos de De Lemos e de Pereira de Castro, que apontam a necessidade de pensar a negação na fala das crianças a partir da forma como incorporam os fragmentos da fala do Outro, que deverão ser aprofundados em outra oportunidade.

A negação vem colocar a importância do entendimento da forma como as crianças articulam as oposições na linguagem, considerado o sentido e o ponto de vista fonemático². Investigação necessária tanto no campo da lingüística quanto no da psicanálise, mas que neste trabalho está mais centrada nos estudos do jogo do *Fort-Da*, relatado por Freud e relido por Lacan, para refletir sobre as falas ecológicas. Proponho-me pensar, a partir do *Fort-Da*, o papel da negação na entrada da criança na linguagem e as possibilidades de articular um discurso que estruture uma subjetividade, enfocando os relançamentos da linguagem entre a presença e a ausência, não no sentido de instaurar a positividade de um objeto, mas de inseri-lo como algo que coloca a demanda no nível do impossível. Estou considerando a negação como articuladora de um impossível.

De que forma a negação articularia esse impossível? Instaurando-o, cavando-o, ou repetindo-o? Eis aí uma matéria que exige reflexão a partir das

² No texto de Lacan "A Instância da Letra no Inconsciente" (Escritos, p. 504), a questão da oposição fonemática trazida por Lacan parte da descoberta na lingüística de que as unidades significantes estão submetidas a uma lei que as coloca em relações diferenciais. Esses elementos são os fonemas, em que não se pode buscar nenhuma constância fonética.

várias formas de negação encontradas na psicanálise. Neste trabalho, seu interesse reside na possibilidade de pensar um ato de negação como articulador de um intervalo temporal que incide sobre o corpo e que antecipa um sujeito.

Como meu interesse é entender as possibilidades de estruturação subjetiva indo além da antítese patologia-normalidade, tive que recorrer às questões que envolvem os operadores da clínica psicanalítica: a transferência e a angústia. A consideração desses operadores clínicos levou-me a certo salto teórico impulsionado pelas questões trazidas por Lacan em 1954 sobre a “Verneinung”, articuladas a questões sobre a função da falta e o *objeto a*, apresentadas por Lacan no seminário X (1962-63); o que quer dizer que muito deste percurso deverá ser retomado posteriormente e que este trabalho tem o sentido preciso de abrir questões.

Capítulo 1

O QUE É O AUTISMO: DA PATOLOGIA A UMA HIPÓTESE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO SUBJETIVA

O autismo ainda é para mim uma interrogação. O autismo veio a nomear o retorno dos limites de nossa compreensão, quando nos deparamos com uma criança que não apresenta sinais de subjetividade. Trata-se de uma patologia que se define mais pelo que não é que pelo que apresenta, restando-nos a questão do que pode vir a ser uma criança que receba tal diagnóstico.

Primeiramente, temos que partir do fato de que, como patologia, o autismo se instala numa discussão sobre o que seria prevalente nas doenças mentais: o fator orgânico ou fatores externos, os últimos envolvendo tanto os incidentes traumáticos como fatores psicossociais. A defesa de hipóteses associadas ao autismo, sustentadas em alterações químicas e cerebrais, passam a ter um caráter político, e mesmo ideológico, quando tentam forjar traços comuns que tratem o autismo como algo apreensível no nível de um saber e que, em vez de possibilitar a abertura de perspectivas, podem impor uma prática que, como já nos disse F. Dolto (1995), tem mais a ver com o adestramento.

Por outro lado, se retomamos o diagnóstico de autismo, como foi primeiramente definido por Kanner (1943), percebemos que os fatores linguagem e subjetividade são em grande parte os índices que o levam a conceber o quadro. Assim, inicio apresentando um resumo dos critérios de diagnóstico que resultou do estudo que esse pesquisador realizou com onze crianças.

- Incapacidade para vincular-se de maneira ordinária com pessoas e situações.
- Incapacidade para adotar uma postura antecipatória frente às pessoas.
- Nenhuma linguagem ou incapacidade de empregar a linguagem de maneira significativa.
- Excelente memória mecânica.

- Repetição de pronomes pessoais tal como são ouvidos.
- Repetição não só das palavras como da entonação da pessoa com quem fala.
- Recusa de comida
- Reação de horror a ruídos fortes e objetos em movimento.
- Atitudes monotonamente repetitivas e necessidade de manter as coisas sempre iguais.
- Boa relação com objetos que lhe interessam, podendo jogar com eles durante horas.
- Todos (os 11 do grupo inicial) com boas potencialidades cognitivas e fisionomias inteligentes.
- Fisicamente essencialmente normais.
- Proveniência de famílias bastante inteligentes.

Termos como recusa, repetição e reação – que encontramos nessa fenomenologia clínica –, quando estudados dentro do corpo teórico psicanalítico, não podem simplesmente ser entendidos como formas de enquadramento nosográfico. Esse deslocamento revela a necessidade de interrogar se é possível, na clínica com os autismos, tomar como ponto de ancoragem a suposição de uma singularidade. Este trabalho enfocará mais o sentido da recusa que se designa para o autismo, a partir de alguns desdobramentos da questão da negação e da constituição subjetiva na psicanálise.

Em "Autismos" (1997), Nina Leite ressalta a importância de não perdermos a perspectiva da singularidade de cada caso:

A marca de pluralidade no título *Autismos* também poderia nos remeter a diferenciações entre a apresentação do quadro na criança e no adulto. O que está em jogo aqui? Sabemos que, antes de Kanner propor o quadro de autismo infantil precoce, em 1943, o termo já existia na psiquiatria, usado pela primeira vez por Bleuler, em 1911, para designar a perda de contato com a realidade, que tinha como consequência uma impossibilidade para se comunicar. A que responde, então, a nomeação de Kanner? O que ela possibilita? Minimamente, a partir dessa nomeação, é possível tratar de forma diferente algo que, do real, até então se apresentava como indistinto. Um dos efeitos da nomeação não deixou de ser a atribuição de um traço de humanidade a tais sujeitos, conforme tem sido apontado por alguns autores. No entanto, essa

nomeação é feita por um psiquiatra e neurologista, e é importante que nos lembremos de indicar esse fato, uma vez que sabemos que a linguagem é aí tomada como um instrumento de comunicação e sem nenhuma relação de causalidade para com o sujeito. (p. 84)

Assim, o entendimento do autismo neste trabalho filia-se ao interesse em trazer questões de uma clínica que interroga a teoria psicanalítica quanto às possibilidades de estruturação do sujeito na linguagem. Parto da Hipótese de que algo no nível da estruturação subjetiva estaria inviabilizado no autismo, e é nessa via que se põe em cena o ato de negação. Nesse sentido, encontro ancoragem no trabalho de Calligaris “Hipótese Sobre o Fantasma” (1983), em que faz uma afirmação sobre o autismo em relação à necessária escolha forçada na alienação:

Do apagar-se como escolha possível, a clínica testemunha sob a forma particular que é o *μηφύναι* autista. Não uma decisão suicida que seria obra de um sujeito, ou mesmo de um Sujeito, mas uma retração que representa deixar-se desaparecer, tomando todo cuidado para não ser um ato. (p. 27)³

³ Essa hipótese será retomada neste trabalho no Capítulo “Sobre as formas de negar”, especialmente na parte em que trataremos da recusa, a partir da lógica da alienação e separação, apresentada por Lacan no Seminário XI (1964).

Capítulo 2

O CONCEITO DE NEGAÇÃO EM FREUD: SOBRE O USO DO TERMO

Escolher a *negação* como ponto de reflexão da constituição subjetiva exigiu um percurso que parte do texto freudiano e a ele retorna, levantando questões sobre o uso do termo no alemão de Freud e sua tradução para outras línguas.

Para Marilene Carone (1983⁴), a negação aparece abordada como uma questão clínica e de grande desdobramento teórico em um trabalho em que Freud parece não reconhecer na época sua verdadeira importância. A revelação (em 1923) de que estava com câncer é diretamente relacionada pela autora à nova descoberta do psicanalista, comentada e lamentada em carta a Lou-Andreas Salomé, em 10 de maio de 1925:

Penso que descobri algo de importância fundamental para o nosso trabalho, que guardarei para mim por algum tempo. É uma descoberta que eu realmente devia me envergonhar, pois deveria ter adivinhado estas ligações desde o começo e não só depois de trinta anos (S. Freud, Lou A. Salomé, 1975: 203, *apud* Carone, op. cit., p. 125).

E retomada quase literalmente em *Inibição, Sintoma e Angústia*⁵:

É quase vergonhoso que, depois de um trabalho tão longo, encontremos dificuldade na compreensão das relações mais fundamentais, mas nos propusemos a nada simplificar e nada ocultar. Se não pudermos ver com clareza, vejamos pelo menos com precisão as obscuridades..(S. Freud, 1926, *apud* Carone, idem)

Para Carone, esse trabalho é quase uma síntese de questões fundamentais apresentadas na segunda tópica:

⁴ *A Negação - um claro enigma de Freud*. Tradução comentada do original alemão por Marilene Carone, in *Revista Discurso* nº 15, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP 1983.

⁵ Na edição brasileira da Imago, o título alemão “Hemmung, Sympton und Angst” é traduzido por “Inibições, sintomas e ansiedade”.

É em uma tentativa de ver “com precisão as obscuridades” que surge o texto da *Verneinung*. Aparentemente simples, é, no entanto, um ensaio extremamente complexo e não linear, ousado e descontínuo do ponto de vista temático. Incorpora as últimas grandes descobertas de Freud (pulsão de morte e segunda tópica) e realiza um esforço de síntese metapsicológica, trazendo à baila questões como a origem do pensamento e as distinções subjetivo-objetivo, representação-percepção, interno-externo, real-não real. (idem, p. 127).

Os trabalhos de Freud sempre nos colocam frente à problemática da tradução, quanto à escolha de uma que altere o menos possível o sentido dado por Freud às palavras em seu deslocamento no discurso, sem se deixar levar simplesmente pela necessidade de circunscrever a palavra a um valor conceitual, isto é, tentar não perder de vista a riqueza produzida pela sua narrativa e a complexidade das questões. Assim, tentaremos partir do contexto e das interrogações que eram feitas naquele momento sobre a clínica e a teoria, iniciando com algumas considerações de Carone sobre o termo *Verneinung*.

Uma primeira dificuldade trazida por Carone diz respeito ao fato de *Verneinung* ter sido traduzido como “denegação” pela corrente francesa (em particular à ligada a Lacan), ou como “negativa” pelos tradutores brasileiros. Para a autora, *Verneinung* é o termo mais genérico possível para o ato de dizer *não*, enquanto o termo “negativa” aplica-se a um caso específico desse mesmo sentido. Quanto a “denegação”, considera que poderia ser adequado aos casos em que a negação tem o sentido psicológico de desmentido e de recusa de uma suposta afirmação, mas que haveria outros momentos em que o sentido que Freud dá a *Verneinung* seria o da gramática e o da lógica. Considerando o fato de que em diferentes línguas – não só na alemã – o sentido de *Verneinung* (negação) é oposto ao de *Bejahung* (afirmação), avalia que “negação” é mais abrangente e adequado que denegação e negativa.

Outro ponto a favor de traduzir *Verneinung* por negação é que Freud teria uma preferência declarada por termos mais populares e de uso corrente. Para justificar essa afirmação, a autora apresenta uma citação de Freud (1926) em *A questão da análise leiga*: “na psicanálise gostamos de ficar em contato com o

modo popular de pensar e preferimos tornar seus conceitos cientificamente úteis ao invés de rejeitá-los". (GW, XIV, 222, *apud* Carone, id., p.126)

Para Carone, “negar” e “negação” são termos correntes da fala cotidiana, ao passo que “denegar” e “denegação” são termos intelectualizados, sofisticados, distantes do nosso “modo popular de pensar”.

Em *As palavras de Freud* (1998), Paulo César de Souza apresenta pontos de discordância em relação ao *Vocabulário da Psicanálise*, de Laplanche e Pontalis, especialmente porque considera que os autores introduziram um problema que não existia na tradução de *verneinen* por negar:

Não havia problema em verter *verneinen* por negar, até Laplanche e Pontalis afirmarem que, além de “negação” no sentido lógico ou gramatical do termo, *Verneinung* tem o sentido psicológico: recusa de uma afirmação que enunciei ou que me atribuem - p. ex. não, eu não disse isso, não pensei isso. (p. 213-14)

É com base em suas considerações quanto à aproximação entre o verbo *verleugnen* (ou *leugnen*) e o sentido de renegar, denegar, retratar, desmentir de *verneinen* que De Souza nos apresenta uma crítica dirigida aos autores do vocabulário: “Os dois autores restringiram o significado do verbo alemão, ao enxergar um segundo sentido apenas psicológico”. (1998, p.214)

Para o tradutor brasileiro, *Verleugnen* diz respeito ao sentido moral de negar, como a renegação de uma fé, de uma origem e de uma culpa, e teria mais um sentido psicológico do que psicanalítico – o que podemos entender como algo que diz mais respeito a uma ação da consciência. A seriedade de tal afirmação leva-nos a retomar o dizer dos autores do *Vocabulário* e a tentar entender suas reais fundamentações e implicações:

Na acepção freudiana: parece que estamos autorizados a distinguir duas utilizações diferentes para *verneinen* e *verleugnen*. *Verleugnen* tende efetivamente, para o fim da obra de Freud, a ser reservada para designar a recusa da percepção de um fato que se impõe do mundo exterior; em inglês, os editores da *Standard Edition*, que reconhecem o sentido específico que em Freud assume *Verleugnung*, decidiram traduzir este termo por *disavowal* (1). Propomos a tradução de recusa. Quanto ao

emprego por Freud do termo *Verneinung*, a ambigüidade “negação-denegação” não pode deixar de se apresentar ao leitor de língua portuguesa. Talvez até essa ambigüidade seja um dos elementos propulsores da riqueza do artigo que Freud consagrou a *Verneinung*. É impossível ao tradutor optar em cada passagem por negação ou denegação; a solução que preconizamos é transcrever a *Verneinung* por “(De)negação”. (1985: 373-74)

Não deixa de causar certo estranhamento que a valorização da ambigüidade do termo seja sucedida de uma “solução” – o que nos desafia a interrogar sobre o tipo de resolução que poderia trazer e em que sentido poderia esclarecer as críticas citadas, lembrando que a tradução de Carone tende a valorizar a abrangência de sentido do termo *Verneinung*.

Uma questão trazida por De Souza e que me pareceu bastante interessante é que: “A negação não consiste no fato de o paciente negar uma afirmação que tenha feito, mas algo que lhe veio à mente de modo espontâneo” (1998: 214). Há nessa constatação um ponto que impõe a necessidade de pensar a negação em Freud a partir da noção de representação (*Vorstellung*)⁶ na psicanálise, outro termo que muito mais do que *Verneinung* acarreta dificuldades de entendimento quando é traduzido, principalmente porque não existe uma correspondência entre o termo alemão *Vorstellung* e o termo latino representação. O termo alemão tem mais o sentido de encenar, colocar de pé, e é trabalhado na teoria como inscrição de traços mnésicos, o que o próprio Freud articula quando aborda a negação a partir do que seria a diferenciação entre o interno e o externo, como busca de um reencontro que poderemos entender melhor trabalhando seu próprio texto.

Na verdade, a problemática encontrada em traduzir *Verneinung* por denegação ou por negação apresenta-se de modo diferente no francês e no português. Em português não encontramos uma diferenciação tão acentuada no uso da palavra negação para o sentido lógico ou gramatical em relação ao

⁶ Segundo o Vocabulário da Psicanálise, representação é “um termo clássico em filosofia e em psicologia para designar “aquilo” que se representa, o que forma o conteúdo concreto de um ato de pensamento”, mas Freud faz um uso original; enquanto na filosofia clássica *Vorstellung* teria o sentido de “representar subjetivamente um objeto”, para Freud “a representação seria antes o que do objeto vem se inscrever nos ‘sistemas mnésicos’.” (1985: 582-483)

sentido de renegar, denegar, retratar e desmentir, em que ficaria mais ligado ao contexto do que ao uso do termo. Já em francês existiria uma distinção no uso de *Négation*, que corresponderia ao primeiro sentido de *Verneinung*, e *Dénégation*, mais ligado ao segundo sentido de *Verleugnung* em alemão. Para De Souza, “mais relevante é a proposta de distinguir entre *Verneinung* e *Verleugnung*, reservando para este último a palavra *déni*, em francês, e ‘recusa’, em português.” (Ibid: 217).

Faz-se importante o entendimento dos termos envolvidos na negação, a partir de seu deslocamento em uma vizinhança de campos semânticos em cada língua. Na psicanálise, os termos estão traçados a partir da experiência de Freud como falante da língua alemã, mas ganham novos desdobramentos na sua tradução para outras línguas, posto que negar é algo que não está sujeito apenas a uma definição conceitual, mas a aspectos formais da linguagem e a valores que envolvem as relações que se estabelecem entre a parte e o todo, entre semelhante e dessemelhante, entre o que é aceitável e o que não é, etc; que se apresentam não só pelas palavras, mas também pela entonação e pelo gesto. Um aspecto de grande importância em nosso trabalho é pensar em que medida podemos tomar a negação na estruturação da subjetividade, o que implicará levantar sua relação com a articulação de processos inconscientes a partir da psicanálise.

Assim, entendo que é importante, junto com o tradutor brasileiro, considerar que a palavra negar no português tem um amplo leque de significações, e não perder de vista que foi de maneira complexa e ainda pouco distinta nas suas variações dentro do campo psicanalítico que a negação surgiu para mim como questão clínica e como interesse teórico; como algo que podia dizer da posição do sujeito em relação ao Outro, e que me leva a abordar diferentes sentidos do ato de negar – entendendo sentido (direção) como diferente de significação, posto que interessa mais a este trabalho o endereçamento do que o conteúdo de um ato de negação. O negar será abordado a partir da interrogação de sua função na estruturação subjetiva, isto

é, como um ato necessário à estruturação do lugar do Outro e à emergência de um sujeito desejante.

A distinção entre *Verneinung* e *Verleugnung*, segundo De Souza, remete aos momentos em que Freud designa respectivamente negação e recusa. *Verleugnung*, como recusa, pode ser encontrada em Freud no trabalho *Algumas Conseqüências Psíquicas da Diferença Anatômica entre os Sexos*, de 1925, quando trata da constatação da menina de que não tem, nem terá jamais um pênis, citando a seguinte parte: “*ocorre o processo que eu gostaria de designar como Verleugnung, o qual não parece ser raro nem muito perigoso na vida psíquica da criança, mas que no adulto poderia levar a uma psicose*”. (S. Freud, GW XIV, p24; *apud* De Souza, op. cit., p.219)

O autor lembra ainda que Freud também usa o termo em *O Fetichismo*, de 1927, ao dizer que o fetiche é um substituto para o pênis atribuído à mãe nos primórdios da infância e ao qual o menino não deseja renunciar, recusando a percepção da ausência de pênis na mulher. Um outro ponto interessante trazido pelo tradutor, considerando o objetivo deste trabalho, é a proposta de pensar a negação como um ato:

No caso do prefixo *ver-*, ele é usado em uma infinidade de verbos, podendo indicar transformação, intensificação ou reforço, ação errada ou falha na ação, perfeição ou completude da ação, etc. Em *verneinen* e *verleugnen* ele parece denotar reforço ou, melhor, realce da ação (Ibid:218).

No *Dicionário enciclopédico de psicanálise – o legado de Freud e Lacan*, editado por Pierre Kaufmann (1993), o artigo *Die Verneinung* é traduzido por “A Denegação”. No verbete “Negação”, redigido por M. Andrés, encontramos:

Num artigo de 1925, “A denegação”, Freud circunscreve a denegação no jogo do estabelecimento do juízo de atribuição (timbre do eu prazer) com o juízo de existência (timbre do eu realidade); no quadro do “eu prazer”, o sujeito nega qualquer articulação entre si mesmo e o conteúdo que ele exprime (denegação); no do “eu realidade”, o sujeito afirma que a realidade percebida não corresponde à representação que fez dela (negação simples). (p.356)

Partindo dessa distinção, poderíamos considerar que no artigo de Freud a questão da negação é tratada a partir das falas de pacientes estruturados na neurose, na forma de denegação, mas que também nos apresenta a negação como a origem do pensamento. Na tradução de Carone: “*O estudo do juízo nos abre, talvez pela primeira vez, a compreensão da origem de uma função intelectual, a partir do jogo das moções pulsionais primárias*” (op. cit., p. 131).

O que podemos entender é que as questões que envolvem a negação situam-se nessa passagem entre a percepção e a representação, o que não é senão um lugar de reflexão sobre as relações entre as palavras e as coisas e a questão do objeto na psicanálise. Por isso tomo como tarefa tentar entender o lugar de importância que Lacan dá ao comentário de Hyppolite sobre esse artigo de Freud.

Frente às questões apresentadas faço a opção por não traduzir o título do artigo e designá-lo como no original, *Die Verneinung*. O termo negação será usado para designar o sentido amplo que abrange as várias formas de negar; e traduziremos *Verneinung* por denegação e *Verleugnung* por recusa.

Capítulo 3

“DIE VERNEINUNG”

O artigo de Freud “*Die Verneinung*” coloca-se como uma referência fundamental para pensar as questões levantadas neste trabalho quanto à relação entre estruturação subjetiva e o ato de negação. Esse artigo, retomado por Lacan em 1954, dá lugar a reflexões sobre a incidência do simbólico na prática clínica. Neste capítulo, distingo, um a um, os pontos principais levantados no artigo de Freud, as questões que Lacan desenvolveu a partir da apresentação do artigo feita por Hyppolite e a importância da negação na concepção do Outro em psicanálise.

3.1 O Artigo de Freud

Um primeiro ponto que quero ressaltar em *Die Verneinung* é que, se por um lado Freud trata do que foi traduzido como denegação, que é entendida como um ato de um sujeito estruturado no recalque; por outro lado, estabelece-se uma hipótese de que os processos envolvidos na estruturação do inconsciente estão articulados à própria origem da função intelectual e que só são possíveis pela colocação em funcionamento do além do princípio do prazer.

Para apresentar as questões que considero importantes neste trabalho, tomo como referência a tradução comentada por Carone. Primeiramente, quero destacar que Freud parte da questão de como as idéias são rejeitadas (*Abweisung*)⁷ por projeção no que é denominado denegação. Para esclarecer sua definição, retomo uma fala de paciente trazida por ele para explicar o que aconteceria: “*O senhor vai pensar que eu quero dizer algo ofensivo, mas realmente não tenho essa intenção*” (p.127).

⁷ Segundo Carone, *Abwesung* tem um sentido mais comum do que *Verwerfung* que é relativo a um mecanismo de defesa mais específico. (idem, nota da p.127)

Freud compreende a segunda frase como repúdio a uma idéia ocorrida e analisa falas como essa da seguinte forma:

O conteúdo de uma imagem reprimida pode abrir caminho até à consciência, com a condição de que seja negado. A negativa constitui um modo de tomar conhecimento do que está reprimido; com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido. Podemos ver como, aqui, a função intelectual está separada do afetivo. (Idem, p. 129)

Freud diz que é preciso “desconsiderar a negação, extraindo o puro sentido da idéia”, considerando que é como se o paciente tivesse dito justamente o contrario. O “não” é entendido por Freud como um traço de recalque, um sinal de origem ou um sinal de sua substituição.

Outro ponto importante é a forma como Freud aborda a questão da verdade, propondo pensá-la a partir de uma espécie de armadilha na qual o sujeito (paciente) pode ser preso quando lhe pedem que diga o que está mais distante de seu pensamento em determinado momento, uma vez que, em uma inversão, ele acaba por fazer uma confissão de verdade. Essa forma de confissão da verdade é associada por Freud à forma como os obsessivos rejeitam as próprias idéias. Em certo sentido, percebemos a tendência freudiana a colocar a verdade como uma extração efetuada pelo analista, o que abre a possibilidade de que se apresentem na psicanálise práticas bastante diferentes e mesmo opostas quanto ao manejo da transferência, o que será retomado por Lacan na “Resposta ao Comentário de J. Hyppolite sobre a “*Verneinung*” de Freud”, de que tratarei no próximo capítulo (4), em que retoma “*Die Verneinung*” para fazer uma crítica à análise das resistências.

Por outro lado, percebemos que a questão da produção da verdade nesse texto já se encontra problematizada por Freud, se levarmos em conta que ele afirma que a negação é um modo de aceitação do recalque, mas não a sua aceitação. Na dissociação percebida entre a função intelectual e o processo afetivo, a negação impõe pensar mais do que a manifestação de um sentido correto

rejeitado, pois vencer as resistências do paciente não é a mesma coisa que fazer com que o recalque seja levantado. Para Freud, negar é uma função intelectual – a função de negar conteúdos do pensamento –, mas negar manifesta o desejo de querer recalcar alguns conteúdos tornando necessário que ele estabeleça uma diferença entre o “não” e a condenação: a condenação seria o substituto intelectual do recalque e o “não” seria seu certificado de origem. Assim, o “não” apresenta-se como uma condição de funcionamento do pensamento e do inconsciente, não simplesmente como sua manifestação, daí a afirmação que será retomada na apresentação de Hyppolite: *“Esta concepção da negação se ajusta muito bem ao fato de que, na análise, não se descobre um “não”, vindo do inconsciente, e que o reconhecimento do inconsciente por parte do ego se expressa numa fórmula negativa”* (Idem, p.132).

É a partir dessa frase que considero necessário e interessante retomar *“Die Verneinung”* para pensar a estruturação subjetiva em relação ao ato de negação, visto que, assim, a negação é entendida como um ato, ela põe em ação, ainda que de forma deslocada e projetada, a verdade do sujeito. Também, podemos entendê-la como uma ação, porque na negação a função do juízo é apresentada por Freud como sendo a de tomar duas decisões:

- (1) Conferir ou recusar a alguma coisa uma determinada qualidade.
- (2) Admitir ou contestar se uma representação tem ou não existência na realidade.

As qualidades são relacionadas aos impulsos orais primitivos comer e cuspir, relativos a introduzir e excluir. O juízo de existência é definido como o que visa à existência real de um objeto representado, e o exame de realidade não visa encontrar e sim reencontrar – a condição do desenvolvimento do exame de realidade é a perda dos objetos que um dia ofereceram satisfação. Considero que essa perda constitutiva é um ponto importante a ser desenvolvido em relação ao que fracassa na estruturação do sujeito nos casos de autismo, e será apresentada em outros capítulos, a partir de questões que envolvem a

angústia e a transferência na clínica, marcando algumas diferenças na abordagem do autismo na psicanálise.

No ato de conferir ou recusar, a decisão que se coloca é se uma qualidade originalmente foi boa ou má, útil ou nociva. O que era expresso nas mais antigas moções pulsionais orais (querer comer e querer cuspir), passa para isso eu quero introduzir em mim e isso eu quero excluir de mim. A decisão do que deve ficar dentro é o resultado dessa primeira partição entre ego prazer e ego realidade. A relação entre a recusa e essa partição fundadora do eu também é um dos eixos interrogativos de meu trabalho.

Já na segunda decisão a ser tomada pelo juízo, a da existência de uma coisa representada, Freud considera ser tarefa do ego realidade que visa ao reencontro de algo já presente para o ego na percepção-realidade, o que para ele repete a questão do externo e do interno, e a partir da qual se coloca a questão do real e do não-real: *“O não-real, meramente representado, subjetivo, é apenas interno; o outro, o real, está presente também no exterior”* (idem, p.130).

A questão é situada por Freud como não sendo somente que algo possua boas qualidades, mas que seja encontrado no mundo externo, tornando possível a sua posse quando necessário. Freud levanta a hipótese de que a percepção não é um ato puramente passivo. O Ego experimentaria estímulos exteriores enviando periodicamente ao sistema de percepções pequenas cargas psíquicas e, depois, retraindo-se. O juízo é apresentado como a expulsão para fora da pulsão de destruição.

O que se apresenta de forma tão simples, mas de grande complexidade, nesse texto de Freud, é justamente o que deparamos quando nos aproximamos de uma criança autista. Não é justamente nesse caso, em que um fracasso na constituição subjetiva pode ser tão claramente percebido, que também percebemos que algo fracassa na constituição de um dentro-fora?

Lacan percebe genialmente o alcance e a importância da retomada desse artigo, por entender que nele Freud apresenta muito mais do que parece pretender dizer. Se o que inicia sua investigação é o fenômeno clínico da

denegação nas neuroses, é a constituição do eu a partir de um processo de expulsão de algo que a princípio é idêntico – para posteriormente retornar como estranho – que é minuciosamente abordado.

Problematizando o levantamento do recalque como insuficiente para sua dissolução, Freud declara a função intelectual condicionada por uma divisão estruturante. Entendo que divisão e decisão são apresentadas conjuntamente, o que me parece possibilitar um início de entendimento sobre uma possível retração do ato suposto aos autismos.

A retomada lacaniana de “*Die Verneinung*”, a partir do comentário de Hyppolite, tem o sentido de colocar a necessidade de pensá-la não só a partir do recalque, mas envolvendo uma *Verwerfung* (foraclusão), em que uma dessimetria apresenta-se na origem da estruturação subjetiva.

3.2 Lacan e Hyppolite

Em 1954, durante o Seminário de Técnica Freudiana, Lacan encarrega um filósofo, Jean Hyppolite, da apresentação do artigo de Freud *Die Verneinung*. Na “Introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud” (*Escritos*, p. 370), inicia uma crítica à chamada análise das resistências, colocando em discussão nada menos que a relação com o real. Assim, tanto a escolha do texto de Freud, quanto a de seu comentador, envolvem a introdução de questões clínicas em relação à própria concepção do “ser”.

Para Lacan, a retomada desse texto de Freud deve-se à gravidade que percebe na tendência a dar precedência, na técnica psicanalítica, à análise das resistências. Considera que as “doutrinações” que levam a esse tipo de análise só vêm a trazer decepções do ponto de vista de seu manejo, uma vez que, para ele, as resistências são mais imaginadas do que concebidas. Sua crítica apóia-se na seguinte questão: A que o sujeito resiste?

Afirmar que o sujeito neurótico resiste a uma confissão conduz à idéia de que o sujeito se defende, o que implica partir de uma concepção médica de

patogenia da qual Lacan diferencia a prática psicanalítica. A confusão se apresenta no fato de a questão centrar-se naquilo que o “eu” pode comunicar. Lacan dirige um ataque feroz e irônico à prática clínica que perde de vista a questão do inconsciente; e essa crítica situa-se em pontos importantes de retorno ao texto de Freud:

Assim, profere-se que o sujeito nada pode nos comunicar senão de seu eu e por seu eu – aí está o olhar de desafio do bom senso tornando o ditar as ordens; que é preciso, para chegar a alguma coisa, visar a reforçar o eu, pelo menos, faz essa correção, sua parte sadia – e tiram as chapéus ante essa asneira; que no uso do material analítico, devemos proceder por camadas – essas camadas das quais certamente, trazemos no bolso a planta garantida; que assim iremos do superficial para o profundo (*Escritos*, p.372)

Para Lacan, o que importa retomar de Freud em relação à resistência é que ela aumenta à medida que há uma proximidade entre a linha em processo de decifração e aquela que a fornece. Para o psicanalista francês, o que Freud desvenda em *Die Verneinung* é “um fenômeno estruturante de qualquer revelação da verdade no diálogo”, apresentado na dificuldade que o recalque coloca para o sujeito, face à discordância que a censura impõe entre significante e significado.

Lacan considera que a verdade é sempre comunicada na linguagem do sujeito do inconsciente, na medida em que visa o analista na transferência. Baseado no fato de que Freud apresenta toma a *Verneinung* como um fenômeno que mostra um ponto de articulação entre a resistência e a dialética analítica, que se dá por um momento de escansão suspensiva, conotada por um momento de angústia. Sua crítica dirige-se ao entendimento de que aí se apresenta a oportunidade de o sujeito descarregar sua agressividade em relação ao analista, e caminha no sentido de resgatar o que Freud dizia, antes da segunda tópica, quanto à resistência ser um fenômeno do eu. Partindo do princípio de que o eu que opera na experiência analítica nada tem a ver com a suposta unidade de realidade do sujeito, propõe-se a compreender o eu a partir do movimento de alienação progressivo em que se constitui a consciência de si na fenomenologia de Hegel.

Quanto à problemática da agressividade, visada pela concepção de manejo das defesas do paciente, Lacan não vê nessa estratégia mais do que uma destituição do lugar da fala, que acaba por levar ao descortinar da violência. A partir de Freud, considera que outro sentido, que não o de uma oposição, deve ser dado, em outros termos, à ação defensiva: “*o sentido de uma ação defensiva ou ofensiva não deve ser buscado no objeto que ela aparentemente disputa com o adversário, mas, antes, no desígnio de que ela faz parte e que define o adversário por sua estratégia*” (id., p. 377).

As dificuldades encontradas na “técnica” de manejo da resistência são equiparadas por Lacan aos limites encontrados por Freud na técnica da sugestão, pelo fato de haver nas duas uma esperança de que o doente não reaja a certa coerção. Para Lacan, tomar a via da transferência significa tomar a metade partida da fala, mas que não pode ser suficientemente entendida a partir do recalque; para ele, sua própria formulação: “O inconsciente é o discurso do Outro”, deve ser pensada a partir de outras articulações, como a questão heideggeriana do *ser-para-a-morte*, em que situa um lugar de reflexão sobre a questão da negatividade no discurso:

Assim, a morte nos traz a questão daquilo que nega o discurso, bem como a de saber se é ela que introduz nesse a negação, na medida em que faz existir o que não está ali, remete-nos à questão de saber o que o não-ser, que se manifesta na ordem simbólica, deve à realidade da morte. (Ibid, p. 381)

Resumo aqui algumas concepções apresentadas em *Ser e Tempo* (1986: 15-50). Para Heidegger, no cotidiano, dizer que a morte certamente vem, mas que ainda não, não pode ser tomado como uma proposição negativa, e que se trata mais de uma auto-interpretação impessoal, que é abordada por ele como um encobrimento da certeza da morte: pelo fato de ela ser possível a cada momento. O *ser-para-a-morte* caracteriza-se por ser uma possibilidade privilegiada da própria pre-sença, uma possibilidade de ser na pre-sença, e é na espera que a pre-sença se comporta frente a algo possível em sua possibilidade; esperar não é apenas desviar ocasionalmente o olhar do possível,

mas, em sua essência, é esperar por ela (a morte). Nessa perspectiva, a espera é compreendida como um abandono do possível, que é apresentado como “um tomar pé do real” que se define como esperar o esperado.

Para que o *ser-para-a-morte* se desentranhe para o ser como possibilidade, Heidegger propõe a antecipação, na qual esse ser se coloca frente à proximidade do real tão distante quanto possível, isto é: quanto mais próximo da compreensão do *ser-para-a-morte*, mais se entranha na possibilidade da impossibilidade da existência. A antecipação heideggeriana é entendida como uma possibilidade libertadora:

A morte é a possibilidade mais própria da presença. O ser para essa possibilidade abre à pre-sença o seu poder-ser mais próprio, em que sempre está em jogo o próprio ser da pre-sença. Pode-se então revelar para a pre-sença que, na possibilidade privilegiada de si mesma, ela continua desvencilhada do impessoal, ou seja, antecipando, ela sempre pode dele se desvencilhar. No entanto somente a compreensão desse “poder” é que desentranha o fato de ela estar perdida na cotidianidade do próprio-impessoal. (1986: 47)

Para Heidegger, o *ser-para-a-morte* é essencialmente angústia, que “permite que se mantenha aberta a ameaça absoluta e contínua do si mesmo, que emerge do ser mais próprio e singular da pré-sença” (Ibid, p. 50).

A leitura do *Comentário de Jean Hyppolite sobre a Verneinung* e a resposta de J. Lacan, durante o seminário dedicado aos Escritos técnicos de Freud (1954), retomam questões no artigo de Freud que nos interessam, porque vão incidir justamente sobre a articulação entre apelo e negação.

Hyppolite apresenta o texto de Freud levantando questões que envolvem a dessimetria entre afirmação e negação. Ressalta que o recalcado pode ficar em suspensão e ser novamente utilizado, produzindo-se uma margem de pensamento em que o ser aparece sob a forma de não-ser. A negação entendida como um símbolo que fica ligado à atitude concreta da denegação.

O filósofo francês também põe em discussão o dentro e o fora, que para ele está apresentada em Freud como um mito em que, na origem, não existiria nada estranho ou uma distinção entre o si e o si mesmo; essa distinção seria

operada por uma expulsão e o que é estranho passaria a ser encontrado do lado de fora. A partir disso, podemos entender que na reprodução de uma representação primitiva das coisas, a questão não é a conservação de sua realidade, mas o reencontro de um objeto.

O juízo em Freud, entendido por Hyppolite como afirmação e a negação, não funciona como destruição no interior de uma afirmação. A negação seria uma forma de simbolização explícita, e o filósofo entende que Freud introduz um enigma a partir da estranheza da afirmação: “*Na análise, não se descobre nenhum ‘não’ vindo do inconsciente*” (tradução de Carone, p.132)

No sentido de pensar a questão do apelo, sigo os entremeios do texto de Lacan em resposta a Jean Hyppolite. Para Lacan, seguindo Freud, a denegação está associada à emergência do que foi recalçado, do que ficou sob a barra do significante. O recalçado pode abrir passagem ao consciente, desde que possa ser negado. Lacan levanta a importância da *Bejahung* como afirmação primordial, tomada da palavra, que Freud enunciou como um enraizamento que retornaria na *Verneinung* como uma oposição. Para que houvesse a *Verneinung* seria necessário um processo de expulsão no sujeito do real, que seria idêntico à sua própria existência. Um ponto que cabe destacar é que ele diz que retorna como uma oposição, o que não quer dizer que desde a origem podemos situar o que foi expulso como oposto.

Lacan interroga-se sobre o que não foi deixado ser na *Bejahung* e afirma que o que não vem à luz no simbólico aparece no real. Analisa, então, uma alucinação relatada no caso clínico de Freud “O Homem dos Lobos” (1918), em que o paciente diz que por volta dos cinco anos pensou ter seu dedo cortado a ponto de ficar preso apenas por uma pele, ficando paralisado, sem conseguir fazer um apelo a sua babá, percebendo depois que o dedo estava normal. O que é enfatizado na análise não é o caráter simbólico da castração, como foi ressaltado por Freud, mas a própria dificuldade de falar na situação. Lacan marca uma diferença entre as questões que vinha analisando ao trabalhar o esquecimento dos nomes próprios, enfocando que no caso relatado a não disponibilidade de um significante impossibilitou um apelo, mesmo estando o

paciente próximo de uma pessoa para quem poderia fazê-lo. Pensando as questões levantadas sobre os processos envolvidos na *Verneinung*, a alucinação é entendida como ausência de um significante que pudesse ser substituído por outro significante.

Aqui, também, acho importante lembrar que no caso do “Homem dos Lobos” apresenta-se uma série de inversões que surgem nos sonhos do paciente quanto à significação dos conteúdos recalcados e à afirmação de Freud de que o recalque encontra sua expressão na antítese. A antítese supõe significações opostas e, pela via inconsciente, essa oposição não se sustenta e o sujeito pode surgir como um desfalecimento quando perde essa lógica.

Penso que nas articulações entre inconsciente e negação, e entre recalque e negação, já encontramos as bases para o que será afirmado posteriormente por Lacan – inconsciente não é não-consciente – no Seminário XI, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*:

O inconsciente freudiano nada tem a ver com as formas ditas do inconsciente que o precederam, mesmo as que o acompanhavam, mesmo as que o cercam ainda. Abram, para compreender o que quero dizer, o dicionário Lalande. Leiam a enumeração muito bonita que fez Dwelshauvers num livro publicado há uma quarentena de anos por Flammarion. Lá ele enumera oito ou dez formas de inconsciente que não ensinam nada a ninguém, que simplesmente designam o não-consciente, o mais ou menos consciente e, no campo das elaborações psicológicas, encontram-se mil variedades suplementares. (1979: 29)

A retomada do inconsciente freudiano por Lacan tem o sentido de diferenciá-lo do que seria a concepção de um lugar da vontade obscura primordial, que estaria antes da consciência. Para ele, o que Freud nos apresenta é que “há algo que fala e que tira da consciência o seu privilégio”. Daí a importância dada ao fato de Freud ter introduzido o inconsciente pela forma de tropeço, forma como os fenômenos inconscientes aparecem no sonho, no ato falho e no chiste.

Na resposta ao comentário de Hyppolite, Lacan introduz a importância de retomarmos a *Verneinung* como o que coloca a função de um desconhecimento. O que Lacan destaca como fundamental nessa apresentação de Hyppolite é que

nela podemos ver uma transposição do que seria o entendimento da criação simbólica da negação em relação à *Bejahung*, que ele diz ter que ser concebida mais como um momento mítico do que como um momento genético. Nesse sentido, entende que, nesse texto, Freud está a par das reflexões filosóficas mais recentes sobre a existência, no sentido de contestar a confusão em se considera o ser no ente. A retomada do que é o afetivo para Freud só pode ser concebida a partir de uma simbolização primordial:

O afetivo, nesse texto de Freud, é concebido como aquilo que, de uma simbolização primordial, conserva seus efeitos até mesmo na estruturação discursiva. Essa estruturação, dita ainda intelectual, é própria para traduzir sob a forma de desconhecimento o que essa primeira simbolização deve à morte. (*Escritos*, p.385)

Lacan faz referência à renovação do pensamento metafísico do século XX, especialmente na fenomenologia e no existencialismo. Sua referência a Heidegger se faz no sentido de ele haver preconizado um retorno aos temas fundamentais da ontologia, ou ciência do ser, que em seu pensamento se une a uma crítica à metafísica desde Platão.

Encontramos em *Breve Enciclopedia de Filosofia y Psicologia*, de Kuypers (1974), que a ontologia é a doutrina do ente; e ente é o termo usado por Aristóteles e santo Tomás para designar a presença irreduzível da realidade. Essa primeira noção é mais geral e equivale a ser, mas em filosofia escolástica fala-se do ente dos seres, *ens entium* ou *ens realissimo*, o que existe por si mesmo, para indicar o ser absoluto (Deus); e do ente de razão (*ens rations*) como simples criação do pensamento. Heidegger insistia contra a ontologia tradicional, em que a questão do ser e a dos entes não deve confundir-se, em que o ser está sempre além do ente; para ele só uma análise do homem como ser que pergunta pode abrir a compreensão do sentido do ser. No *Dicionário de Filosofia* de Mora (2001: 529), Heidegger identifica a ontologia com a metafísica geral e coloca o ser transcendente como superação “da redução da ontologia a uma teoria dos objetos ou a um sistema de categorias”. Para Heidegger, diferente da ontologia fundamental, em que “se averigua aquilo que se constitui

de fundamental da Existência, isto é, sua finitude”, a ontologia é “aquela que se ocupa do ser enquanto ser, mas não com mera entidade formal, nem como uma existência, e sim como o que torna possível as existências”.

Na resposta ao comentário, Lacan diz que na forma do que se renega, pelo fato de ter havido uma exclusão no primeiro tempo da simbolização, temos uma intersecção imediata do simbólico e do real, sem que opere o imaginário como intermediário. Nesse momento, propõe-se a uma apresentação das categorias do simbólico, do imaginário e do real como lugares para pensar as estruturas psicopatológicas e a clínica:

Para tanto, extrairei de dois campos diferentes dois exemplos como premissas; o primeiro, do que essas fórmulas podem esclarecer sobre as estruturas psicopatológicas e, ao mesmo tempo, fazer compreender na nosografia: o segundo, do que elas fazem compreender da clínica psicoterápica e, ao mesmo tempo, esclarecem quanto à teoria da técnica. (*Escritos*, p. 385)

Em relação às estruturas psicopatológicas, Lacan põe em discussão a questão da alucinação. Para o psicanalista, algo de problemático teria se produzido com a abordagem fenomenológica, que, ao focar a alucinação como uma questão centrada na consciência, teve suas formas reduzidas a questões de intencionalidade. Na verdade, sua principal crítica dirige-se a uma tendência na psicanálise para relacionar o princípio do prazer à consciência alucinada ou, ainda, ao uso de uma noção de emoção alucinada. Assim, faz um movimento de retorno à formulação do princípio de prazer no artigo *Die Verneinung*:

É aqui que o artigo de Freud posto na ordem do dia ocupa seu lugar de apontar à nossa atenção o quanto o pensamento freudiano é mais estruturalista do que se admite nas idéias aceitas. Pois se falseia o sentido do princípio do prazer ao desconhecer que, na teoria, ele nunca é formulado sozinho. (Idem, p. 386)

Lacan propõe-se a conduzir a questão por uma via que denomina “realmente científica” (id., p.387), e para isso retoma a lembrança da alucinação

relatada no caso do “Homem dos Lobos”. O que o faz privilegiar esse caso é o fato de ser justamente a partir dele que Freud afirma que “*preferiria renunciar ao equilíbrio inteiro de sua teoria do que desconhecer as mais íntimas particularidades de um caso que a contestasse*” (id., p.387); pois nele, assim como nos é apresentado no artigo sobre a denegação, Freud se vê com a problemática da intelectualização do processo analítico, no qual o recalque se mantém mesmo após uma conscientização do recalcado.

No caso do Homem dos Lobos, Lacan destaca que Freud constatou que ainda que o paciente tivesse tido acesso à realidade genital, esta lhe teria permanecido como letra morta, reinando a teoria sexual da fase anal. O que lhe interessa nesse momento não é o que Freud apresenta quanto ao que ele (Lacan) denomina “captação imaginária do trauma primordial”, que colocaria o sujeito em uma posição feminina frente à ameaça de castração. Para Lacan, o que está no centro dessa experiência não é o recalque (*Verdrängung*), ou o retorno do recalcado, mas sim uma *Verwerfung*, ou uma supressão (*retranchement*), ou ainda o que se traduz como “forclusão”, que tem o sentido de corte e retirada de uma parte do todo. Enfim, trata-se de uma abolição simbólica. Lacan cita Freud quanto ao paciente ter suprimido a castração: “*Não se pode dizer por isso que tenha sido propriamente formulado nenhum juízo sobre a existência, mas foi exatamente como se ela nunca tivesse existido.*” (*Escritos*, p.388-9)

Nesse momento, Lacan aponta o que considera fundamental na apresentação de Hyppolite: que na dialética da *Verneinung* o que se opõe à *Bejahung* primária é o que se constitui como aquilo que é expulso, e é esse processo de expulsão que recebe o nome de *Verwerfung*, como algo que dessimetriza a manifestação da ordem simbólica.

A *Verwerfung*, portanto, corta pela raiz qualquer manifestação da ordem simbólica, isto é, da *Bejahung* que Freud enuncia como o processo primário em que o juízo atributivo se enraíza, e que não é outra coisa senão a condição primordial para que, do real, alguma coisa venha se oferecer à revelação do ser, ou, para empregar a linguagem de Heidegger, seja deixado-ser. Pois é justamente a esse ponto recuado

que Freud nos leva, uma vez que é só depois dele que se poderá encontrar o que quer que seja como ente. (id., p. 389)

A questão que se apresenta diz respeito ao que advém do que não foi deixado ser na *Bejahung*, pois o que foi suprimido (*verworfen*) não será reencontrado na história do sujeito, como acontece no recalçamento. No caso do Homem dos Lobos, Lacan afirma que como não houve uma simbolização primordial “o que não veio à luz no simbólico aparece no real” (Ibid, p. 390). Para Lacan, a expulsão para fora do sujeito é o que vem a constituir o real, no qual algo que é suprimido dos limites do possível é subtraído das possibilidades da fala, que é como se apresenta a questão da castração na alucinação recordada pelo paciente no caso citado.

O que é retomado por Lacan em relação ao fora e ao dentro é que se primeiro houve a expulsão primária – que é o real – no interior da representação – que é constituída pela representação imaginária –, o que se visa não é só à existência, mas ao reencontro do objeto da percepção primária; há então algo que escapa ao princípio do prazer, mesmo que tenha sido desencadeado por ele. É nesse sentido que a alucinação é entendida como a emergência de uma “coisa” que não pode ser remetida a um objeto de satisfação.

Contudo, em que medida se pode relacionar a alucinação à questão do sujeito?

No caso do “Homem dos Lobos”, a partir do relato do momento da emergência da alucinação do dedo cortado, em que o sujeito ficou impossibilitado de falar e imobilizado; Lacan destaca nessa experiência certo afundamento em um funil temporal, e esse traço de abismo temporal parece ter para ele correlações significativas com o movimento de rememoração encontrado no sentimento de *déjà vu*, sentimento que o sujeito relata várias vezes a Freud como a ilusão de uma lembrança em que ele faz brotar sangue de uma noqueira. A partir desse ponto, Lacan retoma a frase de que Freud se utiliza quando fala da *Verneinung* como selo de origem do recalque, parecendo inverter seu sentido: “*Não nos indica esse conjunto, num caráter como que*

extra-temporal da rememoração, alguma coisa como o selo de origem do que é rememorado?” (Ibid, p. 393)

Lacan entende assim o sentimento de *déjà vu*: “*Poderíamos dizer que o sentimento do déjà vu vem ao encontro da alucinação errática, que é o eco imaginário que surge como resposta a um ponto da realidade que pertence ao limite onde ele foi suprimido do simbólico*” (p.393).

O que Lacan destaca nessa abordagem é que o sentimento de irrealidade é o mesmo fenômeno que o sentimento de realidade quando se considera o que faz ressurgir a lembrança esquecida. O que faz com que o sentimento de realidade seja tomado como tal é que nela o registro da rememoração produz-se no interior do texto simbólico. Para ele, isso já se apresenta na teoria freudiana pelo fato de que, na reprodução de uma percepção, a recorrência a ela só é possível de forma mítica.

Sobre o que acontece com o símbolo suprimido da *Bejahung*, considera que ele não entra no imaginário, que constitui o que propriamente não existe, que não existe senão sobre um fundo de ausência, fazendo a seguinte afirmação, fundamental ao desenvolvimento de nossas questões: “*...Nada existe senão na medida em que não existe*” (Ibid,p.394).

No caso da alucinação, Lacan explica que o aparecimento de seu conteúdo tão maciçamente simbólico no real se dá pelo fato de não existir para o sujeito. O que implica para ele que uma releitura de Freud deve ser feita no sentido de buscar a importância da hiância (de um vazio) no seu movimento dialético. A questão do vazio é fundamental não só em seu retorno a Freud, mas também no ponto em que podemos perceber sua diferenciação e contribuição para a prática clínica. Nesse sentido, suas articulações e nossas questões em relação à estruturação do sujeito levam-nos aos seus trabalhos posteriores, como o Seminário X “A Angústia” (1962-63).

Ainda na Resposta ao Comentário de J. Hyppolite, em relação às patologias, Lacan faz uma diferenciação quanto à articulação do real. Para o esquizofrênico, todo simbólico é real, enquanto para o paranóico as estruturas imaginárias são preponderantes, criando uma dificuldade no movimento de

retro-ação a um tempo anterior. Contudo, além das patologias associadas à psicose, Lacan argumenta que um retorno do real pode surgir na clínica com as neuroses na forma do que se denomina *acting-out*. Embora o *acting-out* pareça ter tão pouca conseqüência para o sujeito quanto à alucinação, pode apresentar grande poder de investigação na prática clínica.

Para tratar a questão do *acting out*, Lacan recorre ao caso de Ernest Kris, que passou a ser uma referência para tratar essa forma de ato como algo que se situa em relação à posição do analista na transferência. No caso citado, o sujeito diz ter uma tendência à compilação das idéias dos outros (produção intelectual); o analista realiza uma comparação entre a produtividade do paciente e a dos outros, no sentido de provar a irrealidade de “suas” preocupações e aliviá-lo. Isso faz com que algo surpreendente e incongruente irrompa, tomando a função de retirar a questão dos padrões estabelecidos pelo analista. Depois de um longo silêncio, o sujeito relata que procurava, após as sessões, os pequenos restaurantes locais para comer seu prato predileto: “miolos frescos”.

A importância do relato está no deslocamento do conceito de resistência do sentido de defesa do eu, para ser entendido como resistência do sujeito às idéias do analista sobre a produtividade intelectual. Na verdade, Lacan vê erro na interpretação de Ernest Kris, no *fato* de ele, como analista, apostar no entendimento do que diz o sujeito como somente uma inversão de intenção, já que entende que o que podemos apreender em “Die Verneinung” é que “isso não basta para inocentar aquele que se diz culpado”. O que Lacan aponta é que “a barreira imaginária que sustenta o preconceito da propriedade intelectual” é justamente o que é mantido pelo exame de Kris sobre o conteúdo das idéias de seu paciente.

Para o desenvolvimento de nossas questões, o que se apresenta como fundamental nesse relato é que Lacan reconhece, nesse ato do sujeito, a emergência de uma relação oral primordialmente “suprimida”, mas aponta a ineficiência da análise das resistências em sua abordagem. Para melhor esclarecimento, retoma as questões trazidas por Hyppolite:

Isso quer dizer que ao abordar a resistência do eu nas defesas do sujeito, ao fazer a seu mundo as perguntas que ele mesmo deveria responder, pode-se atrair para si respostas muito incongruentes, e cujo valor de realidade, a título de pulsões do sujeito, não é o que se faz reconhecer nos sintomas. É isso que nos permite compreender melhor o exame feito pelo senhor Hyppolite das teses trazidas por Freud na Verneinung. (*Escritos*, p. 401)

Retomando o comentário, percebemos que Hyppolite tem uma preocupação inicial em diferenciar a negação interna ao juízo e a atitude de negação. Seu interesse está no fato de que Freud, a partir da constatação do rechaço da emergência das idéias inconscientes por meio da projeção, apresenta-nos uma ousada hipótese sobre a origem da inteligência:

Mas essa observação leva Freud a uma generalização cheia de ousadia, na qual ele levanta o problema da denegação na medida em que esta poderia ser a própria origem da inteligência. É assim que compreendo o artigo em toda a sua densidade filosófica. (Id., p. 894)

Para Hyppolite, o que está claro em Freud é justamente que o ser se apresenta na forma de não-ser, o que torna necessária a compreensão do uso do termo *Aufhebung*, que ele explica a partir da dialética de Hegel, introduzindo uma diferenciação entre o que seria a aceitação do recalque e sua suspensão:

É a palavra dialética de Hegel, que ao mesmo tempo quer dizer negar, suprimir e conservar, e no fundo, suspender. Na realidade, pode ser a *Aufhebung* de uma pedra, ou também a cessação de minha assinatura de um jornal. Freud nos diz nesse ponto: “A denegação é uma *Aufhebung* do recalque, mas nem por isso é uma aceitação do recalcado”. (Id., p. 895)

A subsistência na denegação do recalque sob a forma da não aceitação quer dizer duas coisas fundamentais: que o recalque é algo essencial que não pode ser entendido como inconsciência e que existe uma separação entre o intelectual e o afetivo. A hipótese apresentada por Hyppolite é a de que o intelectual é uma espécie de suspensão do conteúdo recalcado, mas que o pensamento não pode ser suposto antes de ser afetado por uma denegação. A denegação tem que ser entendida como diferente da negação ideal de Hegel,

que é a que substitui o apetite de destruição do desejo. Para Hyppolite, a denegação trazida por Freud aponta outras questões:

A denegação de que Freud fala aqui, na medida em que é diferente da negação ideal em que se constitui o que é intelectual, mostra-nos justamente essa espécie de gênese cujo vestígio, no momento de concluir, Freud aponta no negativismo que caracteriza alguns psicóticos. (p. 896)

Parece-me que o que interessa neste trabalho não é uma diferenciação fenomenológica a partir da negação entre o que seria a psicose e o que seria a neurose, mas sim algo que Hyppolite situa como não tão visível, que é a dessimetria expressa sob o nome de denegação. Ainda que Freud faça referência aos pares engolir e cuspir, introjeção e projeção e Eros e Tânatos, não há uma oposição simétrica entre a função unificadora do amor e a tendência destrutiva, e a última apresenta-se na função da denegação como gênese do pensamento. Isso quer dizer que por trás da unificação (*Vereinigung*) está o Eros, e por trás da denegação há o surgimento de um símbolo dessimétrico, devido ao processo de expulsão que Freud designa nesse texto como *Ausstossung*, e tanto a força de atração como a de expulsão apresentam-se como forças primárias sob o domínio do princípio do prazer. Para Hyppolite: “a afirmação primordial não é outra coisa senão afirmar; mas negar é mais do que querer destruir” (p.898).

O filósofo nos faz perceber que Freud apresenta o que há por trás de um juízo de atribuição e de um juízo de existência quando se considera a negação. A negação do juízo atributivo e a negação do juízo de existência apresentam, no momento em que surgem como função simbólica, um “para-aquém” do que seria a negação no sentido filosófico, e isso só pode ser compreendido a partir da suposição mítica de um momento de formação do fora e do dentro; a suposição de um momento anterior, em que não havia nada estranho.

3.3 Hegel e a Negação em Lacan: o Outro

A partir da negatividade, tal como é trabalhada em Hegel, e de algumas diferenciações trazidas por Lacan, podemos perceber a importância da questão da negação para pensar a estruturação do sujeito na psicanálise. Essa questão parece estar no centro do diálogo que se estabelece entre Lacan e Hyppolite como marco inicial para a própria articulação do Real na psicanálise. Vou tentar circunscrever a questão a partir de algumas considerações de outros autores, posto que a tarefa de estudar a negatividade em Hegel exigiria um maior aprofundamento que terei que deixar para um outro momento, principalmente porque implica certo percurso no campo da filosofia.

Início com uma citação de Francisco Leonel Fernandes (2003), no seu trabalho “Sobre a Negatividade no Seminário *A Angústia*”, que me ajudou a traçar alguns horizontes para a questão:

Sem dúvida, não foi a psicanálise a primeira formação discursiva a situar essa efetividade do negativo, efetividade que por si só garantiria sua unidade e, portanto, o modo pelo qual ela, a negatividade, pode contar-se como uma coisa, como um algo que vem à presença negativamente. A filosofia de Hegel, da qual Lacan se serve amplamente, é um desses esforços tremendos do discurso em situar cabalmente o trabalho do negativo. Para Hegel, o movimento da história identifica-se com o movimento mesmo do discurso – e movimento necessário, diga-se de passagem – enquanto causado, agenciado pelo negativo. Em certo sentido isto é claro, já que Hegel termina por submeter esse negativo à positividade do que está em jogo no movimento do discurso: a realização do saber absoluto. (2003:76)

O trabalho de Fernandes interessa-nos porque sublinha a realização do não-ser como um ponto nodal na articulação de conceitos fundamentais trabalhados por Lacan na psicanálise, e a própria noção de *objeto a*, como nos é apresentada no seminário X, no qual afirma que a angústia “não é sem objeto”, gira em torno de uma negatividade. Assim, apresenta-nos a filiação de Lacan à questão do negativo em Hegel, para mostrar tanto o que os aproxima quanto o que os diferencia.

Para esse autor, o negativo trazido por Hegel põe em questão a forma de pensar a linguagem como uma extensão de nossos sentidos, como uma espécie de memória que traria ou faria entrar no campo presente (aqui e agora) os elementos que não estão nele e que justamente faltam (estão ausentes). Dessa forma, a falta é colocada em uma experiência imediata, e o que impossibilitaria que fosse vivida no imediato da experiência seria dar-se conta de que ela (a falta) já se apresenta como um relançamento da presença:

No lembrar, sempre retornamos à presença no sentido de que o que retém nossa atenção, nosso investimento, e porque não dizer nosso ser, é **um** algo com o contorno de uma imagem, algo que conta como um ao se deixar localizar como imagem, aparência, em **um** referencial espaço-temporal. (Id., p.78).

Fernandes apresenta Hegel como quem traz uma possibilidade de perceber a ingenuidade e o equívoco na forma de situar a linguagem na experiência sensível e perceptiva, apresentando o exemplo do conceito de *mesa* para mostrar onde se confunde a sensação (o dado perceptivo) com aquilo que de fato especifica uma coisa:

Ver uma mesa não é meramente registrar um dado sensível, é apresentar a coisa na teia de conceitos que a especificam como sendo isso e não aquilo. É um equívoco muito concreto, é inclusive um equívoco de certa maneira insuperável. Não adianta! Por mais que olhemos para uma mesa, na atualidade dessa experiência, tendemos a “esquecer” esse aspecto conceitual, sentimos que essa característica de ela ser apropriada para as pessoas se alimentarem sobre ela, escreverem sobre ela, como algo que vem de fora, como algo que está nela, colado, enfim, como algo tão tátil quanto a madeira de que ela, mesa, é feita. O conceito é justamente o que introduz essa dimensão negativa de que falávamos anteriormente. O conceito não está do lado da coisa, está do lado do sujeito. (Ibid, p.79)

Quanto ao sujeito, segundo Fernandes, Hegel o considera como um sujeito histórico. Articular o exemplo de mesa a partir desse ponto de vista quer dizer que para concebê-la como um conceito os homens (o sujeito) tiveram que conferir a seus agregados materiais a função, a utilidade que tem para nós; por isso esse sujeito não é uma pessoa. Também temos que considerar que foi

necessário um nome para designar o advento de um novo objeto, no caso: mesa. Nas articulações introduzidas por Lacan entre a psicanálise e a filosofia de Hegel, uma afirmação que nos parece de fundamental importância se destaca: *“Esse é um ponto importante da análise hegeliana. A mesa é uma objetivação do sujeito, é uma idéia- subjetividade- concretizada, objetivada”* (Ibid, p.79)

O que podemos entender é que, para situar a negatividade a partir de Hegel, é preciso situar a presença da mesa em sua positividade, na qual a experiência alienante no sensível é apenas uma parte da experiência, sendo preciso considerar que *“a informação histórica quanto ao estilo, a lembrança de sua aquisição, seu esquecimento e o subsequente retorno como o tema do escrito são componentes da experiência”* (Id.,p.80). Assim, para Hegel, a mesa, mais do que sua experiência, é tudo o que se pode saber sobre ela; mais do que uma experiência subjetiva, ela é tudo o que se pode saber sobre ela no sentido social, “público”. Como ninguém pode saber tudo sobre a mesa, o que seria um saber transindividual, em que cada um se situa como mero agente representante da cultura, o que importa para Hegel é que esse saber seja situado e articulado como um lugar. Temos, então, a introdução do que seria o Outro para Hegel, entendido como a própria sociedade, suas instituições, seus hábitos e costumes, seus especialistas, etc., sendo o saber essencialmente discurso. Em uma nota, Fernandes situa a relação entre saber e subjetividade em Hegel:

Para Hegel, o saber é o saber de alguém, é subjetivo; no caso a subjetividade em questão é a o do Outro. O saber absoluto que ultrapassa a dicotomia sujeito-objeto conserva em si, enquanto superação, essa subjetividade essencial. (p.80).

A partir daí o ponto comum entre Hegel e Lacan é situado como a determinação do Sujeito pelo Outro, por um Outro que deseja. Na explicação do que seria esse Outro que deseja, encontramos uma articulação bastante interessante sobre nossa relação com o mundo e o saber.

O nosso corpo, mesmo em seu nível celular, molecular, é radicalmente atravessado por esse Outro que sabe – e, para Hegel, sabe tudo, ou um dia saberá tudo – da maneira a mais concreta. Basta que pensemos que nosso corpo é constituído pelos alimentos com os quais nos nutrimos, conservado pelos medicamentos prescritos pelo médico. E como qualquer coisa, como a mesa, como a cadeira, os alimentos e os remédios são afeitos de um saber. Alguém os dispôs para nós; eles também são saber cristalizado em coisa, em procedimentos. (Ibid, p.83)

Assim, Fernandes reconhece que, a partir de Hegel, tanto no discurso da ciência como no mito das religiões primitivas, o que encontramos são formas de inscrições das coisas dadas, das coisas brutas na ordem do humano; ambos estão atravessados por um saber, em que um trabalho fundamental se faz necessário: o trabalho da palavra.

Se considerarmos que o sujeito emerge do lado do Outro e que é intrínseco à condição da linguagem, temos o que aproxima Lacan de Hegel, mas temos também que considerar as diferenças entre o Outro de Hegel e Outro de Lacan, e é nessa diferenciação que Fernandes apresenta a questão da negatividade em Lacan como articulada a uma falha.

Mas Lacan se demarca de Hegel de várias maneiras. O Outro de Lacan não é Outro de Hegel em várias acepções. Por exemplo, Lacan diz que a verdade da angústia está do lado de Kierkegaard e não de Hegel. O que isso significa? O Outro de Lacan não sabe tudo, e nem pode, por estrutura, saber tudo. Principalmente ele não sabe de seu desejo, ele não sabe da causa de seu desejo. E o sujeito constitui-se nesse ponto de ignorância do Outro. Como o sujeito só pode saber de qualquer coisa, inclusive das coisas sobre ele mesmo através do Outro – isto é, o saber é sempre do Outro – e como o Outro não sabe de seu desejo, segue-se que o que se transmite do Outro ao sujeito é justamente essa ignorância quanto à causa do desejo. Mas como pode-se sustentar essa negatividade motivada por uma falha no saber do Outro? Como ela pode vir a ser um algo que conta? (Ibid, p.85)

Vemos, assim, que um não saber articula-se não a um saber, mas a um ponto de falta situado no lugar do Outro, o que aponta para uma estruturação em torno de um vazio. No sentido de abordar o tema, Lacan retoma a linguagem, no seminário IX, “A identificação” (1961), como o que no nível de sua

sintaxe estabelece as condições que possibilitam o vazio necessário para a articulação do sujeito na psicanálise.

Em *A Identificação*, Lacan faz uma interrogação no campo lógico sobre a negação em relação ao que o sujeito projeta atrás de seu ato de engajamento na fala, em que se projeta com um tendo sido, colocando-se em um movimento de retorno para poder captar-se “ali”. Ele pensa essas questões em relação à negação trazendo o seguinte questionamento:

.Já aí algo nos dirige rumo a algo que é muito controverso, que nos sugere a observação de que por si só, em sua existência, a negação desde sempre escondeu uma questão. O que ela supõe? Ela supõe a afirmação sobre a qual se apóia? Talvez. Mas tal afirmação, será ela somente a afirmação de alguma coisa do real que estaria simplesmente retirada? (Seminário IX, 17 de janeiro de 1962).

Lacan recorre à questão da negação para situar a função de um mais além na linguagem, tomando como ponto de partida duas referências lógicas: o entendimento aristotélico das frases declarativas e a retomada dessas frases por Charles S. Peirce. Fernandes faz uma apresentação detalhada desse raciocínio, que aqui será resumido.

Em Aristóteles, retoma o esquema estabelecido na Idade Média, em que se resume a função das frases declarativas conforme sejam qualificadas de “universal e particular” e de “afirmativas e negativas”. Apresenta o exemplo clássico de frase declarativa privilegiada por Aristóteles para desenvolver os princípios do silogismo: *“Todo homem é mortal. Sócrates é homem, logo, Sócrates é mortal.”*

Cada frase é entendida como a conexão de um predicado ao sujeito; nas duas frases, o verbo ser tem a função de conectar um sujeito: na primeira, Sócrates; na segunda, homem.

Na lógica tradicional (ou clássica), trata-se da inferência válida a que se chega através do silogismo, a partir de três frases, ou juízos:

A lógica prescreve uma espécie de partição – entre o verdadeiro e o falso – em função do movimento do discurso respeitar certas regras. O silogismo é em Aristóteles a unidade mínima do discurso na qual podemos observar que uma determinada seqüência de juízos (hoje em dia diríamos frases) obedece a certa regra; ou seja, que três frases (o silogismo é composto de três juízos ou frases: duas premissas e uma conclusão), cada uma portando uma significação completa em si mesma, sem nada dever a outra, estão em uma relação que as tornam internas entre si, na medida em que elas se seguem uma (a conclusão) das outras duas (as premissas) em obediência a pelo menos uma certa regra bem definida. (Fernandes, *Ibid*,p.87)

Essas três frases estão em uma relação interna por obedecerem a um esquema formal resumido da seguinte maneira: toda vez que temos uma frase do tipo “Todo A é B”, seguida de uma frase que diz que “C é A”, podemos concluir que “C é B”, e essas letras podem estar no lugar de qualquer coisa, mas tendo que ser a mesma coisa nos lugares que ocupa: a coisa no lugar da qual está o “A” da primeira frase tem que ser a mesma coisa que está em “A” na segunda frase; a coisa no lugar de “C” na segunda frase tem que ser a mesma coisa no lugar da qual “C” está na terceira frase. No exemplo, “A” é sujeito na primeira frase (todo homem (“A”) mortal), e predicado na segunda (Sócrates (“C”) é homem), “A” aparece duas vezes na premissa e não aparece na conclusão, aparecendo na conclusão as outras duas letras; computando as três frases, cada letra aparece duas vezes.

Além da relação de caráter sintático, combinatório, que já está presente nas formulações de Aristóteles, Lacan também considerou as frases (juízos) conforme a quantificação – universal, particular, singular – e quanto ao que a tradição medieval estabeleceu como qualidade de um juízo: se ele está afirmando ou negando alguma coisa. Suas observações mostram que há uma desconsideração das frases declarativas singulares, em que o sujeito é o nome de um indivíduo e não pode ser usado como predicado; concluindo que essa lógica só tem sentido para as declarativas gerais, nas quais o termo que designa o sujeito quando designa predicado é um nome de classe de indivíduos.

Partindo da combinação quaternária proposta por Aristóteles entre frases declarativas, e da reformulação proposta por Peirce, alguns paradoxos são

introduzidos nas relações entre as afirmativas particulares e universais. Primeiramente, temos que tomar o que se denomina quadrado de oposição:

Todo traço é vertical. (A)	Nenhum traço é vertical. (E)
Algum traço é vertical. (I)	Algum traço não é vertical. (O)

Linha superior: (A e E) são frases universais, afirmativa e negativa.

Linha inferior: (I e O) são frases particulares, afirmativa e negativa.

Coluna esquerda: (A e I) são afirmativas, universal e particular.

Coluna direita: (E e O) são negativas, universal e particular.

Partindo das observações de Aristóteles, temos as seguintes relações entre as frases:

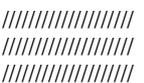
— As duas universais, a afirmativa e a negativa, são ditas contrárias, não podem ser ambas verdadeiras ao mesmo tempo, mas podem ser ambas falsas;

— As duas particulares são denominadas subcontrárias, e podem ser ambas falsas;

— A relação entre Universal Afirmativa e a Particular Afirmativa e, analogamente, entre a Universal Negativa e a Particular Negativa é denominada subalterna; nesse caso, se a universal é verdadeira, sua subalterna correlata também o é;

— Finalmente, as relações entre a Universal Afirmativa e a Particular Negativa e, analogamente, a Universal Negativa e a Particular Afirmativa, são denominadas contraditórias e, nesse caso, ambas as frases não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, como também não podem ambas ser falsas ao mesmo tempo, isto é, obrigatoriamente uma delas tem que ser verdadeira e a outra falsa.

Lacan (Seminário 9) recorre ao esquema de Peirce, que discorda dessa classificação das frases e organiza-as em torno da distinção entre a quantidade (universal e particular e singular) e a qualidade (afirmativa e negativa). Propondo a seguinte figuração, em que temos traços dispostos em quadrantes:

 1º quadrante	 4º quadrante
 2º quadrante	 3º quadrante

,

1º quadrante: todos os traços são verticais

2º quadrante: alguns traços são verticais e outros não.

3º quadrante: nenhum traço é vertical

4º quadrante: não existem traços

Para retomarmos as frases aristotélicas, Peirce propõe que tomemos “traço” como sujeito e “vertical” como predicado.

1- A Universal Afirmativa “Todo traço é vertical”: tanto o primeiro quadrante quanto o quarto validam a Universal Afirmativa. A novidade para nós é que o quarto quadrante não tem traço algum e, no entanto, a proposição é válida. Na verdade, a situação quanto a traços nesse quadrante – não existe nele um traço sequer – é que não há nada nele que desminta a proposição universal: como só há dois valores de verdade possíveis para uma proposição – Verdadeiro ou Falso –, se a proposição não é falsa, segue-se que ela é verdadeira.

2- A Universal Negativa “nenhum traço é vertical” é validada tanto pelo terceiro quanto pelo quarto quadrantes. Como no caso anterior, o quarto quadrante não desmente a proposição, e por isso ela é verdadeira.

3- A Particular Afirmativa “Alguns traços são verticais” tem a validação do primeiro e do segundo quadrantes. A questão com as particulares é reversa em relação às universais.

4- A Particular Negativa “Alguns traços não são verticais” é validada tanto pelo segundo quanto pelo terceiro quadrante.

Assim, a partir da concepção de uma extensão vazia, fica derogado por Peirce o esquema de Aristóteles, no qual a Universal Afirmativa e a Universal Negativa não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo, porque, se existem apenas dois valores de verdade – Verdadeiro ou Falso –, a extensão vazia que encontramos no esquema de Peirce não contradiz a proposição: se ela não é falsa ela é verdadeira. Nas particulares encontramos o reverso, o que vem a apresentar algo bastante interessante, posto que na tradição lógica essa é considerada uma proposição quantificada existencialmente, e que nessa figuração, justamente na situação do quadrante 4 (o vazio), podemos dizer que em relação às particulares ambas podem ser falsas ao mesmo tempo.

Com base nas articulações lógicas que Lacan nos apresenta no Seminário da Identificação, podemos entender que a partir dessa sintaxe, que Lacan toma de empréstimo às reflexões de Peirce sobre lógica clássica, faz-se possível a ultrapassagem da dicotomia verdadeiro *versus* falso:

Fernandes aponta-nos nessa sintaxe, em que se articula ao vazio, a entrada em função do traço unário:

Com esse tipo de reflexão lógica, tratar-se-ia de barrar a síntese, a totalização, e situar a questão subjetiva em função de uma combinatória mínima comandada pelo Um do traço unário. Essa combinatória, essa sintaxe, articula o vazio como uma dimensão a mais, para além da positividade que satura a realidade. (Ibid, p. 93)

Para isso, retoma o que já havia dito: que na filosofia de Hegel, embora o trabalho do negativo seja reconhecido, permanece a idéia de presença e positividade, à qual ele (o negativo) acaba sempre subsumido, trazendo algumas questões em relação à negação da negação em Hegel:

A negação da negação é o modo pelo qual a positividade do ser conserva-se como tal ao longo do percurso todo e no final totaliza-se como saber absoluto. Lembrem-se, e isso é importante, diante desse logicismo implacável de Hegel, Lacan assinala com Kierkegaard o tema do sacrifício de Abraão e do paradoxal. Principalmente, a falta da falta não conduz de maneira alguma à positividade do ser, mas à negatividade essencial da angústia. (Ibid, p. 86).

O traço unário, entendido como articulado ao vazio, é fundamental para avançarmos na reflexão sobre a forma como vemos o significante retornar na fala ecológica de uma criança autista. Essa fala não se produz por uma alternância entre a presença e a ausência, mas funciona como a própria presentificação da voz como real que não pode ser tomado como vindo de um outro lugar. Pensando que esses significantes se apresentam na forma como o discurso do Outro incide sobre o corpo da criança, podemos dizer que no autismo algo fracassa na articulação espaço temporal de um intervalo possível à emergência de sujeito.

Capítulo 4

A NEGAÇÃO E A ESTRUTURAÇÃO SUBJETIVA

Passamos aqui para a parte do trabalho em que apresentamos articulações possíveis no campo psicanalítico entre a negação e a estruturação subjetiva. Primeiramente, devo levantar alguns pontos que me parecem importantes para entender o que há de fundamental no texto de Freud no sentido de colocar o discurso em função do lugar do Outro e da transferência.

Freud dá início ao artigo *Die Verneinung*⁸ afirmando que “(o) modo como os pacientes apresentam as idéias que lhes ocorrem durante o trabalho de análise nos dá a oportunidade de fazer algumas observações interessantes”. (p.127)

Dessa afirmação quero ressaltar que a negação importa para Freud não como conteúdo, mas como um modo de apresentação das idéias. Isso quer dizer que a negação não altera alguma coisa no nível das idéias; como diz Freud, elas “ocorrem”, e assim se estabelece uma divisão entre a idéia e o modo como se dá sua apresentação.

Freud afirma então outra coisa em relação à negação: se o paciente diz que não é, é porque é. A escuta do analista não se restringe ao enunciado, mas refere-se ao plano da enunciação. Contudo, não se trata de uma enunciação qualquer, e temos que retomar o que ele diz sobre a interpretação do analista: “Na interpretação tomamos a liberdade de desconsiderar a negação, extraíndo o puro sentido da idéia”. (p.127)

Se isso quer dizer que a negação não altera o sentido inconsciente da idéia, então, que relação é essa que se estabelece entre enunciação e enunciado quando se interpreta? Se o ato considerado é o de negar, o que poderíamos dizer sobre a apresentação da idéia inconsciente – ela pode ser

⁸ Todas as citações do texto de Freud são retiradas da tradução comentada de Marilene Carone em *A negação: um claro enigma de Freud*.

considerada um enunciado? Sem dúvida, ela é colocada em um campo neutro entre o paciente e o analista, um referente em torno do qual pode girar certa discordância, mantendo o afeto a determinada distância. Mas, assim como no conteúdo dos sonhos, o paciente pode se dar conta de que a idéia foi produzida por ele, o que reverteria o discordar por antecipação de um dizer suposto ao analista. É possível que o sujeito se reconheça no seu ato de negar quando, em uma relação de transferência, o analista vem ocupar o lugar de um suposto saber. Essas questões colocam a necessidade de articular a *Verneinung* em relação à função do Outro na estruturação subjetiva.

Para esclarecer o mecanismo da negação, Freud recorre a uma espécie de jogo possível para buscar um conteúdo inconsciente recalçado, que consiste em perguntar o que o paciente considera mais improvável em determinada situação. O paciente que cai na “armadilha” revela ou confessa a verdade, apresentando como menos importante o que mais lhe importa. Será que podemos dizer que alinhar a negação a esse mecanismo coloca-a como uma forma de revelação da verdade pela via da inversão? Freud também relaciona o mesmo mecanismo à experiência do neurótico obsessivo, quando este rejeita o sentido correto das idéias que lhe sobrevêm.

Um aspecto fundamental para o que pretendo desenvolver é que situar a verdade pela via da inversão não significa que ela esteja localizada em um sentido oposto; não se trata de substancializá-la, mas sim de tomar o próprio ato de negação como uma formação do inconsciente em que o sujeito se projeta em um mais além, que só é possível por sua condição de sujeito dividido e pela constituição do lugar do Outro como endereçamento.

Voltando a *Die Verneinung*, Freud encaminha seus leitores no sentido de entender sua afirmação: “O conteúdo da representação ou do pensamento pode abrir caminho até à consciência, com a condição de ser negado” e “A negação é o levantamento (*Aufhebung*)⁹ do recalque, mas não a aceitação do recalçado”. (p. 129).

⁹ Segundo Carone, *Aufhebung* significa levantamento, superação, suspensão, cancelamento, revogação; para a tradutora, levantamento é melhor opção para entender o “levantamento da

Como em Hegel, *Aufhebung* é situada como tendo o sentido de suspensão/supressão, e encontramos em Lacan um desdobramento em que a negação passa a ser entendida como uma condição de suspensão de um conteúdo recalçado (do recalque); nesse caso, ela não surge em um primeiro momento, mas em um segundo, como no caso trazido por Freud:

1. O Sr. Pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho.
2. Minha mãe não é.

O que ele nos apresenta é que uma idéia recalçada está em condição de ser negada, e podemos retomá-la a partir do lugar do Outro, introduzido por Lacan, e no qual é suposta a origem da idéia. Entendendo assim que o que não há é o reconhecimento da idéia como própria, ela existe, mas não pode ser atribuída ao sujeito. Aí se apresenta o dilema que envolve a interpretação na análise, que veio a diferenciar as formas de entender o lugar que o analista se atribui na prática baseada na relação de transferência, trazendo conseqüências para a clínica psicanalítica. Na resposta ao comentário de J. Hyppolite, Lacan situa essa problemática em função das conseqüências, ou melhor, da esterilidade que se produz na análise quando as interpretações se encaminham no sentido de desfazer as defesas do eu por meio da análise das resistências.

Esse não reconhecimento da idéia como própria apresenta-se na dissociação, que Freud revela, nesse trabalho, entre o intelectual e o afetivo. Para ele: *“O julgar é a ação intelectual que decide a escolha da ação motora, põe fim ao adiamento pelo pensamento e faz a passagem do pensar para o agir”*. (p.131)

Não podemos deixar de nos interrogar sobre o que Freud pode trazer em relação à linguagem quando fala de uma ação intelectual que põe fim ao adiamento do pensamento. Freud define o julgar como um tatear motor com o mínimo dispêndio de carga (energia): o pensamento emprega uma técnica

repressão”, mas existiria uma controvérsia quanto a considerar ou não o termo como equivalente exato da *Aufhebung* hegeliana.

originada nas percepções sensoriais, que não é passiva, uma vez que o ego envia periodicamente pequenas quantidades de investimento para o sistema percepção.

Freud diz que a qualidade é “expressa na linguagem das mais antigas moções pulsionais orais” (*Triebregungen*). É interessante que tanto o querer comer quanto o querer cuspir já sejam denominados linguagem, o que posteriormente será transposto para “eu quero introduzir em mim” e “eu quero excluir de mim”. Um querer (pulsão) é transposto para um “eu quero”. A diferenciação do Ego-de-prazer se dá pela expulsão daquilo que a princípio era idêntico.

É com a definição desse mecanismo de expulsão do idêntico que poderemos fazer uma ponte, uma relação entre o que foi apresentado por Freud e as contribuições trazidas por Lacan, quando propõe uma diferenciação entre real e realidade, que será trabalhada, mais adiante, a partir do entendimento do termo recusa.

Um ponto importante para nossa reflexão pode ser colocado como uma questão: se podemos dizer com Freud que no humano uma atividade oral (engolir, cuspir) pode ser entendida como articulada à ação de linguagem, o que podemos dizer do silêncio em que podem estar engolfadas as atividades orais de uma criança autista? Esse objeto oral, que se apresenta referido a uma pulsão parcial, em que medida pode ser incorporado ou projetado? Temos que situar essa função da atividade oral a partir não só das questões trazidas por Freud, mas também do desdobramento que passa a ter quando Lacan vem a situá-la em relação ao seio, como aquilo que denominou “*objeto a*”, em que a questão do negativo pode ser retomada pela via de um significante $-\phi$, desenvolvido em relação à questão da angústia na estruturação subjetiva¹⁰.

Na *Verneinung*, o que Freud parece estar voltado a descrever são esses mecanismos que, como ele diz, originam-se de decisões a tomar não só sobre a qualidade (bom ou mau), mas sobre a existência, o que envolve a questão da representação. Essa abordagem da representação leva, por exemplo, a

¹⁰ Essas questões serão retomadas no Cap. 10 (Os Autismos: a teoria e a clínica).

teorizações como a kleiniana e a de seus seguidores, que situam a constituição do psiquismo em certo grau de continência e de adequação materna às necessidades do bebê, fazendo-se imprescindível que ela seja “suficientemente” boa. A partir de Lacan, estamos situando a representação não com referência a um objeto específico, mas, principalmente, como uma posição em relação ao Outro.

Sem dúvida, a situação de prematuridade do ser humano e sua condição de dependência estão situadas na teorização psicanalítica freudiana, mas, nesse texto, percebemos que o mais importante não é situar o grau de suficiência de satisfação, mas sim sua ancoragem e sua possibilidade de independência de um objeto determinado a partir de um processo de representação. É o que entendemos da afirmação de Freud: *“Agora não se trata mais da questão de saber se algo percebido (uma coisa) deve ou não ser acolhido no ego, mas se algo presente no ego como representação pode também ser reencontrado na percepção (realidade).”* (p. 130)

Esse entrecruzamento de pontos de vista parece ser a virada fundamental de Freud em seu próprio pensamento. É que além de uma coisa se apresentar como objeto de satisfação ela também necessita ser reencontrada no mundo externo. Nesse sentido, Freud coloca a representação como garantia de realidade e põe fim à idéia de que existiria uma oposição entre o objetivo e o subjetivo anterior à linguagem. A condição principal para a prova de realidade passa a ser que o objeto de satisfação seja perdido. Essa perda fundamental é o ponto nodal em que poderemos ancorar nossas questões em relação aos autismos no retorno de Lacan a Freud.

Como já foi dito, a denegação no artigo de Freud é apresentada como um certificado de origem do recalçado e, também, como o que possibilita sua apresentação no pensamento. No entanto, é quanto à sua função associada ao processo de representação que penso poder extrair questões fundamentais para pensar a impossibilidade de um enlaçamento com a linguagem em crianças que recebem o diagnóstico de autismo. Assim, trataremos a negação não só a partir

da instauração do recalque, mas de sua articulação na estruturação de uma subjetividade.

Em casos de autismo, a palavra “não” pode aparecer, mas isso não implica que sua emissão sonora esteja marcada por um tipo de inversão que faça circular os conteúdos entre o dentro e o fora. A percepção sonora pode até reproduzir as oposições fonemáticas de uma língua, mas isso se apresenta de forma estranha, porque não pode ser colocado em relação ao Outro. O que quer dizer que isso não funciona como uma lei que inscreve o sujeito na linguagem.¹¹ Como vimos no artigo de Freud, a palavra “não” se articula a processos de incorporação e projeção que estabelecem uma relação imaginária entre o dentro e o fora (o bom e o mau). Creio que a ausência dessa articulação opositiva evidencia-se tanto na fala ecológica quanto em certas formas de ocupação do espaço por crianças autistas, nas quais o olhar se preenche do mundo em vez de organizá-lo a partir de uma referência. O andar em ponta de pés e o tocar as coisas com a ponta dos dedos, que costumam fazer parte do quadro, impõem pensar que uma apreensão do mundo não está estruturada. Parece-me que a criança autista não está em uma posição de tocar as coisas do mundo, mas evita ser tocada por elas. O que quero dizer é que, ainda que a percepção esteja na origem do pensamento, não podemos dizer que ela funcione desde sempre como um sistema discriminador e ordenador; é isso que nos faz retomar o artigo de Freud *Die Verneinung* para pensar o que existe anterior ao recalque e mesmo o que vem a operar nele.

Vou referenciar-me no trabalho de René Lew (1980), *A Denegação na obra de Freud*, para ampliar o entendimento da *Verneinung*. Segundo Lew, Freud quis ir além da sua análise quando nos apresenta as duas decisões que a função do julgamento tem que tomar: no julgamento de atribuição, dar significação ou qualidade a alguma coisa; no julgamento de existência, admitir ou contestar a existência na realidade de uma representação. Para ele: “*Esta diferenciação indica, de saída, o nível do problema: a necessidade de se*

¹¹ Isso será retomado na apresentação de um caso clínico: *Um caso: Uma transferência* (Cap. 8. 4).

especificar as relações entre a representação e a coisa (Vorstellung e Ding) e, como o faz Freud, antes mesmo de fazer preceder a existência pela atribuição.” (Lew, 1976, p. 23)

O autor retoma o paralelismo a partir do qual Freud compõe um quadro no qual alinha qualidades essenciais ao bom e ao mau:

bom	mau
útil	nocivo
comer	cuspir
introduzir	excluir
em mim	fora de mim

e mostra que para supor essas oposições entre “em mim” e “fora de mim” é preciso igualmente subentender que um eu (moi) já esteja constituído ou ao menos em constituição. Na verdade, o eu (moi) é o bom (o que está dentro) e o mau foi excluído, rejeitado, para o exterior. Lew esclarece:

Sob o comando do princípio de prazer, este *Lust-Ich* original introjeta o bom (o que não é senso estrito) e exclui o mau. E, precisa Freud, no início, num tempo de indiferenciação dentro-fora - antes desta diferenciação mítica do introjetado e do excluído – o que é mau, estrangeiro, exterior ao eu (moi), é-lhe *zunächst*, idêntico. O eu (moi) não preexiste a esta partição fundamental. Ele se constitui ao mesmo tempo que ela, mais ainda ele é aquilo que, desta bipartição, se constitui como devendo ser conservado daquilo que se apresenta . Tudo isto, relativamente à qualidade e a partilha sob a influência do prazer/desprazer daquilo que é bom ou mau. (Ibid, p.24).

Nesse sentido situa a apresentação de J. Hyppolite como uma retomada da articulação do dentro-fora fundamental à estruturação:

Como precisa J. Hyppolite, miticamente isto se situa antes de todo julgamento, existe somente formação do dentro e fora. Mas as qualidades primordiais próprias e necessárias ao julgamento já estão aí, nelas mesmas e por seus efeitos, são constitutivas do gozo. (Ibid, p.24)

As questões colocadas levam a concluir que o eu (moi) constitui-se daquilo que não é excluído, e que a expulsão marca a gênese desse eu-prazer original, a saída de um momento em que tudo era idêntico. Mas o que poderíamos dizer desse momento indiferenciado, antes de uma operação constitutiva? Isso só pode ser concebido miticamente. Retornando a Lew:

A primeira é a operação de expulsão, necessária e suficiente por si mesma, que leva a clivagem a fundar um fora. 'O real como exterior ao sujeito' diz Lacan (5). Restará um dentro, eu (moi) primordial, em seguida capaz de introjeção. Significa que a introjeção é inconcebível sem a expulsão. Expulsão que não deve ser considerada como condição prévia; mas um mesmo movimento de rejeição do mau e de conservação-atração do bom, permite a um eu (moi) de criar-se diferenciando-se de um exterior, de um real que nasce então como aquilo que 'já estava aí', na realidade exterior. (Ibid, p.25).

Essa afirmação implica uma saída radical de uma concepção de anterioridade do real, que leva ao entendimento da diferenciação entre o dentro e o fora, a partir de uma operação de corte significativa, uma vez que tudo isso não poderia se produzir se não tivéssemos operando com uma possibilidade de inscrição dessa experiência. Na verdade, essa oposição entre princípio de prazer e de realidade é o ponto em que se fazem necessárias outras articulações em Freud, e em que Lacan recupera uma fenda aberta a pensar a causalidade psíquica. E vai pensá-la não como um ponto último a que chegar pela via da razão, mas como um ponto cego no qual se articula uma função produtora de desejo.

Em relação ao juízo de existência, Freud não considera que o eu introjeta algo percebido no exterior, mas que encontra, pela via da percepção, uma representação interna: o exterior existindo em si e o interior como uma figuração do eu (moi). O imaginário coloca-se como necessário para pensar como se articula o dentro e o fora. Nas palavras de Lew:

É que, agora, todo problema é imaginário. Mais exatamente, nesta relação ao real, a questão é saber como o sujeito no ato de destacar-se (deste real, que cola, que tende ao indiferenciado, ao não dialetizável) poderá utilizar o que agora lhe é exterior. O real, se se permite trazê-lo

desta forma, é aquilo que não é simbolizado, aquilo que o significante não pode agarrar, o que não pode ser recalçado. Inicialmente: é o neutro, o igual, o “existe” de J. Hyppolite – que será transcrito em dentro/fora e cujo véu a representação virá levantar em seguida. (Ibid, p.26).

Será que podemos considerar como Lew que, se em Freud o *Nein* é “etiqueta” do recalque, a partir de sua entrada como significante algo pela via do simbólico possibilitou que um recorte da realidade fosse feito pela via imaginária? Seguindo seu percurso para pensar essa questão, temos que entender primeiramente (partindo do artigo de Freud) que só podemos supor uma percepção primordial a partir de seu reencontro na realidade, como certa correspondência entre a coisa e a representação, cujo objetivo (exterior) apresenta-se calcado no subjetivo (eu-moi). O que vem a colocar o pensamento como independente da presença de um objeto e muito mais definido pela reprodução da representação. Com a representação, uma nova leitura se apresenta para o princípio do prazer:

É neste nível – o da representação – que o intelectual se separa do afetivo ao mesmo tempo em que se relaciona [com ele]. O iniciador do movimento mesmo do pensar, nessa chave que é a representação, é o princípio do prazer que impõe menos o reencontrar de um objeto, que se convencer que ele está ainda presente, isto é, sempre à disposição, mesmo se esta repetição vê sua aparência transformada por omissões ou fusões. (Lew, id., p. 27)

Para entender por que Hyppolite considera esses processos como dessimétricos, temos que partir da idéia de que essa gênese lógica do pensamento e do ato é apresentada por Freud como constituída a partir de Eros e do instinto de morte (categorias pulsionais constituídas na dependência do princípio de prazer); o que implica pensar que a *Verneinung* é sucessora da expulsão e da pulsão de destruição, enquanto a *Bejahung* (afirmação) seria a manifestação de Eros. A negação articula-se à expulsão. Retomando Lew:

J. Hyppolite nota com razão que estes processos são dissimétricos, pois se a destruição cria esta partição por expulsão, de onde surge a negação, o Eros está intimamente já ligado ao eu (*moi*) (ao sujeito). A afirmação adquire, portanto, sua função de estar relacionada ao sujeito.

A negação, ela, sucede à expulsão e é um meio utilizável. Se a expulsão (e por conseguinte a negação) não se fizesse, a afirmação não seria, da mesma forma que o sujeito. (p.27-28)

No *Seminário Livro 3, As psicoses*, Lacan apresenta sua tese que vai de encontro às contradições que surgem no campo psicanalítico em relação à noção de auto-erotismo, a partir da qual poderemos entender um pouco melhor sua posição quanto à relação da criança com o mundo exterior e a articulação simbólica:

Minha tese pode igualmente esclarecer uma contradição que parece insolúvel no próprio Freud a respeito do auto-erotismo. Por um lado, ele nos fala do objeto primitivo da primeira relação criança-mãe. Por outro lado, ele formula a noção do auto-erotismo primordial, isto é, de uma etapa, por mais curta que a suponhamos, em que não há para a criança mundo exterior. (Lacan, 1981, p. 171).

Sua tese é a de que não é de saída que a realidade é marcada pela aniquilação simbólica. O que coloca a imersão do ser humano no mundo de forma bem diferente da do animal ao qual concebemos um *Umwelt* correlato ao funcionamento biológico. É nesse sentido que Lacan retoma a importância do trabalho realizado por ele e por Hyppolite em relação ao texto da *Verneinung*, para dizer o porquê da necessidade de se introduzir aí a *Verwerfung*. Para ele, existe ali algo que não se situa em relação ao recalque: “*O texto de Freud, incontestavelmente brilhante, está longe de ser satisfatório. Isso confunde tudo, isso não tem nada a ver com uma ‘Verdrängung’*” (Ibid, p.174).

A *Verwerfung* seria a exclusão por rejeição de um significante primordial, apresentada como base para a explicação do mecanismo e funcionamento da paranóia. No entendimento de Lacan, não se trata da exclusão de um dentro do corpo, mas de um primeiro corpo de significante que faz possível tomar o jogo da representação como objetos já constituídos:

Trata-se – é Freud que fala aqui e não eu – de um pôr à prova o exterior pelo interior, da constituição da realidade do sujeito na redescoberta do objeto. O objeto é reencontrado numa busca, aliás, não se encontra nunca o mesmo objeto. Essa constituição da realidade, tão essencial para a explicação de todos os mecanismos de repetição, inscreve-se na

base de uma primeira bipartição, a qual recobre curiosamente certos mitos primitivos, que evocam alguma coisa de primordialmente manco que foi introduzido no acesso do sujeito à realidade humana. Eis o que é suposto por esta singular anterioridade que, na *Verneinung*, Freud dá ao que ele explica analogicamente como um julgamento de atribuição, em relação ao julgamento de existência. Há na dialética de Freud uma primeira divisão do bom e do ruim que só pode ser concebida se a interpretamos como a rejeição de um significante primordial. (p.174)

Para Lacan, isso tudo não é mais do que uma maneira mítica de tratar a questão da origem, visto que não podemos dizer que em determinada etapa o sujeito adquire primeiro o significante primitivo e depois se introduz o jogo das significações, para só depois haver um enlaçamento entre significante e significado, possibilitando a entrada no discurso. Nesse sentido, refere-se ao esquema de aparelho psíquico proposto por Freud, na carta 52 a Fliess¹², e esse aparelho é para ele o lugar em que Freud apresenta a experiência da cura em função dos fenômenos de memória.

A memória, como é apresentada, diferencia-se do que seria memória para outros campos de conhecimento, entendida a partir do funcionamento de experimentos com animais, que tomam como base uma relação contínua entre uma reação e um estímulo. Para a psicanálise, a partir Freud, a memória é constituída no humano de pequenos sinais e mensagens que ficam excluídos da experiência, mas que são gravados de diversas maneiras. Haveria uma relação de exclusão entre o fenômeno de consciência e o fenômeno da memória que só pode ser entendida a partir do funcionamento do princípio do prazer (processo primário). Lacan retoma a metáfora do bloco mágico de Freud para explicar o funcionamento da percepção no circuito da apreensão psíquica, para dizer que na memória algo de inacessível à experiência continua a circular, fazendo com que em nome do princípio de prazer o ser humano recomece indefinidamente a reviver experiências dolorosas.

A partir dessa concepção das coisas, Lacan reconhece que se há na *Verneinung* o aparecimento de algo fugidio, que aparece e desaparece, é

¹² Na carta 52, o recalque é situado por Freud como uma falha de tradução entre os registros de épocas sucessivas da vida. Essa falha de tradução produz desprazer. Existiria uma defesa normal dentro de uma fase psíquica, já a defesa patológica somente ocorreria contra um traço de memória de uma fase anterior que ainda não teria sido traduzido.

porque os registros do sistema de memória aparecem no sistema de defesa, por isso nos lembramos de coisas que não nos agradam. A noção de defesa, assim apresentada, não pode ser considerada patológica, a não ser quando uma regressão tópica se manifesta em torno de uma regressão afetiva. No nível da regressão tópica encontramos aquilo que se apresenta no discurso, entendido como o do oficial ego: "esse sentimento de nunca estar inteiramente no que queremos dizer". A estrutura do discurso só podendo ser entendida a partir do que se passa entre significação e significante, em que o próprio sujeito entra no jogo como um significante, passando a si mesmo para trás. Para Lacan, é aí que o real, ou o imaginário, do sujeito entra em ação, retomando o que acontece na *Verneinung*:

No campo problemático dos fenômenos da *Verneinung*, acontecem fenômenos que devem provir de uma queda de nível, da passagem de um registro para outro, e que se manifestam curiosamente com o caráter do negado e do desmentido – é posto como não sendo existente. Aí está uma propriedade primeiríssima da linguagem, já que o símbolo é como tal conotação da presença e ausência. (Ibid, p. 179)

Uma questão se coloca em torno da necessidade de supor algo anterior à *Verneinung* que tenha o caráter não só de uma privação, mas de uma subtração que se dá com a entrada de um significante primordial. Se o significante é dado primitivamente, é preciso que, em contrapartida, o sujeito o faça entrar na sua história.

A necessidade de distinção entre real e realidade, operada por Lacan, permite compreender que o psicótico é confrontado com uma ausência de significante. Penso que essa não pode ser uma distinção que se justifica na diferenciação entre Freud e Lacan, mas na diferenciação que se construiu no seio da psicanálise na retomada das questões e conceituações fundamentais trazidas por Freud. Segundo o próprio Lacan, e outros psicanalistas que se filiaram ao seu pensamento, a questão da linguagem já estava posta por Freud, mesmo quando no "Projeto para uma psicologia científica" ele recorre aos termos da neurologia. Segundo Eduardo Vidal e Maria Cristina Vidal (1995), o Projeto pode ser lido como a formulação de um aparelho de linguagem:

Em 1895, Freud introduz a 'experiência de satisfação' que determinará a primeira inscrição fundante do aparelho psíquico. No 'Projeto', como estamos acostumados a chamá-lo, Freud dá a formulação mais pormenorizada da entrada do organismo humano na linguagem. Que os termos sejam tomados da neurologia, não implica que o aparelho psíquico deva ser identificado a um órgão biológico. (p. 118)

Os autores destacam que Freud apresenta no Projeto o fato de que a circulação de uma quantidade de energia (Q) nos neurônios não se dá de uma maneira livre, e que a suposição de uma resistência equivalente em todas as barreiras de contato, como uma constante a ser vencida, é apresentada como um modelo da relação com o exterior. No entanto, esse exterior não só não se define apenas como o mundo externo, mas também o corpo próprio é tomado como alheio ao sujeito. Em primeiro lugar, o destino que o aparelho psíquico reserva às Q é a descarga, mas essas deixam caminhos e trilhamentos, rastros que são denominados memória e que constituem o sistema Ψ (sistema de neurônios impermeáveis). Essa forma de apresentar o aparelho implica que nunca haja uma descarga completa de Q , ele deve aprender a suportar um aumento de tensão, um trabalho que promove diferenciações e ramificações simbólicas.

Assim, Vidal & Vidal apresentam uma consideração sobre o mecanismo de funcionamento desse aparelho que nos parece fundamental:

Consideramos importante salientar que o aparelho se encontra especialmente despreparado para a Q do corpo, antecedente teórico do conceito de pulsão. Ela é recebida pelo sistema Ψ como algo heterogêneo, isto é, como um real traumático, excessivo e "antes" do tempo. O sistema ψ chega sempre 'só depois' (*nachträglich*). Dessa discordância, surge uma urgência no aparelho que se realiza como descarga pela via do ato. De acordo com a experiência, a primeira via percorrida é a da alteração interna, caracterizada pelo grito. Freud se refere aos signos de descarga de linguagem (*Sprachabfuhrzeichen*) essenciais para a inscrição da criança na dimensão do símbolo. Devemos destacar que o aparelho é constituído de uma falta (*mangel*) que é suprida pelos signos de linguagem. (p. 118).

O desamparo inicial articula-se através de uma hiância que se estabelece entre o grito e o objeto da necessidade. A princípio, o que se tem é o grito descrito como ação motora, mas que, em seu caráter de heterogeneidade e dessimetria em relação ao objeto, já não pode ser tomado como um ato reflexo.

A partir da questão do grito, Vidal & Vidal traçam uma linha de pensamento de Freud a Lacan, partindo de um primeiro entendimento de que o grito na criança como uma descarga é em Freud expressão de um estado original de desamparo e urgência no humano. No esquema do projeto, o grito seria um meio de descarga de uma *Q* acumulada que, quando em seu trilhamento encontra a ajuda alheia (ação específica), pode ser tomado em sua função secundária de entendimento: uma adaptação. Essa adaptação, uma vez submetida à linguagem, supõe a entrada em jogo não apenas de um outro provedor, mas do Outro.

Já haveria em Freud, na emergência do objeto de satisfação, uma relação com a linguagem em que o próprio grito diante da experiência da dor funciona como um ato que marca o objeto, na medida em que é escutado pelo próprio sujeito. Nesse sentido, o sujeito é situado em uma divisão entre aquele que emite o som e aquele que recebe a notícia e a partir daí situa o *Eu* conforme a experiência do semelhante, do próximo (*Nebenmensch*). Por outro lado, essa experiência lembra-nos de que é também em Freud que encontramos no complexo do semelhante algo de inassimilável e imutável que é a Coisa (*Das Ding*), que a partir de Lacan podemos entender como algo excluído no campo do Outro. Essa Coisa também é entendida como um vazio, um real inapreensível, mas a que o sujeito retorna e contorna na articulação significante. O Outro como *Das Ding* apresenta-se como Outro absoluto e sem atributos, o que seria o próprio núcleo do inconsciente:

Excluída no interior do campo do Outro, a Coisa não recebe atributos, não é predicável. É o fora-significante na estrutura da linguagem que inaugura uma nova topologia do sujeito. No cerne do inconsciente está a Coisa, esse vazio intransponível do qual o sujeito se mantém à distância. (Vidal & Vidal, p.121).

A partir da suposição dessa partição constitutiva do sujeito, a *Verneinung* pode ser retomada em torno do que seria a coisa (*Das Ding*), em que a questão do juízo de atribuição e de existência é entendida à luz das operações lógicas de alienação e separação introduzidas por Lacan no Seminário 11: “Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise” (1964).

A pulsão introduz-se na necessidade, determinando o lugar do sujeito e do objeto na frase. Resulta a primeira partição; “em mim” e “fora de mim”, como condição de uma topologia subjetiva. Ao nível do Eu-prazer deparamo-nos com um funcionamento automático. A operação de inscrição não é sem uma exclusão de algo que resta ao significante numa região “fora de mim”. (Vidal & Vidal, p.122)

Vidal & Vidal trazem algumas articulações importantes para entendermos como a relação entre o dentro e o fora apresentado na *Verneinung* e o plano projetivo introduzido por Lacan. Esse plano não divide o espaço em interior e exterior, mas determina um corte em que se inscreve o sujeito, o dentro e o fora correspondem a uma crença da consciência que desconhece a enunciação inconsciente que a divide. Partindo da afirmação de Lacan de que aquilo que foi excluído no simbólico reaparece no real; da noção de que algo de dentro foi expulso para o exterior, os autores entendem que a expulsão do eu (*Ausstossung aus dem Ich*) é uma operação que reitera o ato de exclusão fundante – a *Verneinung* seria uma sucessão dessa operação.

O que foi acima apresentado leva-nos a pensar que nos autismos não evidenciamos a função do plano projetivo, algo que podemos perceber na forma como o olhar se apresenta nessas crianças, nas quais a experiência especular não se produz; uma vez que o “olhar” de uma criança autista não é estruturado por uma falta, parece que ele não procura algo fora de si, o olhar não se apresenta como uma borda. Se considerarmos que o olhar, diferente da visão, está articulado pelo mais além da linguagem, pela hiância entre encontro e

desencontro, podemos dizer que uma criança autista parece ter os olhos plenos.¹³

Mas em que medida essas questões poderiam estar articuladas a partir da *Verneinung*? Os Vidal entendem que ela apresenta a própria afirmação do sujeito como faltante:

A *Verneinung* afirma o lugar do sujeito, onde a Coisa deixa de existir. O sujeito, inconsciente na cadeia significante, é introduzido na dimensão da falta-a-ser. A função do juízo deve agora decidir sobre a “existência” real de uma coisa representada. (p.124)

Assim, se a função *da Das Ding* é considerada no cerne do que determina a orientação da posição subjetiva em relação ao gozo, a *Verneinung* funda o inconsciente barrando a coisa. É a sujeição à representação, o juízo de existência entendido como uma decisão que implica uma perda de ser na linguagem; uma busca orientada que contorna um objeto sempre perdido. O desejo é o resultado da decisão de perder o objeto da satisfação, ou seja: um gozo barrado, e é dessa operação que se inscreve o *objeto a* da álgebra lacaniana, como objeto resto e caído de um gozo.

No Seminário *A angústia* (1962-63), Lacan trabalha seu conceito de *objeto a* no sentido de escrever com a letra o efeito da falta na imagem, e para pensar a questão da castração trazida por Freud. Os investimentos libidinais do eu ao objeto e seu retorno sobre o eu só se realizam a partir dessa falta no nível especular, o que implica que o Outro seja barrado e que deseje com a sua falta.

As questões que foram até aqui apresentadas assinalam, desde Freud, a função de uma expulsão que incide sobre a perda do puro vivo. Essa perda – que Lacan inscreve como um significante primordial – põe em função o Outro que, enquanto barrado, pode vir a operar uma perda de gozo, que é o que define a estruturação do sujeito na linguagem. Pensar a problemática do autismo envolve interrogações quanto a essa necessária perda de gozo na entrada na linguagem, quanto à posição da criança autista em relação aos objetos da

¹³ Essa questão sobre o olhar das crianças autista será retomada no Capítulo 8 (*Atrás do espelho*).

pulsão (o olhar, a voz, o seio e as fezes) e quanto à possibilidade de inscrição de uma falta no Outro. As articulações trazidas por Vidal & Vidal sobre a *Verneinung* localizam-na como um ato de inscrição de uma perda.

A *Verneinung* foi apresentada como o que introduz a necessidade de o juízo de existência ser tomado como uma decisão. Esse ponto se torna importante, porque, na tentativa de fazer entrar em função a transferência na clínica psicanalítica com os autismos, somos tomados pela questão que envolve o que ora se denomina recusa, ora anulação, ora exclusão do Outro. Se considerarmos com Lacan o auto-erotismo como um momento mítico, anterior à expulsão do si mesmo, podemos situá-lo como a posição em relação ao Outro no autismo, como a vivência mítica do gozo do puro vivo?

Embora não possamos, em torno da nomeação de autismo, deixar de considerar a singularidade de cada caso, temos que pensar que muitos autistas chegam a ser falantes. Embora esse “ser falante” não signifique que neles a fala funcione como inscrição do sujeito no campo da linguagem, é preciso reconhecer que, de certa maneira, um significante se apresenta, mesmo não se remetendo a outro significante, e que, embora sua incidência possa ser entendida como gozo, apresenta-se como um aprisionamento em que sua repetição não se estrutura em torno da falta, mas que parece tentar inscrevê-la sem encontrar um intervalo ou hiância possível. Aqui nos encontramos com a necessidade de pensar o lugar do Outro barrado como lugar de sustentação de uma articulação de demandas sem tomar a função de satisfazê-las. Por outro lado, temos que lembrar o que foi trazido por Lacan na conferência em Genebra sobre o sintoma (1975) quanto à necessidade de interrogar de onde falam os autistas, pois penso que se o Outro não está suposto para eles é porque em outro lugar ele não se apresenta como barrado; assim, percebemos os autistas invadidos ou mesmo ocupados por uma fala, fala que se apresenta como a Coisa.

A relação designada de exclusão do Outro, na transferência suposta na clínica com autismos, pode ser retomada se pensarmos que a exclusão de algo que resta da inscrição de um significante instala-se como estruturante, e que é

necessária a própria operação de expulsão do si mesmo para que ele possa retornar de um outro lugar, isto é, ser tomado como exterior. Como já apresentamos, para Lew (1980), o retorno do real já impõe a entrada do imaginário. Seria então a função do analista sustentar a expulsão desse Outro absoluto?

Uma outra questão que me parece importante abordar é que a *Verneinung*, como se apresenta desde Freud e como pode ser retomada a partir do plano projetivo, coloca o funcionamento do inconsciente como estruturante e estruturado a partir de certo movimento e de inversões, em que se estabelece uma concepção de dentro e fora, podendo-se entender que a subjetividade se apresenta como uma topologia¹⁴.

¹⁴ Uma questão que fica em aberto para estudos posteriores do percurso de Lacan na psicanálise.

Capítulo 5

SOBRE AS FORMAS DE NEGAR NA PSICANÁLISE

Minha questão fundamental em relação à negação parte do interesse no que podemos dizer, do ponto de vista psicanalítico, sobre sua relação com a estruturação subjetiva e sua incidência na clínica com crianças autistas. Assim, tornou-se necessário o levantamento dos termos que na psicanálise designam uma relação de oposição entre a criança e o Outro. A partir deles iremos encaminhar uma reflexão sobre se poderíamos considerá-los como uma posição negativa, pois se encontramos em Freud a afirmação de que existe uma negação psicótica, também vimos na *Die Verneinung* que a negação se apresenta na origem da própria estruturação do inconsciente. Esses termos envolvem igualmente um percurso de Freud a Lacan.

Minhas interrogações sobre os autismos partem do que situo como um ponto enigmático: a posição em que essas crianças se colocam em relação ao Outro. Percebemos que existe por parte delas uma tendência a anular a presença desse Outro, e que é desproporcional a certos interesses específicos por objetos inanimados, que parecem observar atenta e seletivamente. Esse fato subverte a idéia de que o autismo é um transtorno de desenvolvimento, de que se trata de uma posição que pode ser entendida como circunscrita a uma falha cognitiva. Também não podemos situá-la como uma posição desumanizada, a ponto de assemelhar-se à dos animais, pois não encontramos uma condição de equilíbrio em torno da possibilidade de sobreviver com autonomia e tranqüilidade junto aos seus semelhantes, uma vez que se trata de tornar inviável tanto a constituição do semelhante quanto da diferença. Isso tudo nos interroga sobre a existência de um sentido que possa ser vislumbrado nas ações de uma criança autista, que traz inclusa a questão do quanto seria possível tomar o autismo a partir de uma concepção de estrutura na psicanálise, o que não é a mesma coisa que patologia.

Tomar o autismo em relação à estruturação subjetiva implica poder pensá-lo como uma forma de articulação da falta, que na psicanálise envolve uma posição em relação ao Outro, que só pode ser retomada a partir das contingências envolvidas na configuração sempre singular que pode se apresentar no decorrer da análise de um caso. Pensá-lo como patologia significa partir de uma nosografia, que seria mais um traçado de uma série de sintomas que se inscrevem em uma classe que define o quadro. Parece-me que considerar a negação como um ato permite-nos pensar a articulação do lugar do Outro como necessária à estruturação do inconsciente.

Considerar que no autismo haveria uma exclusão do Outro implica supor uma posição em relação à alteridade? É possível conceber no autismo algo além da mera indiferença. Alguns psicanalistas – como Frances Tustin – tendem a reconhecer certa posição de defesa, como se manter em uma concha, fazer do corpo uma espécie de couraça¹⁵. Isso interessa no sentido de que existe uma questão que envolve a estruturação do dentro e fora nos autismos, e que impõe uma articulação topológica da questão da subjetividade. Nesse sentido é que encontramos na negação, como foi trazida desde Freud no texto *Die Verneinung*, um enraizamento da questão da entrada na linguagem na própria experiência corporal.

A negação se coloca como uma forma de tomarmos um caso de autismo na perspectiva da questão da estruturação do sujeito para a psicanálise: a partir da necessidade de um ato de fala que produza seu enlaçamento na linguagem. Por isso, temos que situar suas formas de articulação do inconsciente a partir de questões que remetem à clínica e à transferência.

¹⁵ Em um quadro no qual descreve o “Autismo Primário Anormal”, Tustin faz a seguinte afirmação no item 10: “Elas se tornam de ‘pele dura’ (crustáceas), para esconder a hipersensibilidade de que são dotadas”. (1975, p. 113)

5.1. A Denegação e o Recalque

Retomamos aqui nosso percurso na articulação teórica da negação no artigo de Freud *Die Verneinung*, em que é apresentada na forma entendida como denegação e considerada como marca de origem do recalque. Essa forma de negação foi situada com referência à relação de transferência na clínica da neurose, implicando que haja a suposição de um saber no Outro; o Outro situado a partir da própria divisão do sujeito. Essa, sem dúvida, não é a posição dos autistas. O que encontramos nas reflexões teóricas é que o Outro do autista se apresenta como um Outro absoluto, sem divisão, sem falta.

A denegação, como uma fala endereçada ao Outro na transferência, implica um processo de representação no qual o sujeito se representa a partir de um outro lugar. Isto supõe o inconsciente estruturado a partir da possibilidade de situar-se em uma falta no Outro.

Que a denegação demonstre que algo do recalque possa aparecer na condição de ser negado, a partir da separação entre o intelectual e o afetivo, pode levar a certa suposição de que sua presença no discurso implique o reconhecimento de uma estruturação do sujeito na neurose. Estudos e pesquisas nesse sentido foram realizados pelo grupo de pesquisa na UFRGS, coordenado por pela Dra. Margareth Schäffer¹⁶. Minha posição é a de que não podemos pensar uma forma discursiva na psicanálise sem considerar a questão da transferência. Assim, a presença da denegação na clínica pode ser tomada como indicador de que o Outro conta como lugar de um suposto saber, uma marca de origem do recalque e de uma estruturação subjetiva no trabalho com crianças; mas, por outro lado, sua ausência não pode definir uma psicose, menos ainda, um autismo.

¹⁶ Essa pesquisa realizada em entre 1995 e 1998 teve sua discussão publicada no artigo *Constituição de uma Subjetividade – um estudo da negação no discurso do neurótico e do psicótico* (1999). O trabalho propõe-se a desenvolver questões quanto à possibilidade de “realizar uma descrição das negações, na língua, como indicadores da divisão do sujeito e, por outro lado, construir um modelo de análise que permita estudar a base comum entre a negação na Lingüística e a negação na Psicanálise. Partido do pressuposto de que ‘o efeito de sentido propiciado pela presença da negação no discurso aponta para a divisão do sujeito na neurose e para a alteração da função simbólica na psicose’”. (p.128)

Resta ainda interrogarmos a partir de que momento a denegação se apresenta na fala das crianças. A denegação, como foi trazida desde Freud, apresenta-se no juízo de existência como sucessor do juízo de atribuição, o qual está relacionado à introdução e a expulsão de algo, como o ato de engolir e cuspir, colocando interrogações sobre o corpo e sua articulação com o simbólico desde a origem.

A denegação implica uma operação que articule uma falta no Outro, isto é, a castração introduzida pelo significante Nome-do-Pai; significante que, como lei, estabelece que não haja significante que diga do todo. No *Dicionário de Psicanálise* (1993), Andrés faz notar o modo como a negação se apresenta na denegação: como uma enunciação que aponta para a importância da alteridade que está em jogo em uma relação de transferência e na atribuição de um pensamento ao Outro. Isso não quer dizer apenas que a mensagem é dirigida a um outro, mas que há uma inscrição do sujeito na lei simbólica que lhe é exterior:

A negação indica, portanto, a articulação do enunciador com esse significante existente, ao mesmo tempo em que o tenta barrar. No exemplo citado por Freud, “Não é minha mãe”, a denegação consiste em querer eliminar esse significante do Outro, mas ele o afirma ao mesmo tempo como letra do sujeito; no fundo, a denegação confirma que o significante provém do Outro, de um alhures, o que permite Lacan situar a negação como borda da manifestação inconsciente. (p. 357)

5.2. A Recusa (*Verleugnung*)

Passamos aqui a uma tentativa de melhor entendimento do que poderíamos considerar como recusa e seu desdobramento na teoria e clínica psicanalítica. Como já vimos, apresenta-se em Freud designada pelo termo alemão *Verleugnung*, situado por ele como um modo de defesa. No *Vocabulário de Psicanálise*, de Laplanche e Pontalis, encontramos o seguinte verbete:

Termo usado por Freud num sentido específico: modo de defesa que consiste numa recusa pelo indivíduo de reconhecer a realidade de uma percepção traumática, essencialmente à da ausência de pênis na mulher. Este mecanismo é evocado por Freud em particular para explicar o fetichismo e as psicoses. (1985, p. 562).

Os autores situam o uso específico do termo *Verleugnung* por Freud a partir de 1924, em relação à castração. Referenciados no que Freud diz em *Die infantile Genitalorganisation* (1923), quando trata a questão como situada perante a percepção da ausência de pênis na menina. Em *Algumas Conseqüências Psíquicas da Diferença Anatômica entre os Sexos* (1925), Freud descreve a recusa tanto em relação à menina como em relação ao rapaz. O que é ressaltado pelos autores do *Vocabulário* é que esse mecanismo que Freud apresenta como comum às crianças é, por outro lado, situado como algo próprio à psicose nos adultos:

Na medida em que a recusa incide na realidade exterior, Freud vê nela, em oposição ao recalçamento, o primeiro momento da psicose: enquanto o neurótico começa por recalçar as exigências do *id*, o psicótico começa por recusar a realidade. (Ibid, p.563).

Para os autores do vocabulário, é a partir do exemplo privilegiado do *Fetichismo* (1927) que Freud elabora a noção de recusa. Salientando as duas posições inconciliáveis em relação à castração feminina: recusa e reconhecimento. A interpretação de Freud é situada em uma ambigüidade, visto que tentaria explicar essa coexistência a partir do recalçamento e da formação de compromisso entre duas forças em conflito. Os textos de 1938 (*A Clivagem do Ego no Processo de Defesa e Resumo de Psicanálise*) são citados como aqueles que elucidam essa noção de clivagem do Ego a partir das duas atitudes presentes no fetichismo: a de recusa e a da percepção da falta de pênis na mulher. Assim, dois pontos são situados na distinção entre essa clivagem e o recalçamento neurótico: a coexistência de dois tipos de defesa do ego sem que haja conflito entre o ego e o *id*, e a incidência de uma das defesas na realidade exterior como recusa de uma percepção. Penso que aqui é importante lembrar o que Lacan apresenta no Seminário *As psicoses* quanto às defesas e à

constituição do aparelho de memória: afirma que não podemos tomá-las como defesas patológicas.

A recusa, em Freud, para os autores do vocabulário, é “*um sinal, entre outros, de sua constante preocupação de descrever um mecanismo originário de defesa perante a realidade exterior*” (ibid, p. 562). Sua noção implicaria uma linha de investigação da primeira concepção de projeção em Freud, que situa o desinvestimento e a perda da realidade na psicose.

Em relação à recusa da realidade que podemos encontrar em crianças, gostaria de trazer um acontecimento que me surpreendeu: não se trata de uma observação dirigida, mas de certo reencontro daquilo que é afirmado por Freud, mas que também abre a possibilidade de pensarmos a incidência da falta articulada a um significante.

Por ocasião de uma festinha de *Halloween*, duas meninas com idade de cinco anos, bem menores que as outras crianças que estão na festa, divertem-se com um móvel em forma de um esqueleto articulado. Elas riem de seu “pipi”, durante uns trinta minutos, apesar de não ser possível encontrar alguma diferenciação sexual na anatomia do esqueleto, pois no nível do visível apresenta-se um vazio na região pélvica. Essa brincadeira, que como outras brincadeiras de criança fazem-se sobre um fundo de ausência, evoca um significante privilegiado na sua função sexual e faz rir nossas pequenas por poder fazê-lo surgir ali onde se encontra a percepção de uma ausência. Essa recusa da realidade não é mais que uma forma de lidar com a função da falta e da castração, que já está instaurada e que faz coincidirem o corpo e a imagem em uma alienação, da qual podemos supor uma representação inconsciente que articula o riso.

Podemos pensar, a partir de Freud, a recusa na psicanálise como algo que se apresenta tanto nas falas das crianças, quanto nas preferências sexuais adultas por objetos fetiche, que têm como função certa sustentação do desejo. Para Freud, o fetiche é assim definido:

Ao enunciar agora que o fetiche é um substituto para o pênis, decerto criarei um desapontamento, de maneira que me apresso a acrescentar

que não é um substituto para qualquer pênis ocasional, e sim para um pênis específico e muito especial, que foi extremamente importante na primeira infância, mas posteriormente perdido. Isso equivale a dizer que normalmente deveria ter sido abandonado; o fetiche, porém, se destina exatamente a preservá-lo da extinção. Para expressá-lo de modo mais simples: o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que — por razões que nos são familiares — não deseja abandonar. (Edição eletrônica brasileira das obras completas de Freud, *O Fetichismo*, volume XXI, 1927).

Na resposta a Hyppolite, Lacan, quando retoma o caso do Homem dos Lobos, apresenta a questão do retorno do real como algo que não foi introduzido na castração, isto é, na simbolização. A castração entendida como operada pela linguagem.

É na negação na forma da recusa que podemos ancorar algumas de nossas questões mais fundamentais em relação à constituição subjetiva e à problemática observada na clínica com patologias graves e que se aproximam do que se define como autismo. Nossa dúvida primeira era, na verdade, quanto à posição da criança autista em relação ao Outro, quando este fica colocado no lugar de morto. Será que poderíamos designar essa posição fora de uma articulação de linguagem e ao mesmo tempo entendê-la como tendo um sentido? Se tomarmos a recusa como negação de uma percepção podemos entendê-la como um funcionamento de defesa nos autismos, mesmo antes que um significante pudesse ser articulado a essa percepção?

Temos aqui que pensar a questão da percepção. Desde Freud, ela está situada a partir de um reencontro, mas que pressupõe a perda do objeto da necessidade. O próprio grito se apresenta como um reencontro dessa perda, isto é, como um traço.

A entrada em jogo de um significante é algo necessário para pensar as questões em relação à negação, já que partimos da evidência de que, nas crianças, a entrada na língua não pode ser definida somente a partir de um princípio de comunicação e de uma relação de simetria no diálogo entre a mãe criança. A dessimetria é estruturante da entrada da criança na linguagem. Na recusa, uma percepção não recobre o real de um objeto. Ela não é um ato dirigido pelos atributos próprios ao objeto e pela sua relação com a necessidade

da criança, mas um objeto é aceito ou recusado em função de sua relação com a falta na mãe.

Um ponto fundamental é que a recusa na menina e no fetichismo supõem a entrada em função do significante falo, o que implica uma articulação do desejo em função de um x, que se apresenta como uma interrogação sobre o desejo da mãe.

Ora, será que a partir do momento em que fazemos uma distinção entre recusa e denegação não corremos o risco de criar uma hierarquia entre essas posições, uma vez que uma poderia ser entendida como mais complexa e elaborada do ponto de vista da subjetividade? Penso que essa questão fica na dependência do quanto se pode confundir uma estruturação subjetiva com uma classificação do discurso a partir de um princípio de metalinguagem. Assim, o que nos interessa não é o aspecto formal de um enunciado negativo, mas sim o que nele articula a posição do sujeito em relação ao Outro, ou seja, sua enunciação.

No *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise* (ainda no verbete redigido por Andrès), o termo recusa pode ser entendido como renegação, e encontramos a seguinte consideração: “*A renegação põe em jogo uma percepção imaginária traumatizante que é preciso diferenciar da denegação, que se situa no campo simbólico e participa do recalçamento e da sua suspensão parcial*”. (1996, p. 446)

Nesse verbete, o que é focado é o fato de a recusa em Freud tratar de certa relação com a realidade e de a psicose estar centrada na perda da realidade, isto é, em uma falha na relação do eu com o mundo externo, diferente da neurose, em que as exigências do *Isso* sofrem recalçamento. Em contrapartida, porém, a própria noção de realidade entendida como algo externo já se encontra subvertida no raciocínio de Freud desde o *Projeto* (1895), em que ele diz:

A realidade não é uma realidade externa, mas uma realidade de pensamento. A realidade é descrita como uma realidade cogitativa, onde o aparelho psíquico é forçado a adaptar-se às modalidades que

confrontam o sujeito com as realizações possíveis de sua satisfação, abandonando doravante o modo alucinatório pelo qual tentava a satisfação. (apud Dicionário de Psicanálise, Kaufmann, p. 447)

Neste ponto, temos que considerar que o que Freud fala sobre a alucinação não é o mesmo que Lacan articula na resposta ao comentário de Hyppolite, em que faz uma crítica ao alinhamento da alucinação ao princípio do prazer, e a seu entendimento a partir da idéia de retorno a um objeto de satisfação. Para ele a compreensão da alucinação na psicose só pode ser feita a partir da noção de forclusão de um significante.

No *Dicionário* (p. 447), assim como no *Vocabulário*, vemos que em Freud a recusa articula-se à questão da castração, ao não reconhecimento da diferença sexual que se coloca a partir da percepção da ausência de pênis na mulher. No *Dicionário*, contudo, estabelece-se a necessidade de recorrer a uma articulação entre a renegação e a ausência de metáfora paterna, apontando para uma outra forma de abordarmos a questão da diferença entre os sexos. A partir das formulações trazidas por Lacan, a questão da diferença sexual apresenta-se introduzida por uma intermediação simbólica concernente ao desejo do pai enunciado pela mãe. O psicótico é aquele que se confronta com a ausência de um significante que sustente o lugar do pai simbólico.

Afirmar, a partir da teorização lacaniana, a incidência da metáfora paterna implica uma saída da compreensão da estruturação subjetiva em um sentido de defesa da realidade, para tomá-la a partir da incidência da falta na articulação da demanda a um significante.

A necessidade de distinção entre real e realidade operada por Lacan permite compreender por que o psicótico é confrontado com uma ausência de significante. Essa não é uma distinção que se justifica na diferenciação entre Freud e Lacan, mas na diferenciação que se construiu no seio da psicanálise na retomada das questões e conceituações fundamentais trazidas por Freud. Essa diferenciação pode ser percebida nas diferentes teorizações sobre os autismos; pois, como veremos mais à frente, algumas teorizações sobre o autismo basearam-se na suposição de uma vivência prematura da separação mãe.

O que podemos entender é que, a partir da entrada dos conceitos de real, simbólico e imaginário, a articulação da diferença sexual apresenta-se de outra maneira. A questão da castração que (como vimos no caso das meninas e do fetichismo) aparecia na renegação (*Verleugnung*) de uma percepção, não pode mais ser entendida somente a partir de um conflito entre o *Eu* e o *Isso*. É preciso considerá-la a partir da articulação de um significante que apresente a possibilidade de que algo possa advir como um substituto parcial do que seria um gozo absoluto suposto ao Outro. Nesse sentido, a recusa apresenta-se como a possibilidade de operar uma separação da criança relativa à mãe, que não é da ordem do traumático, mas da possibilidade de situar-se como sujeito desejante; podemos pensar uma recusa em relação ao recalque originário e ao lugar de falo que a criança vem a ocupar no desejo da mãe.

Retomemos as observações de Gerard Pommier sobre a recusa:

É preciso trazer aqui uma precisão, que é menos uma interpretação do que colocar em relevo da ponta mais avançada da concepção freudiana do recalque primordial. Freud concebeu o recalque em dois tempos. Segundo ele, o recalque secundário (recalque propriamente dito) não pode se conceber sem uma etapa anterior que ele qualifica igualmente de recalque. Todavia essa denominação é ambígua, porque, do ponto de vista espacial, ela deixa entender alguma coisa empurrada “para baixo”. Em uma única ocorrência, aquela que se pode ler no texto da denegação (*Die Verneinung*) Freud emprega um outro conceito, aquele de “recusa” (*Austossung*). Tudo se esclarece graças a essa palavra luminosa. É “para fora” que alguma coisa de insuportável foi rejeitada, e se trata da significação fálica atribuída ao sujeito por sua mãe em falta do pênis. A partir da recusa (*rejet*), a significação fálica vai investir todo o exterior, duplicando o conjunto do mundo de sua medida fálica. (2004, p.13).

Pensar dessa forma a função da recusa implica que a criança tenha sido situada no lugar do falo materno. A psicose é entendida como uma falha na entrada do significante nome do pai, mas temos que considerar que uma marca significante já foi recebida. Aqui faço uma citação de Vera Vinheiro sobre a psicose na criança:

Ela recebe a marca, mas o que vai caracterizar essa marca significante na psicose é que ela não vai ter as propriedades do significante

vinculadas ao nome do Pai. Ela não vai dar ao sujeito o sentimento de ser um e quando o faz não vai ser o um que se conta, mas o um sem a propriedade da diferença. Há a marca e todo problema é que o sujeito não consegue apagá-la, não consegue apagar essa primeira marca que o situa no campo do Outro. (1995, p. 158)

Retomando a citação de Pommier, podemos entender a recusa na psicose como uma tentativa fracassada de inscrição do nome do Pai, isto é, de articulação da falta na mãe a partir de uma alternância entre presença e ausência do objeto. Mas já nos autismos temos que pensar que não se trata de ser tomado no lugar da falta materna, visto que a mãe do autista é um Outro sem demanda; assim, não há o que recusar, não há o que apagar. Algo que chama atenção na apresentação da dupla mãe-criança autista é que nesses casos há certo funcionamento paralelo, não há corte, não há resto, nada se apresenta como um acontecimento, nem o próprio nascimento da criança. Se na dupla psicótica o Outro como terceiro está excluído; no autismo, a própria criança é excluída, e o interessante é que, se ela não conta, é porque também não pode ser perdida. No corpo nada marca a possibilidade de uma queda de objeto, nada vem a situar-se como borda: a mãe do autista não supõe demandas na criança. Como observam Vidal & Vidal:

O Outro do autista não se constitui como lugar de S_2 , de um saber poder responder à demanda. Ele está atônito, sempre ultrapassado pelos sinais que vêm da criança e não sabe interpretar. Sem o saber do Outro, o S_1 não faz cadeia. É função do Outro possibilitar o estabelecimento da demanda sem responder estritamente ao que ela pede. Esse desencontro de demandas possibilita a função do desejo: ' eu te peço para recusar-me aquilo que te ofereço, pois não é isso.' O mal-entendido próprio à demanda preserva o lugar da causa : ela está em outro lugar além daquilo que te demando. (1995, p.130)

Poder situar-se a partir da possibilidade da perda é um ponto fundamental à articulação de uma hipótese sobre o autismo na psicanálise e da estruturação subjetiva na linguagem. Aqui precisamos recorrer à lógica da alienação e separação apresentada por Lacan no Seminário 11 *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Nessa lógica, apresenta-se já de início para o humano uma escolha forçada, em que ele tem que escolher o desejo do Outro.

O entendimento da recusa como uma operação de separação necessária interroga-nos sobre a possibilidade de ser colocada em funcionamento na clínica com crianças diagnosticadas como autistas, implicando a própria incidência dos significantes do Outro no corpo, isto é, que algo que falte no nível imaginário (castração imaginária) possa corresponder a uma falta real. Isso nos coloca frente às questões que envolvem tanto o lugar da criança no desejo da mãe, quanto uma decisão da criança em separar-se dessa posição de gozo. O que parece é que essas operações não são possíveis no autismo, porque a criança situa-se como um retorno do real, real desarticulado do fantasma materno. Por isso afirma-se que a criança autista não constitui imagem especular.

Jerusalinsky (1993) diz que quando uma mudança se faz possível em um atendimento de autismo, a criança sai de uma posição de exclusão do outro para tornar-se o tirano de sua mãe. Se isso diz respeito à instauração de um ciclo de demandas impossíveis, temos que pensar que pela via da recusa uma criança pode vir a instaurar uma falta que a princípio se coloca como insuportável. A clínica do autismo caminha pela via da instauração de um vazio articulado a uma perda real, para que em algum ponto uma imagem unificante possa se enodar a um significante que designe uma ausência (-φ). Para isso se faz necessário que o Outro (A) se apresente como barrado (~~A~~), isto é, que nele também opere uma perda, o que implica que o trabalho com os pais na condução do tratamento psicanalítico não pode ser negligenciado.

Mudanças são apresentadas como possíveis no tratamento de algumas crianças autistas (apresentadas na literatura psicanalítica), mas muitas vezes envolvem ocorrências catastróficas nas pessoas da família, principalmente na mãe.¹⁷ Na psicanálise laciana, partimos do entendimento da estruturação subjetiva na linguagem e entendemos que a articulação do Outro pela via significante revela-se nas torções envolvidas em um discurso que carrega as marcas significantes de uma família e mesmo de uma cultura. Podemos pensar a negação como a articulação do inconsciente, em que na recusa o sujeito

¹⁷ Em entrevista a Paloma Vidal, Frances.Tustin relata que no caso de John, atendido por ela, a mãe suicidou-se, considerando isso como uma falha na condução do caso. (1995).

coloca em jogo, ao seu modo, um circuito pulsional no qual ele já se encontra inserido.

O enlaçamento na pulsão é tratado por Lacan no Seminário 11 (1979), em que ele nos apresenta os movimentos de causação do sujeito: alienação e separação. A partir da lógica da reunião e da interseção, elucidada como o significante surge primeiramente no campo do Outro. O campo do Outro como sendo o campo do vivo e o lugar em que se manifesta a pulsão parcial, ou seja, a pulsão referida à diferença sexual que se representa pela via da falta. A pulsão parcial é fundamentalmente a pulsão de morte no indivíduo sexuado.

Para compreender a natureza da pulsão, Lacan propõe pensar a libido não como um campo de forças, mas como um órgão, um órgão irreal. Designá-lo irreal, no entanto, não significa dizê-lo imaginário, mas dizer que a articulação do real é feita de um modo que nos escapa. Esse irreal exige uma representação mítica, mas que não o impede de encarnar-se, de que haja uma materialização. O que ele ressalta é que “... *na relação fundamental da pulsão, o movimento é essencial, pelo qual a flecha que parte para o alvo só preenche sua função na medida em que dele emana para retornar ao sujeito*”. (1979, p. 195).

Lacan apresenta uma diferenciação quanto ao que seria tomar a reversão da pulsão a partir de uma relação de ambivalência em relação ao objeto, isto é, passando do campo do ódio ao campo do amor e, inversamente, do amor ao ódio. Propondo pensar a estruturação do sujeito a partir de uma função de corte operada pelo significante, introduz o que denomina função topológica da borda, na qual: “*a relação do sujeito ao Outro se engendra por inteiro em um processo de hiância*”. Aí temos apresentada a insuficiência de pensar essas relações do ponto de vista da reciprocidade:

Aqui os processos devem, certamente, ser articulados como circulares entre o sujeito e o Outro – do sujeito chamado ao Outro, do sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro, do Outro que lá retorna. Este processo é circular, mas por sua natureza, sem reciprocidade. Por ser circular, é dessimétrico. (Ibidem, p. 196)

Esse processo circular, de borda, faz situar o discurso da criança além do eu e do tu, mas esse discurso não pode ser designado a partir do chamado egocentrismo. O que quer dizer que a constituição do sujeito no campo do Outro, como sujeito do inconsciente, implica uma primeira operação que Lacan denominou alienação, em que o sujeito surge como dividido: de um lado como sentido e de outro como afânise.

A alienação é apresentada como uma escolha forçada. A partir da teoria dos conjuntos, Lacan desenvolve uma lógica simbólica, em que da reunião entre dois conjuntos cria-se um ponto eclipsado. Assim, situa o desaparecimento do ser onde todo sentido aparece decepado de uma parte de não senso que constitui o inconsciente. A escolha, qualquer que seja, opera um “nem um nem outro”, como no exemplo clássico de *A bolsa ou a vida*, no qual podemos perceber uma perda constitutiva do sujeito na linguagem: “*A bolsa ou a vida! Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada*” (1979, p. 201).

Da lógica da alienação Lacan considera que se desprende um “fator letal”, que deve ser pensado a partir de uma segunda operação que põe fim à circularidade da relação do sujeito ao Outro em uma torção essencial, fazendo com que definitivamente o sujeito se procure no mundo. Essa operação depende de que uma falta seja encontrada no Outro, no intervalo do seu discurso, onde o desejo do Outro é apreendido. Decorrem dessa operação os “porquês” que a criança dirige ao adulto, a partir de uma experiência vivida por ela em que uma questão se coloca: “ele diz isso, mas o que ele quer?”. A manutenção desse enigma leva a criança a propor um primeiro objeto ao desejo parental, que é o seu próprio (da criança) desaparecimento já experienciado na perda imposta pela alienação. Lacan diz:

A fantasia de sua morte e de seu desaparecimento, é o primeiro objeto que o sujeito tem a pôr em jogo nessa dialética, ele o põe com efeito – sabemos que por mil fatos, ainda que fosse pela anorexia mental. Sabemos também que a fantasia de sua morte é brandida comumente pela criança em sua relação de amor com seus pais. (Idem, p. 203)

Podemos dizer que é justamente na anorexia que encontramos a força da recusa, como um ato do sujeito na tentativa de garantir que ele possa situar-se como desejo no Outro, cavando um intervalo no seu discurso e instituindo-o como faltoso; ainda que isso fracasse do ponto de vista simbólico. Para mim, essa é uma questão para um futuro trabalho; por hora, o que interessa é que a escolha forçada impõe um ato ao sujeito, e que isso está articulado por duas faltas: na alienação, uma perda que inaugura um não senso para o sujeito; na separação, a suposição de uma falta no Outro, situada em um além que se apresenta na recusa e no impossível das demandas.

Aqui cabe pensar o que diz Calligaris (1986) em relação aos autismos, quanto a considerarmos a alienação e a ação na linguagem. O autor afirma que o autista toma todo o cuidado para não se apagar em uma escolha, para que um ato não funcione como uma renúncia:

Mas, o autista, se ele está além da escolha alienante – o que indica, se cedermos ao genetismo desta apresentação, o tempo tardio de sua retração do mundo após ter tido acesso à linguagem – está aquém daquilo que será colocado em ação por cada um para perseguir o gozo do outro finalmente encarnado. Ele visa mais a apagar o desejo que está no Outro, sem determiná-lo, dando-lhe corpo. É isto que ele não pode realizar a não ser supondo por indução que este desejo que lhe diz respeito é um efeito de seu próprio ser, ou seja, não sendo, ele preservaria o mundo do desejo enquanto tal. (p. 27)

A suposição de uma retração, de que o autista situa-se em um impasse na escolha alienante, é bastante interessante para refletir sobre a clínica com crianças autistas falantes, como o caso que apresentarei no capítulo “Reflexões sobre a clínica”. A escolha forçada como algo que se apresenta na entrada do sujeito na linguagem é o que tentarei apresentar em função da temática do *Fort-Da*, introduzida por Freud e retomada por Lacan, para pensarmos em que medida o autismo nos remete ao não funcionamento da operação de alienação, isto é, o não surgimento do significante no campo do Outro.

Penso que a recusa pode ser entendida como uma ação, ou um ato, em que a criança faz circular suas demandas em torno de um não senso, para isso

é necessário o encontro de um lugar de falta na mãe, para que se realize a segunda operação trazida por Lacan: a separação.

5.3. Rejeição ou Repúdio (*Verwerfung/Forclusion*)

Na resposta de Lacan ao comentário de Hyppolite sobre a *Verneinung*, o termo *Verwerfung* consiste na rejeição primordial de um significante. Esse significante, diferentemente do que acontece no recalçamento, não é articulado pelo simbólico e por processos de representação, vindo assim a reaparecer no real, como acontece no caso da alucinação.

Lacan traduz *Verwerfung* por *Forclusion* (rejeição), mas no *Vocabulário de Psicanálise* (1985, p. 573) Laplanche e Pontalis dizem que em Freud esse termo aparece em diferentes contextos de sua teorização. A questão é que nem sempre é ele que se apresenta para expressar o sentido de rejeição, podendo a rejeição ser expressa por *Ablehnen* (afastar, declinar), *Aufheben* (suprimir, abolir), e mesmo pelo termo *Verleugnen* (renegar, recusar), do qual tratamos anteriormente.

A noção de *Forclusion* é apoiada por Lacan na forma como a palavra *Verwerfung* é apresentada no caso do Homem dos Lobos, em que ela vem a expressar a rejeição de uma castração antes da possibilidade de o sujeito poder fazer um juízo sobre a sua realidade. Na verdade, a *Forclusion* é um termo a partir do qual Lacan retoma a problemática encontrada por Freud em apresentar o processo do recalçamento na neurose como um processo igual na psicose. Se na neurose, assim como vimos na *Verneinung*, a projeção é tratada com algo que surge em um segundo momento do recalque neurótico; na psicose não é possível a mesma afirmação: “*Não era exato dizer que a sensação reprimida (unterdrückt) no interior era projetada para o exterior; reconhecemos antes que o que foi abolido (das Aufgehobene) no interior volta do exterior.*” (apud Freud, 1911; *Vocabulário de Psicanálise*, 1985, p.575).

A designação de certa ambigüidade em Freud quanto ao que é rejeitado (*verworfen*) ou recusado (*verleugnet*), para apresentar o que acontece com a criança quando não aceita a castração, coloca em questão o próprio entendimento do que seria a percepção, porque se trata da percepção de uma ausência de pênis que impõe ser pensada como uma presença possível. Esse é um ponto que se faz importante para a retomada de Lacan. É que no texto sobre a negação (*Die Verneinung*), Freud aborda no processo primário duas operações: a introdução no indivíduo (*Einbeziehungs ich*) e a expulsão do indivíduo (*Ausstossung aus dem Ich*). A primeira operação seria a afirmação (*Bejahung*) e a segunda constitui o real como o que subsiste fora da simbolização que é a abolição do que deveria ser a castração.

Lacan (1955-56) vê nas questões que envolvem a alucinação uma problemática no entendimento do que seria a função e o lugar da percepção na estruturação psíquica, na qual uma diferenciação entre *percipiens* e *perceptum* apresenta-se como necessária:

Eis a questão que, nos bancos da escola (com e minúsculo), aprendemos a eludir de uma vez por todas, pois, mesmo admitidas as alternâncias de identidade do *percipiens*, sua função constitutiva da unidade do *perceptum* não é discutida. Por conseguinte a diversidade estrutural do *perceptum* só afeta no *percipiens* uma diversidade de registro, em última análise, a do *sensorium*. Por direito, essa diversidade é sempre superável, se o *percipiens* se mantiver à altura da realidade. (Escritos, p. 538)

Lacan reconhece, a partir do que os lingüistas denominam autônomas, que na alucinação é o próprio significante que é o objeto da comunicação, e não o que ele significa. Nesse trabalho, faz a seguinte observação:

Trata-se, na verdade, de um efeito do significante, na medida em que seu grau de certeza (segundo grau de: significação da significação) adquire um peso proporcional ao vazio enigmático que se apresenta inicialmente no lugar da própria significação. (Idem, p. 545)

Assim, desarticula a idéia de que nos fenômenos da alucinação (*perceptum*) seria possível encontrar uma justificativa unívoca em um *percipiens*.

Lacan retoma à questão da perda da realidade apresentada por Freud em relação às psicoses para pensar que não é na perda que o problema se apresenta, mas na sua substituição. Isso implica a suposição de um além, isto é, de um ponto em que o discurso se estrutura como discurso do Outro. O Outro como o lugar em que o sujeito pode formular a questão da sua existência. Aí reside a questão da diferença sexual, que conjuga os símbolos da procriação e da morte, e é nesse sentido que se faz necessária uma articulação entre o significante fálico e o nome do Pai. Para Lacan, o discurso está estruturado a partir do Outro, tanto na neurose, quanto na psicose, mas na psicose o significante Nome-do-Pai não advém no lugar do Outro.

Para Lacan, o termo *Verwerfung* é importante no entendimento das psicoses porque ele vem justamente designar uma função inconsciente distinta do recalque, que em Freud se articula como ausência de uma *Bejahung* ou juízo de atribuição. Em *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, Lacan observa que:

A *Verwerfung* será tida por nós, portanto, como forclusão do significante. No ponto em que, veremos de que maneira, é chamado o Nome-do-Pai, pode pois responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica. (1998, p. 564)

No autismo, não podemos fazer uma aplicação direta da concepção de forclusão, tal como se apresenta nas psicoses, já que fica em questão qual significante estaria foracluído. Para Stefan (1998), é necessária uma reflexão no sentido de pensar uma possível não inscrição do significante Desejo da Mãe como origem, mas ainda resta saber onde se situa a forclusão, se na mãe ou na criança:

Tendemos a pensar o autismo como estando situado no campo das psicoses, estando em jogo, como mecanismo principal a forclusão. Nossa linha de pensamento leva-nos hoje a situar o autismo em uma estruturação muito particular, na qual certa incidência específica da forclusão do Nome-do-Pai provoca essa não simbolização do Desejo da Mãe. Ligado a isso seria necessário aprofundar mais a questão desse Outro real que não advém a Outro simbólico. Por contraposição, nos

casos de esquizofrenia e paranóia somos levados a pensar que o Desejo da Mãe vem a ser simbolizado possibilitando o funcionamento próprio ao grande Outro que vemos em suas manifestações clínicas. (p. 25)

A não evidência do lugar do Outro no autismo é um ponto de interrogação para a psicanálise; falar de sua exclusão, abolição ou apagamento não implica resolver a problemática de não se saber situar um sujeito a partir do qual podemos supor essa ação, ou mesmo se isso pode ser simplesmente tomado como da ordem do não acontecido.

Para os autismos não é possível supor uma imagem especular a partir do esquema óptico proposto por Lacan, em que contaria a função de resto do *objeto a* na estruturação do sujeito do desejo. Por isso, podemos supor que não há uma unificação da imagem no espelho plano, que é a própria entrada da função do Outro como barrado. Por outro lado, considero que a interrogação teórica não pode deixar de possibilitar certa margem para que os fatos clínicos construam sua própria ancoragem. Na *Conferência em Genebra*, Lacan fala sobre a clínica com os autismos como uma clínica que não elimina a importância do enigma:

Como o nome o indica, os autistas escutam a eles mesmos. Escutam muitas coisas. Isto desemboca inclusive normalmente em alucinação e a alucinação sempre tem um caráter mais ou menos vocal. Os autistas não os escutam, porém articulam muitas coisas e se trata de ver precisamente da onde escutaram o que articulam. (1995, p. 134)

Assim, podemos pensar que cabe uma escuta do autismo a partir da psicanálise, a questão é como situar essa escuta na transferência, como possibilitar a torção necessária para que isso que os autistas escutam retorne para eles como de um outro lugar.

Ainda é preciso retomar que o termo rejeição (*Verwerfung*) surge em Freud em relação à função defensiva do “eu”. No entanto, no verbete *O Eu e a identificação* (1996, p. 181), Pierre Kaufmann diz que se em 1896 Freud estava preocupado com as psiconeuroses de defesa, em que a força defensiva do “eu” situava-se no pré-consciente, na *Interpretação dos Sonhos* não se encontra tão

claramente esse mecanismo, e o “eu” não aparece tão evidente, mas implícito e situado mais como um pólo de atração e de rejeição; na identificação, esconde-se e apresenta-se como outra pessoa que surge no sonho, ou como outra pessoa escondida atrás do “eu” do sonhador. A defesa encontrada nos sonhos, sendo exercida contra a eventualidade do despertar, coloca-se diferentemente da defesa neurótica, que se apresenta a favor da descarga libidinal.

A rejeição situada como uma defesa do “eu” passa, assim, a ser pensada em função do fato de que o “eu” envolve uma multiplicidade de posições quanto à forma como pode se representar nos sonhos. Sua dependência situa-se tanto no campo do pré-consciente, quanto do consciente, implicando duas linhas de investigação: o “eu- prazer” e o “eu- realidade”. Assim, em Freud, duas linhas de investigação apresentaram-se para o eu: na psicopatologia, o eu se definiu pela defesa contra as excitações libidinais; em relação à investigação dos sonhos, foi responsabilizado pelo desejo de dormir em oposição às excitações externas. Segundo Kaufmann, no *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*, essas duas linhas serão ligadas a partir da teorização das psicoses narcísicas:

À teoria das psiconeuroses narcísicas caberá ligar essas duas exigências. Definindo, como eu prazer, o pólo da regressão narcísica, ela convida a opor a ele, como eu - realidade, o pólo do desenvolvimento que teria por função principal distinguir um interior de um exterior. (p. 181)

Esses pontos levantados acima se fazem necessários às nossas interrogações iniciais de pesquisa sobre o posicionamento da criança autista, principalmente quando afirmamos que coloca o Outro no lugar de morto. Podemos considerar esse posicionamento um mecanismo de defesa? Uma rejeição pode ser considerada anterior à tomada de uma posição subjetiva?

Assim, temos que pensar tanto se o “eu” pode ser entendido como anterior à linguagem, quanto se o autismo pode ser entendido como posterior a uma estruturação psíquica. Para isso temos que retomar a temática do auto-erotismo a partir de Freud; a referência inicial é o seu artigo intitulado *As Pulsões e Suas vicissitudes*, em que define uma fase originária auto-erótica, que

é apresentada como um estado de narcisismo no qual o “eu” seria supostamente capaz de satisfazer-se consigo mesmo. Haveria uma coincidência do eu com o que é prazeroso, e o mundo externo com o que é indiferente. Haveria uma saída dessa posição porque, em decorrência das pulsões de auto-conservação, o “eu” recebe objetos do mundo externo e acaba por sentir as excitações internas como desprazerosas.

Segundo Andrés, ao contrário de Freud, Lacan não admite um “eu-prazer” original: “*o significante introduz o sujeito no real de saída, porque o desejo é incessantemente remanifestado*” (1996, p. 357).

A partir dessa suposição, de um auto-erotismo inicial não correlativo a um “eu”, outras questões podem ser trazidas em relação aos autismos quanto à relação estabelecida com algum objeto de gozo: a repetição de uma estereotipia e a ausência de apelo pode ser tomada como sinal de que existe um bastar-se a si mesmo? Poderíamos supor que antes de uma separação eu-outro poderia haver um gozo original? Dizer que haveria um gozo inicial do puro vivo não seria dizer que há um acesso ao gozo? Contudo, sobre um modo de ser que goza em si mesmo só podemos fazer uma suposição mítica, pois jamais retornaremos a essa posição. O que se repete na neurose é a própria perda em torno do que Lacan nomeia *objeto a* causa de desejo.

Em relação aos autismos, temos que interrogar como se articula a própria dimensão do gozo, a partir não só da ausência de uma simbolização, mas do próprio funcionamento das ecolalias, em que percebemos uma espécie de invasão da linguagem. Nessa invasão, a criança é tomada em um circuito sem trégua, produzido pela fala real de um Outro, em que um intervalo não pode ser instaurado pelo ato de fala. Essa espécie de reprodução sonora é estéril no sentido de barrar o gozo do Outro. Não há um ponto cego, a partir do qual o sujeito pudesse se constituir como imagem, não há um ponto de infinitude nem para o próprio olhar, algo que possa ser tomado como fora (externo), o não senso necessário à operação de alienação, um significante que retorne, que circule a partir de um ponto enigmático: o desejo do Outro.

Angela Vorcaro (1999) considera que podemos supor a alienação significativa no autista, mas “*sem entretanto efetuar uma interpenetração entre os campos do ser e do Outro*” (p. 34). Essa não é uma posição unânime na teorização psicanalítica sobre os autismos, mas interessa-nos seu desdobramento clínico, no sentido de pensar a possibilidade de que um significativo que retorne do real, sem enodamento com o imaginário e o simbólico, possa entrar em jogo numa relação de transferência com o analista. Para isso considero que seria necessário ao analista “encarnar” um lugar necessário à retomada mítica de um ponto de origem, o que penso ser possível somente a partir de uma experiência de perda necessária à articulação do vazio e do *objeto a causa* de desejo. Nos relatos de clínica com autismo encontramos a incidência de situações que remetem a vivências de perdas experienciadas no corpo, que se situam antes de uma mudança na relação com Outro. São momentos que precisam ser mais bem investigados no sentido de pensarmos se o que emerge se define como horror ou angústia, tarefa que deixo para um futuro trabalho.

Voltando ao trabalho dos Vidal e àquilo que eles apresentam em relação ao grito, temos que pensar que para que o próprio grito possa ser ouvido ele precisa ser marcado como fora; tem que emergir em uma operação de perda e separação que, levando em conta os autismos, não pode ser situada do lado de uma naturalidade. Se algo de um despertar doloroso pode ser derivado de um grito de nascimento, nada indica que isso possa situar-se como desprazer. Maria Helena Fernandes diz que em Freud há uma transferência da dor do corpo para o domínio anímico que depende de um investimento libidinal:

Freud (1926) sugere que a ausência da mãe provoca dor no bebê, e não angústia, pois este último não consegue ainda diferenciar uma ausência temporal de uma perda duradoura. É nesse momento que ele coloca o outro, ou antes, sua ausência na origem da dor, na ausência que ele qualifica de situação traumática: ‘O investimento intenso de desejo de objeto (perdido), do qual se experimenta a ausência, investimento que cresce incessantemente devido ao seu caráter insaciável, cria as mesmas condições econômicas que o investimento da dor em um local do corpo que tenha sido ferido, e torna possível fazermos uma abstração do condicionamento periférico da dor no corpo! A passagem da dor do

corpo à dor da alma corresponde à mudança de investimento narcísico para o investimento de objeto. A representação de objeto altamente investida pela necessidade faz o papel do local do corpo investido pelo aumento de estímulo' (p.286). Nota-se que é a idéia da ausência do outro que está na origem da abordagem freudiana da dor. (Fernandes, 2003, p.84).

No Seminário *A Angústia*, Lacan aborda essa questão partindo da linguagem da embriologia. Com a idéia de separação dos envoltórios, retira definitivamente o eu de uma anterioridade. A separação de que se trata – como no caso do objeto seio – implica não uma separação mãe-criança, mas que cada um se separe desse objeto como uma perda de uma parte de si, que passa a funcionar como um resto. Essa é a condição para que um significante, como significante de uma falta, remeta a outro significante; para que assim se efetue essa dessimetria própria à emergência do sujeito. Dessa forma, Lacan parece dar um passo adiante do que já havia sido proposto com a retomada do texto *Die Verneinung*, no diálogo com Hyppolyte, em que percebe na negação uma exclusão significante e um impossível na origem de toda enunciação.

Capítulo 6

PRESENÇA E AUSÊNCIA: A ESTRUTURAÇÃO EM TORNO DE UMA HIÂNCIA

Neste capítulo, procuro situar a questão da negação na entrada da criança na linguagem em função dos jogos de antecipação, estabelecidos entre ela e o adulto que venha ocupar o lugar de primeiro outro. É entendendo que a função materna não pode ser pensada independente de um intervalo necessário à emergência do sujeito que se estabelece o ponto fundamental para minha reflexão sobre o que está impossibilitado na constituição de uma subjetividade nos casos de autismo.

A referência principal para pensar essa questão é a observação de Freud sobre a repetição sonora que uma pequena criança realiza ao fazer surgir e desaparecer um objeto. Não casualmente isso se encontra em seu trabalho de 1920, “Além do Princípio do Prazer”. Lacan retomada esta observação em vários momentos de sua elaboração teórica, por ver nela o próprio funcionamento de um primeiro par significante $S_1...S_2$, anterior ao qual não seria possível supor uma relação do sujeito com o mundo.

Ainda, no sentido de colocar a função de um intervalo em relação ao recalque e a um circuito de demandas estabelecido entre a mãe e a criança, apresento algumas articulações de Bergés e Balbo sobre o transitivismo, em que o desconhecimento se apresenta como fundamental à estruturação subjetiva.

6.1 O Fort-Da.

Esboçar um método de pesquisa a partir da psicanálise pressupõe que o investigador possa estar sujeito à surpresa e ao estranhamento, para que possa tomar um acontecimento no seu valor de verdade do sujeito. Em *Além do Princípio do Prazer*, quando relata sua experiência como observador de seu netinho de um ano e meio e sua surpresa com as reproduções sonoras *Fort* e

Da, Freud não se deixa interrogar pela adequação ou não dos sons em relação à idade cronológica de Ernst, nem pela natureza imitativa dessa fala; era a própria atividade que o interessava.

As diferentes teorias sobre a brincadeira das crianças foram ainda recentemente resumidas e discutidas do ponto de vista psicanalítico por Pfeifer (1919), a cujo artigo remeto meus leitores. Essas teorias esforçam-se por descobrir os motivos que levam as crianças a brincar, mas deixam de trazer para o primeiro plano o motivo econômico, a consideração da produção de prazer envolvida. Sem querer incluir todo o campo abrangido por esses fenômenos, pude, através de uma oportunidade fortuita que me apresentou, lançar certa luz sobre a primeira brincadeira efetuada por um menininho de ano e meio de idade e inventada por ele próprio. Foi mais do que uma simples observação passageira, porque vivi sob o mesmo teto que a criança e seus pais durante algumas semanas, e foi algum tempo antes que descobri o significado da enigmática atividade que ele constantemente repetia. (1975, p. 23)

Freud conta que a criança, um bom menininho muito ligado à mãe, tinha o hábito ocasional e perturbador de apanhar qualquer objeto, atirá-lo para longe e procurá-lo emitindo o som “o-o-o-ó”, som que a própria mãe concordava em relacionar com a interjeição *fort* (ir, partir). Freud supõe que se tratava de um jogo no qual o menino brincava de ir embora, confirmado com a observação de que a criança tinha um carretel de madeira amarrado por um cordão, e que ela arremessava para traz da cortina proferindo seu “o-o-o-ó”. Em seguida, puxava-o de volta, saudando seu reaparecimento com um alegre *da*, que se traduz por “aqui”.

É interessante pensar que mesmo se tratando de seu neto, Freud precisa de um referendo da mãe para dar significado às emissões sonoras, e que a suposição de um jogo só se confirma a partir da constatação da alternância entre presença e ausência instituída pelo ato da criança.

Essa experiência apresenta-se como uma descoberta que, embora não tenha definido um método de pesquisa com criança na psicanálise, marca a importância da escuta, não da significação dessas emissões sonoras, mas sim do valor do ato no qual essa criança pode se encontrar no intervalo entre *Fort* e *Da*. O estudo desse trabalho se coloca como fundamental para nós, pois nesse

momento Freud apresenta suas questões referentes ao funcionamento do princípio do prazer. Essas questões encontram um lugar de reflexão no fato de a encenação da criança parecer compensar a renúncia da presença materna:

A criança não pode ter sentido a partida da mãe como algo agradável ou mesmo indiferente. Como, então, a repetição dessa experiência aflitiva, enquanto jogo, harmonizava-se com o princípio de prazer? Talvez se possa responder que a partida dela tinha de ser encenada como preliminar necessária a seu alegre retorno, e que neste último residia o verdadeiro propósito do jogo. Mas contra isso deve-se levar em conta o fato observado de o primeiro ato, o da partida, ser encenado como um jogo em si mesmo, e com muito mais freqüência do que o episódio na íntegra, com seu final agradável. (p. 23).

É nesse sentido que Freud encontra nessa experiência não simplesmente a força de um instinto imitativo motivador, nem o sentido das representações teatrais que fazem com que situações trágicas sejam sentidas como prazerosas, mas a entrada na linguagem situada a partir da repetição de uma perda.

A constatação, nesse jogo, de certo enlaçamento da criança na linguagem vem ao encontro do fato de estarmos trabalhando as negações como ato de linguagem. O estudo do *Fort-Da*, em Freud e Lacan, apresenta grande interesse para nosso trabalho porque nesse jogo de palavras a criança é capturada no não todo da linguagem, isto é, em um mais além. Trata-se do ser falante passando pela necessidade de fazer um desprendimento do objeto; que o funcionamento de um par significante faça com que um carretel, que aparece e desaparece, apresente-se no lugar da falta da mãe.

O *Fort-Da* possibilita um melhor entendimento do fato de nos autismos não encontrarmos um jogo opositivo no uso da linguagem, assim como não encontrarmos um ato simbólico de negação, mesmo quando se apresentam verbalizações. Disso se segue que, mesmo quando reconhecemos a articulação de palavras em suas emissões sonoras e na nomeação de objetos não nos sentimos seguros em afirmar que falam.

Encontramos no autismo uma relação com o corpo e com o Outro que se apresenta como um tipo de repetição contínua que parece não estabelecer em relação ao mundo uma oposição, mesmo porque não parece existir uma

diferenciação entre mundo interno e mundo externo. O que há é algo que se reproduz como eco, que parece buscar a dissolução em uma forma de ser que não se articula ao não ser e não cria espaço para a suposição de um Outro. Quando essas crianças verbalizam, percebemos uma repetição sem intervalo, em que as oposições fonemáticas da língua não se articulam à função da fala e onde não encontramos possibilidade de retroação. Esse tipo de repetição não pode ser entendido como o conceito de repetição da psicanálise, que se estabelece em torno de um vazio e fora do nível da satisfação da necessidade. O conceito de repetição encontra-se formulado a partir do além do princípio do prazer, como uma tendência a reviver situações desprazerosas: no exemplo do jogo do *Fort-Da*, a repetição da separação da mãe.¹⁸

Pensar a possibilidade de retroação e o jogo opositivo implica que haja um intervalo entre um significante S_1 e S_2 , nesse sentido é que vamos recorrer ao estudo da holófrase, tal como foi retomado por Lacan. O tema da holófrase é apresentado nos trabalhos de Ângela Vorcaro (1999) sobre psicanálise com crianças, que nos auxiliam a dar um outro sentido ao que se denomina fala ecológica, no diagnóstico de autismo:

Holófrase é, enfim, o nome que Lacan dá à ausência da dimensão metafórica. A solidificação do primeiro casal de significantes impede que um significante possa vir no lugar de outro, já que eles ocupam o mesmo lugar. O primeiro casal de significantes é aquele que determina a divisão e é também aquele do momento da alienação (em que, se o sujeito aparece como sentido, ele se manifesta como desaparecimento). O primeiro significante, aquele do traço unário (S_1), representa o sujeito ao ser introduzido no campo do Outro, por um outro significante, (S_2), *Vortellungsrepräsentanz*, sob o qual o sujeito é representado e desaparece na afânise, significante que faz entrar em jogo o sujeito como falta. (p. 33)

Definir a forma ecológica de verbalização a partir de um sentido imitativo pode nos fazer perder de vista aquilo que a diferencia e que a torna fechada nela mesma. Assim, partimos da interrogação sobre a impossibilidade de retroação encontrada nessas falas. A retroação entendida como um sentido que

¹⁸ A repetição de situações desprazerosas também interrogava Freud em relação aos sonhos no trauma de guerra e ao próprio sintoma neurótico.

se faz em um só-depois, e que mesmo se tratando de crianças (autistas ou não) é o único caminho possível de entendimento da constituição subjetiva na linguagem. Sobre essa questão, vale lembrar o que diz Lacan no Seminário *A relação de objeto*: “A experiência da criança é a cada instante tomada e retroativamente remanejada pela relação intersubjetiva em que ela se engaja por uma série de esboços que são esboços apenas na medida em que, justamente, vão se engajar.” (1995, p. 185).

O entendimento do surgimento de uma fala como ecológica nos quadros de autismo não pode ser considerado apenas do ponto de vista do enunciado, mas principalmente quanto à impossibilidade de seu engajamento na função do Outro, que implica uma articulação do corpo entre a presença e a ausência. Freud percebe na observação de seu netinho, durante o jogo do *Fort-Da*, que não é o carretel que conta como ausente, mas a própria criança em seu relançamento frente ao espelho, como apresenta em uma nota:

Uma observação posterior confirmou plenamente essa interpretação. Certo dia, a mãe da criança ficou ausente por diversas horas; à sua volta, foi recebida com as palavras ‘Bebê o-o-o-ó’, a princípio incompreensíveis. Contudo logo se viu que, durante esse longo período de solidão, a criança havia encontrado um método de fazer desaparecer a si própria. Descobriu seu reflexo num espelho de corpo inteiro que não chegava inteiramente até o chão, de maneira que, agachando-se, podia fazer sua imagem no espelho ‘ir embora’. (1975, nota de rodapé, p.25).

Mesmo partindo das oposições fonemáticas como lei da língua trazida por Saussure, temos que supor entre a pulsão e o significante uma articulação que engendra a possibilidade de captura do sujeito na linguagem. Para podermos entender que essa oposição entre os fonemas¹⁹, que se apresenta na função da fala, não é só do ponto de vista formal e de sentidos opostos quanto à significação, mas implica um intervalo entre a presença e a ausência. O que

¹⁹ Unidade de descrição fonológica. Segundo Lyons (*Introdução à Lingüística Teórica*), diferente da fonética, que considera as diferenças e semelhanças entre dois sons em uma língua a partir de suas substâncias, a fonologia considera essas diferenças segundo a forma, isto é, segundo “diferenças e semelhanças que nessa língua são funcionais”. (1979, p. 103)

quer dizer que essa relação opositiva apresenta-se tanto no que podemos designar como corpo, como no que podemos designar linguagem.

O jogo do *Fort-Da* também é situado por Freud como um lugar possível de reflexão sobre a transformação de primeira posição passiva, em que a criança tem seus atos interpretados por um outro, para assumir uma posição ativa. Uma relação opositiva que não pode ser entendida como destrutiva. Essa relação, embora se apresente como uma destituição da onipotência materna – uma vez que a criança passa a não depender da sua presença –, é a que possibilita a sustentação de um lugar possível para a emergência do sujeito. A partir desse ponto podemos retomar a questão da negação como um lugar de entendimento da relação corpo linguagem.

No *Fort-Da*, a questão do jogo de presença e ausência, retomada por Lacan, é importante para pensar que a negação como ato não se apresenta como resolutive da questão da falta introduzida pela privação da presença materna, mas como um ato de instituição simbólica. Assim, vou retomar o que diz Lacan, no Seminário 1 (1954), sobre a ausência na presença e a presença na ausência, que irá subverter a relação com a necessidade, articulando o registro do simbólico:

O importante não é que a criança diga as palavras *Fort/Da*, o que, na língua materna, é *Longe/Aqui* – ela as pronuncia, aliás de maneira aproximativa. É que há aí, desde a origem uma primeira manifestação de linguagem. Nessa oposição fonemática, a criança transcende, introduz num plano simbólico o fenômeno da presença e ausência. Torna-se mestre da coisa, na medida em que, justamente a destrói. (p. 200).

Nesse Seminário, Lacan retoma o *Fort-Da* para mostrar que, se o sujeito produz, com essas duas jaculações elementares, uma integração diacrônica da dicotomia dos fonemas, é porque eles já existem compondo uma língua: se ele recebe esses vocábulos de fora é porque a linguagem oferece uma estrutura sincrônica de assimilação.

O importante é que esse jogo tem uma função de ato, em que a criança pode assumir sua perda e lançar-se na linguagem, relançando seu objeto como objeto perdido:

São esses jogos de ocultação que Freud, numa intuição genial, produziu para o nosso olhar, para que neles reconhecêssemos que o momento em que o desejo se humaniza é também aquele em que a criança nasce para a linguagem. Podemos agora apreender que então o sujeito não domina somente a sua privação assumindo-a - é o que diz Freud - , mas que eleva seu desejo a uma potência segunda. Porque sua ação destrói o objeto que ela faz aparecer e desaparecer na provocação – no sentido próprio da palavra, pela voz –, na provocação antecipadora de sua ausência e de sua presença. Negativiza assim o campo de forças do desejo, para se tornar, a si mesmo, seu próprio objeto... (Idem, p. 200)

Apresenta-se nesse jogo de alternância a possibilidade de a criança dirigir-se ao outro a partir de um apelo, apelo que não articula o nível da necessidade, mas o intervalo necessário ao surgimento do desejo. Lacan retoma o que havia sido trazido por Hyppolite em relação à negatificação do símbolo no apelo, para afirmar que na negatificação do símbolo é que se constitui o discurso do sujeito como humano, situando o masoquismo primordial como um assassinio originário da coisa:

Que a criança se enderece agora a um parceiro imaginário ou real, ela o verá obedecer igualmente à negatividade do seu discurso e seu apelo – porque não esqueçam que, quando diz *Fort*, é que o objeto está lá, e quando diz *Da* o objeto está ausente – e seu apelo tendo por efeito fazê-lo se furtar, ela procurará numa afirmação banidora – aprenderá muito cedo a força da recusa – a provocação da volta que leva de novo seu objeto a esse desejo. (Lacan, 1986, p. 201)

Lacan aponta a necessidade de a introdução dos símbolos inverter posições antes da introdução da recusa do outro, visto que, na negatificação de um simples apelo, a ausência é evocada na presença e a presença na ausência.

Em 1964, no Seminário 11, Lacan retoma o *Fort-Da* a partir das operações de alienação e separação, para dizer que não é da oposição pura e simples desses vocábulos que a criança retira sua essência repetitiva, mas sim da falta de escolha que ela exercita com um carretel, carretel situado como *objeto a*:

A função de exercício com esse objeto se refere a uma alienação, e não a qualquer suposto domínio, do qual mal se vê o que o aumentaria numa repetição indefinida, ao passo que a repetição indefinida de que se trata manifesta às claras a vacilação radical do sujeito. (1964, p. 226)

Essa abertura do símbolo à inversão, entendida como anulação ou assassinio originário da coisa, passa a ser considerada em relação à constituição do eu (*ich*), a um fora que, a princípio, é entendido como pura indiferença, tal como Freud o situa no auto-erotismo. É indiferente porque funciona unicamente em relação ao prazer, mas, como na zona de indiferença diferencia o que traz *Lust* (prazer) e o que não traz *Unlust*, temos que articular a questão que se coloca entre homeostase e prazer. Lacan parte do fato de Freud ter localizado, em um segundo tempo, o *Lust* como objeto do *Ich*, e o *Unlust* como o que resta de inassimilável, o não-eu irreduzível ao princípio do prazer.

6.2 O Transativismo

Para pensar o que falha na estruturação de uma subjetividade nos autismos, não me referencio em aspectos da patologia – o que significaria partir de uma análise que privilegie questões orgânicas e de desenvolvimento; mas interrogo as possibilidades de inscrição de um significante em uma articulação de demandas. Por isso, acho importante situar a necessidade de que uma mãe possa levantar hipóteses sobre o desejo de seu filho. Parto do pressuposto de que um significante tem necessidade de certo número de gerações para que possa inscrever-se, referenciado à incidência da falta em uma linhagem familiar e mesmo em uma sociedade²⁰. Nesse sentido, os trabalhos de Bergés e Balbo sobre o transativismo (2002) apresentam a possibilidade de reflexão para minhas questões.

²⁰ Penso que, de certa forma, essa questão já está colocada por Freud em “Totem e Tabu” (1912-13), quando expõe a necessidade do mito do repasto totêmico, para que o lugar do pai da horda primitiva seja sucedido pela lei.

Em meu projeto de mestrado, considerei que a negação como um ato, tanto na entrada da criança na linguagem, quanto nas possibilidades de uma estruturação subjetiva na clínica, não implicava somente o estabelecimento de uma comunicação, mas uma falha necessária ao surgimento do sujeito. É essa falha que penso poder denominar certo desentendimento primordial, em que a recusa estaria presente na articulação simbólica do desejo na criança.

O transitivismo situa a necessidade de um desconhecimento como central, que se estrutura em uma dupla negação que vem a fazer a função de relançamento do desejo. O conceito de transitivismo, como é tratado por Bergés e Balbo, implica em uma retomada do que seria o movimento de identificação ao que é experimentado pelo outro, a partir do que é bastante observável nas crianças, por exemplo: uma criança machuca a perna e outra esfrega a própria perna fazendo a queixa. Para os autores, isso remete à questão de um masoquismo primordial.

Do lado da mãe, o transitivismo é entendido quando ela (a mãe), vendo o filho cair e não apresentar reação, mostra-se afetada, demonstrando esse afeto na fala. Como para a mãe esse afeto é real, ela o comunica como uma certeza; levantando a hipótese de um saber no filho que lhe retorna como uma demanda, demanda que ela supõe ser a identificação do filho ao discurso que ela lhe dirige. Uma dupla negação é trazida pelos autores como o caráter fundamental do transitivismo:

No transitivismo, a dor é objeto de uma notável elaboração simbólica, elaboração devida especialmente ao que sublinhamos acerca do caráter de dupla negação do transitivismo; uma criança leva um golpe sem reagir – primeira negação – e é um outro que se queixa sem tê-lo sofrido - segunda negação. Essa dupla negação é efeito de uma dupla divisão e de um duplo recalçamento: o golpe de força supõe para se produzir, esses três termos: dupla negação, divisão e recalçamento. (2002, p.12).

O que se percebe é que a mãe, por desconhecer, por colocar sob recalçamento o real da criança, coloca em função certa antecipação, que tem sobre a criança um efeito de captura especular:

Apreende-se que esse acesso ao simbólico, que representa a identificação da criança ao discurso da mãe, concerne ao corpo, na medida em que ele não é somente corpo imaginário, mas também corpo de linguagem, de significantes e de letras. (Ibid, p. 10)

Assim, os autores consideram o transativismo como um golpe de força em que a mãe força o filho a integrar-se no simbólico, constringendo-o a avaliar o que experimentou em referência ao masoquismo dela. Trata-se de negar o real experimentado pelo outro, forçando-o a uma experiência em um efeito de espelho: a suposição de um outro. Para Bergés e Balbo, não se trata de uma posição traumática, mas do que possibilita a elaboração discursiva pela via de um enodamento:

Para manter certo rigor conceitual, o golpe de força em questão não é da ordem do traumatismo, mas diz respeito ao real; esse real necessário ao acesso ao simbólico e ao enodamento dos três registros que são o do imaginário, o do simbólico e o do real. Esse golpe de força é nesse sentido, nada mais nada menos que um golpe, forçando a criança ao enodamento borromeano. (Ibid.p.11).

A questão que se coloca é por que não encontramos esse golpe de força na relação mãe-criança nos casos de autismo. Sem dúvida, a problemática da não constituição da imagem especular está aí apresentada. O que não pode ser negado é o real que retorna sem uma perda (*objeto a*) que possa se articular a uma imagem *i(a)*. Esse retorno do real, que não pode ser negativizado, aponta na clínica para algo que não pode se inscrever no discurso familiar, no simbólico – como vimos no capítulo sobre a forclusão.

Um dos pontos que me pareceu importante aprofundar em relação ao transativismo é que Bergés e Balbo situam-no como uma identificação primordial que mantém vivo um desconhecimento, diferenciando-a radicalmente de uma cognição: nesse caso, o que é negado pela mãe é o seu desconhecimento quanto ao que é experimentado pelo filho. Por isso, os autores situam essa identificação como simbólica, e exemplificam-na no fato de que quando uma mãe diz que seu filho está com fome nenhum referencial pode lhe dar essa

certeza. Para que isso fique um pouco mais claro, temos que refletir sobre a seguinte afirmação dos autores:

É porque a mãe fez a hipótese simbólica de uma demanda que se acha justificado o propósito que ela sustenta: é pelo simbólico que ela dá consistência ao simbólico; ela está então no lugar de grande Outro e o filho pode agora, com razão, não estar totalmente satisfeito com a resposta que ela lhe deu, que pode não corresponder ao real desconhecido de sua necessidade. Encontramos aqui, mais uma vez, o jogo fundamental do duplo desconhecimento, único a poder atestar a pertinência da identificação transativista. (Ibid, p. 54).

O que parece ser possível pensar a partir dessas articulações é que o transativismo implica certa manutenção da posição da mãe como sujeito dividido e do funcionamento do recalque, possibilitando que a criança possa, em ato, fazer efetivamente uma recusa do que lhe é oferecido.

Embora deva futuramente estudar melhor o transativismo – uma vez que as questões apresentadas merecem ser retomadas de forma mais detalhada a partir da própria teoria psicanalítica –, suponho que nele podemos encontrar um caminho para pensar o motivo pelo qual o autismo não pode ser necessariamente associado a uma estrutura psicótica. E também por que não podemos dizer que é resultante de uma estrutura psicótica do lado dos pais. Enfim, penso que o transativismo pode abrir algumas perspectivas para situar o autismo a partir do processo de identificação e sua relação com a questão do fantasma; mas isso é ainda apenas um projeto de estudo.

Capítulo 7

OS AUTISMOS: A TEORIA E A CLÍNICA

Partindo da psicanálise, interessa interrogar se nos autismos podemos supor que existe uma questão relacionada ao sexual, ao trauma e ao Édipo. Nesses casos, não é possível pensar em recalque, no entanto, a hipótese de um tipo de defesa esteve presente em algumas teorizações psicanalíticas.

Na clínica psicanalítica com crianças autistas encontramos trabalhos que partiram da hipótese de que o autismo teria como causa um trauma prematuro, causado pela ruptura da relação mãe e filho. Esse tipo de entendimento tem como referência o modelo desenvolvido por Klein, que considerava que sempre haveria um eu capaz de constituir relações de objeto. Essas relações teriam o corpo da mãe como um *"receptáculo mítico de tudo o que existe a conquistar no mundo"* (Kaufmann, 1996, p. 60). O corpo materno, por não poder ser perdido, estaria destinado a ser destruído e reparado.

Segundo Kaufmann, no caso denominado *Dickens* – um menino que havia recebido o diagnóstico de esquizofrenia –, Melanie Klein (1930) encontra um limite em sua abordagem. Quando oferece objetos à criança, para que se instaure o que denominou *"a apropriação sádica dos conteúdos do corpo materno"* (idem, p.60), percebe que o menino era desprovido de sadismo, parecia paralisado, aquém da dialética continente conteúdo. Assim, nesse caso, Klein faz interpretações no sentido de re-inserir o próprio menino como objeto dentro da mãe. Lacan, mesmo discordando da teoria kleiniana, por não reconhecer nenhuma falta ao Outro materno, reconhece efeitos nas suas interpretações, não pelo sentido, mas pelo valor de ato analítico. A importância desse caso é que nele se apresenta a impossibilidade de supor, a partir dos conceitos kleinianos, um diagnóstico de esquizofrenia. Esse caso é retomado por outros psicanalistas, como Francis Tustin, no sentido de haver necessidade de diferenciar o autismo.

Tustin, psicanalista que se dedicou especialmente ao atendimento de crianças autistas e que publicou trabalhos em que relata sucessos clínicos, fez suas próprias teorizações sobre a questão. Iniciou seu percurso seguindo a teorização de Margaret Mahler, que considerava o autismo como uma regressão para um estágio anterior de autismo normal e primário; contudo, com base nas observações de bebês realizadas por Tavistock, que constatava que, desde o início, eles respondiam a estímulos, passou a entender o autismo como uma aberração, um erro de desenvolvimento.

Partir da hipótese de falha no desenvolvimento é algo bastante afastado do que entendemos, depois de Lacan, como estruturação a partir de um corte significativo. Por outro lado, a importância teórica que Tustin dá ao fato de um paciente autista ter lhe falado, durante a análise, sobre um buraco negro, criou um movimento em sua teorização. A partir desse fato, passa a tomar o lugar da mãe no entendimento do autismo de forma bastante diferente da que havia sido base da abordagem de Klein, e que pode ser entendida como mais próxima da concepção da falta como estruturante, formulada por Lacan.

Passando a fazer uma distinção teórica mais clara entre autismo e esquizofrenia, Tustin nos apresenta uma concepção do autismo que pode ser entendida como topológica. Faz referência a uma escultura de Henry Moore, que mostra uma mãe com um buraco na altura do seio segurando uma criança, para explicar que nos casos de autismo a criança estaria ali para preencher o buraco da solidão e depressão da mãe. A separação entre os dois importaria algo muito doloroso e não encontraria uma representação verbal.

Tustin afirma perceber no autismo uma proteção específica a uma experiência muito traumática de separação da mãe. Mas, nesse ponto, temos que considerar que a retomada da questão da separação mãe-bebê traz uma diferenciação de fundamental importância na elaboração teórica de Lacan, que nos afasta de uma idéia de angústia de separação.

No Seminário 10, onde a angústia se apresenta como um conceito fundamental para o entendimento da clínica, é em relação ao que denominou o *objeto a* causa de desejo que Lacan faz uma diferenciação no campo

psicanalítico do que seriam as relações de objeto. O *objeto a* aparece como um resto da relação na qual o Outro é tomado em um lugar constituído como uma imagem, imagem que apresenta uma falta irreduzível ao corpo próprio, investido no nível do que se denominou auto-erotismo. O objeto “a” seria esse algo que não se projeta, e que viria a corresponder no fantasma ao signo $-\phi$. É nesse lugar designado $-\phi$ que se situa a angústia de castração. Lacan afirma que a angústia não é o sinal de uma falta, mas o defeito no apoio da falta.

A questão que se coloca em relação aos autistas é que eles não formariam a imagem Real $i(a)$, conforme encontramos do modelo ótico de Lacan. Antes da fase do espelho o que seria um $i(a)$ estaria na desordem dos pequenos “a”. Esses objetos – que não seriam em princípio intercambiáveis – só seriam perdidos por causa da exclusão da função de um objeto em relação à mãe. Assim, considerar o *objeto a* como foi introduzido por Lacan, é considerá-lo fora de toda função possível de objetividade: *“O objeto a na psicanálise, na teoria lacaniana, não se situa como um objeto cujas qualidades específicas satisfariam o desejo por sua presença ou o frustrariam por sua ausência; sua função é ser causa de desejo, suscitá-lo.”* (C.H. Lacôte, in *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise*, p. 15)

O autismo remete à questão da origem, que é o problema da entrada do significante no Real, e ao que permite que esse significante se encarne. Lacan entende que esse “encarnar-se” implica a existência de um ponto de falta significante, posto que onde há significante é justamente porque algo não pode ser significado.

Na apresentação do esquema óptico, a relação de corte entre a e $i(a)$ não é o corte da separação criança mãe. Lacan toma essa posição a partir do modelo da embriologia, segundo a qual os envoltórios (placenta) são partes do corpo e da separação entre o que seria um interior e um exterior restaria um a enigmático como uma parte do si mesmo. Esse a mostra-se caído, como faltante, mas não há falta no Real. A falta só é apreensível no simbólico, designada como ausência que o símbolo preenche, de modo a presentificar apenas o que não está ali.

Assim, se partimos do princípio de que nos autismos não há uma constituição da imagem especular, a falta constitutiva do sujeito que poderia estar referenciada a uma imagem, a um fantasma no campo do Outro, temos que supor que essa falta se apresenta de outra forma na relação com o analista.

Encontramos na descrição clínica lacaniana dos autismos o Outro situado no lugar de pura ausência, lugar de morto. Jerusalinsky designa-o repetição de um lugar de exclusão; contudo, ele mesmo nos fala que a percepção dos autistas é bastante aguçada e que encontramos um olhar oblíquo, uma posição de vigilância no sentido de manter o outro em uma distância necessária para sustentar essa posição de exclusão. Entendo essa abordagem do autor mais como uma forma de relacionar-se com o campo visual no qual uma perda não pode ser inscrita, já que o olhar não se apresenta como borda pulsional, em que seria possível um jogo de alternância entre a presença e a ausência. Como nos aponta Rosine Lefort (1980): Um olhar sempre porta uma perda.

Para Lefort, o autismo assinala uma ausência de divisão entre o Um e o Outro, sem a queda de um *a*, o que significa dizer que o Outro do autismo “existe” em estado absoluto, sem corte. Esse Outro absoluto, sem objeto separável, não tem necessidade de nada. Na ausência da necessidade, complica-se uma tomada na demanda; assim, para pensar a questão da transferência e sua relação com o *objeto a* na clínica com autismo, faz-se necessária uma articulação entre a demanda e o Outro. A possibilidade de estabelecer com o outro uma relação além do plano da necessidade.

Segundo Lacan, no caso das psicoses, o “*a*” como objeto causa do desejo (objeto causa da falta) situa-se como completamente estranho ao sujeito. Nesse caso, impõe-se que na relação de transferência o analista seja tomado como um corpo estranho em uma relação de incorporação; todavia, nos casos de autismo, percebemos que mesmo esse movimento está impossibilitado. O Outro é colocado no lugar de pura ausência, como demonstram as atitudes que surgem com frequência: ficar de costas para o analista ou dirigir-se à janela.

Abordar a questão da transferência no autismo implica fazer referência ao conceito de repetição que se estrutura, segundo Lacan, em torno de um corte

significante que instaura um encontro faltoso com o real. Esse corte implica que um objeto se apresente como causa do desejo a partir de uma perda que se inscreve. A transferência só pode ser considerada a partir de um encontro faltoso, no qual o que não pode ser lembrado repete-se na conduta. Para pensar a questão da transferência nos autismos, temos que supor que o encontro com o outro, uma vez que não há falta, impõe algo insuportável.

Para Jerusalinsky (1993), a entrada do autista no campo da linguagem só é possível se o analista se colocar em uma posição na qual não se identifique demanda nenhuma, para vir a ser precisamente alguém a quem possa ser primordialmente demandada alguma coisa. E essa seria uma posição inversa à do sujeito dito normal. O analista teria que ser alguém capaz de ocupar o lugar de um Outro sem demanda, mas sem encarnar a demanda de ausentificação que lhe é dirigida.

Falar em demanda de ausentificação parece algo bastante paradoxal, mas assim como não podemos deixar de submeter a teorização psicanalítica à experiência clínica, não devemos deixar de incluir em seu campo os paradoxos que estão situados em questões levantadas por Freud na *Verneinung* e no *Fort-Da*, que ocupa lugar privilegiado na articulação do além do princípio do prazer. A articulação da demanda se dá como um movimento de instauração da falta, e temos que pensar que ela só pode ser concebida quando certo enlaçamento na linguagem já está feito em torno de uma perda que já se apresenta como tal. A clínica psicanalítica é construída não por uma normatização de sua prática, mas por uma aposta que se faz mediante o que se apresenta na singularidade de cada caso, que é o que faz dele um (a) caso. Isso fica em aberto neste trabalho para um retorno no sentido de interrogar o que fez com que o diagnóstico de autismo se estabelecesse e quais suas conseqüências para a clínica e a teoria psicanalítica. O que espero realizar futuramente a partir de um estudo mais abrangente sobre a teoria e a clínica com autismos.

Capítulo 8

AS QUESTÕES CLÍNICAS:

REFLETINDO SOBRE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Considerando a natureza enigmática do autismo, parece-me no mínimo precipitado designar como autista uma criança. Não que esse diagnóstico não corresponda a certas impossibilidades encontradas na subjetivação e a certas estereotípias no comportamento e no uso da linguagem; contudo, isso não é suficiente para compreender uma estruturação psíquica que acaba ficando mais definida pelo que não é do que pelo que é. Sem contar que no decorrer de um trabalho surgem acontecimentos que podem re-significar algumas hipóteses iniciais.

O autismo nos interroga sobre uma forma de existir na linguagem que produz certo estranhamento. Mas temos que refletir sobre que tipo de encaminhamento pode ser dado a essas experiências, quando recebem o nome de autismo, quando reduzidas a esse denominador comum. A designação pode ter conseqüências tanto teóricas como clínicas; uma devolutiva diagnóstica que afirme: “Seu filho é um autista” pode constituir uma marca que terá suas implicações no tipo de investimento que poderá ser feito em uma criança.

Penso que temos que interrogar a possibilidade de traçar uma perspectiva clínica a partir desse diagnóstico e da reafirmação dessa patologia. Na perspectiva psicanalítica, essa questão só pode ser respondida se pudermos articulá-la ao conceito de transferência, e é nesse sentido que a questão da negação foi escolhida como lugar privilegiado para pensar como, nesses casos, a linguagem pode incidir em relação ao lugar do Outro.

As questões que serão trazidas neste capítulo não terão o sentido de dar conta da clínica do autismo como um todo, nem de um caso, embora um enfoque maior seja dado ao caso em que foi possível, graças a um pedido de atendimento feito pela mãe de uma criança e das condições de transferência, realizar um tratamento. Na verdade, o que talvez eu possa mostrar é de que

forma o autismo firmou para mim um enlace com a psicanálise, em uma perspectiva da linguagem como condição de estruturação subjetiva. Como esse enlace se efetivou com o encontro da questão da negação e como, graças a ela, pude fazer um percurso em alguns pontos fundamentais que a psicanálise apresenta para pensar a estruturação do inconsciente como linguagem.

Existem dificuldades que se apresentam quando me proponho a escrever sobre a clínica, pelo fato de que isso me coloca entre aquilo que constitui o caso e a teoria. Ater-me excessivamente ao caso parece-me um tanto abusivo, podendo levar a certo exagero de compreensão, que conduziria a encontrar nele não mais do que aquilo que podemos supor; por outro lado, centrar-me nos conceitos pode fazer inverter a ordem da própria construção da teorização psicanalítica freudiana, buscando na clínica a legitimação da teoria já pronta. Penso que esse dilema só pode ser atravessado se pudermos tomar a teoria como necessária ao entendimento da prática clínica.

Neste capítulo, apresento algumas experiências em que articulo algumas questões em relação aos autismos; questões que têm, para mim, um sentido não de dar conta dos acontecimentos, mas de promover um movimento de retroação, em que cada volta produz algo novo e desloca os saberes constituídos.

8.1. A Menina e a Voz

Aqui procuro situar minha primeira experiência com algo que eu ainda não identificava ao diagnóstico de autismo, mas que marcou como sendo da ordem de um estranhamento. Nessa experiência, a voz apresentou-se como um objeto destacado de uma posição subjetiva, inaugurando um ponto de interesse.

Meu interesse pelo autismo não se iniciou a partir de um caso atendido por mim, mas da escuta de uma criança em uma unidade de psiquiatria infantil que eu estava visitando. Naquele momento, eu nada sabia sobre o diagnóstico de autismo e fui surpreendida por uma menina de aproximadamente sete anos,

que vagava pelo pátio repetindo a fala “cadê a mamãe”, colocando a mão em concha sobre as orelhas para ouvir a vibração da sua própria voz. A frase que poderia ser entendida como uma demanda, não soava como um apelo, mas como se não viesse dela, mas de um outro lugar e, se assim posso dizer, ela literalmente se ouvia e parecia tirar disso algum tipo de gozo, não do sentido de suas palavras, mas da entonação de sua própria voz. Nomeio essa experiência “A Menina e a Voz” talvez porque ela me remeta a uma espécie de separação entre o sujeito e o dizer que ficou solto, algo falho de entendimento, ressoando de forma a me fazer reencontrar com a questão do autismo.

Devo dizer que palavras como “demanda” e “gozo” não estavam naquele momento, para mim, associadas como hoje a um campo de entendimento psicanalítico. Suponho mesmo que se tivesse tido que falar desse acontecimento eu usaria outros termos. Talvez simplesmente dissesse: “Ela fala para ninguém”: embora essa fala pudesse ter o sentido de pedir a presença da mãe, não se dirigia a ninguém. Essa repetição lembrava uma vitrola enguiçada, mas, por outro lado, usava as mãos para fazer da voz uma espécie de eco, ocupando-se em ouvi-la de forma obstinada. Na verdade, muitas questões ficaram em suspenso quando me deparei com essa estranha forma de usar as palavras. A surpresa instaura uma ordem do estranhamento porque essa frase “cadê a mamãe”, tão familiar quando nos dirigimos às crianças que começam a reconhecer a imagem materna no jogo da presença e ausência, estava ali solta como matéria bruta, sem ancoragem, isso é, sem um vir-a-ser. Por tudo isso, considere importante tentar recuperar essas primeiras impressões e colocá-las como um ponto de origem de minhas indagações clínicas. Talvez este trabalho só esteja sendo possível porque encontrei um dia essa menina de quem eu nunca soube o nome. Será que eu poderia afirmar com certeza que essa criança era autista? Creio que não, visto que se tratou apenas de uma observação quase casual e cujo sentido se faz em um movimento de retroação, desencadeado por outras experiências e estudos. Contudo, é a partir dessa experiência que retomo o dizer de Lacan na conferência em Genebra:

Como o nome o indica, os autistas escutam a eles mesmos. Escutam muitas coisas. Isto desemboca inclusive normalmente em alucinação e a alucinação sempre tem um caráter mais ou menos vocal. Os autistas não os escutam, porém articulam muitas coisas e se trata de ver precisamente de onde escutaram o que articulam. (1993, p. 134)

Às vezes um projeto de entendimento se produz sem que possamos nos dar conta. Hoje percebo que a partir dessa experiência eu estava engajada em uma rede de indagações sobre o autismo.

Retomando essa experiência, penso que a voz, que não ganhou estatuto de significante, repetia-se sem produção de perda, não podendo significar uma ausência da presença materna, ou mesmo a presença de sua ausência. Podemos supor que essa criança era atravessada por uma fala que soava como se estivesse fora de uma posição especular, não retornava a partir do lugar do Outro. Ela estava imersa nas palavras, tomando-as de forma tátil, isto é, em eco: a palavra tomada em sua pura vibração. A questão que fica é por que isso era repetido? Podemos dizer que essas palavras tiveram uma função capturante? Capturante sim, mas não na linguagem.

Penso que essas palavras que assumiam a função de revestimento, de envoltórios, faziam vibrar o tímpano dessa menina como órgão de puro gozo, ao mesmo tempo em que a mantinha em total indiferenciação; para que fossem escutadas, seria necessário o furo, uma hiância produzida pela perda de algo que ela pudesse buscar sem reencontrar. Para isso, a vibração teria que entrar em um ciclo de ritmo e de alternâncias de demandas²¹.

8.2. Atrás do Espelho

Alguns anos depois da experiência contada anteriormente trabalhei em uma escola para crianças excepcionais e fiz um breve atendimento de uma criança autista: uma menina (E.) de sete anos que tinha um grande olhar vazio e

²¹ Essas questões estão trabalhadas no capítulo “Os Autismos: A Teoria e a Clínica”. Nele retomo o Seminário *A Angústia*, no qual Lacan estabelece a necessidade da perda de um objeto - *objeto a* – na constituição da imagem no plano projetivo.

que pegava os objetos de uma forma muito delicada, com a ponta dos dedos, e colocava-os a uma distância de si para vê-los. Andava nas pontas dos pés e emitia sons musicados que eu não conseguia decifrar; algo como um “popopi...pooo”, que ela acompanhava girando o corpo como uma bailarina de caixa de música. Uma educadora insistiu em melhorar seu andar vacilante e começou a guiá-la pelas mãos, ficando atrás dela como se estivesse conduzindo um bebê iniciando a marcha. Isso acabou produzindo um comportamento repetitivo em que ela puxava a mão de qualquer pessoa, inclusive a minha, para fazer a mesma coisa, não parecia que com isso me incluía como um outro, mas que me tratava como uma extensão, como uma espécie de prótese. Esse caso me interessou, e como era contratada como psicóloga da instituição, propus-me a iniciar um atendimento.

Comecei o trabalho com uma entrevista com a mãe da criança. Na entrevista inicial, aberta, mas com base em um roteiro de anamnese, preenchia-se uma ficha que fazia parte de um prontuário que ficou na instituição. Na entrevista, a mãe contou a história de sua vida, que me pareceu bastante difícil. Quando menina, havia sido deixada pelos pais para viver na casa de uma família substituta que a fez de empregada e onde passou várias privações, até de comida, por isso guardava grande ressentimento. Era uma pessoa infeliz, pouco motivada pelo seu casamento, que parecia ter sido precipitado pela sua condição de vida. Em relação a E. dizia que tinha sido um bebê tranqüilo e dado pouco trabalho. Preocupava-se muito com a limpeza da filha e temia que ela viesse a brincar na “areia contaminada” da escola. A menina não tinha histórico de doenças e não tinha tido nenhuma das doenças típicas da infância.

Tentei manter com E. um contato o menos invasivo possível, criando a possibilidade de ela me pedir alguma coisa. Quando iniciei o atendimento, uma das primeiras coisas que me surpreendeu foi perceber que embora não se mirasse no espelho, ela o usava para ver os objetos, desviando o próprio corpo para não atrapalhar a visão das imagens. Não me pedia nada, a não ser pelo fato de querer ser levada pelas mãos, mas isso me usando como uma espécie de extensão sua, pegando minha mão sem me olhar. Durante os atendimentos,

eu tentava criar algum tipo de jogo com uma bola, estabelecer algum contato, mas me parecia que ela estava mais interessada em me arrastar como parte de si mesma pelo pátio. Resolvi passar a fazer os atendimentos fora da sala. Depois de alguns poucos atendimentos, ela ficou doente, com febre, e a mãe tirou-a da escola, interrompendo conjuntamente o vínculo comigo.

Essa experiência levou-me a algumas interrogações sobre os autismos e sobre a direção do tratamento, principalmente quanto à necessidade de envolver a mãe da criança, porque não podemos deixar de perceber que houve uma precipitação da saída da criança da escola. O próprio surgimento da doença colocou a interrogação: teria sido uma reação ao tratamento ou uma alteração surgida na condição orgânica da criança por questões ambientais? De qualquer forma, ela havia tido contato com os agentes externos (areia, outras crianças) que eram o temor da mãe. Penso que, por um motivo ou por outro, a doença se apresentou dissociada de uma possibilidade de simbolização. A mãe de E. evitava que ela adoecesse e que junto com isso se humanizasse e se tornasse mortal. Minha hipótese em relação a esse caso é a de que talvez E. estivesse no lugar de algo impossível de ser simbolizado pela mãe: ter sido entregue pelos próprios pais aos outros para viver em uma condição de semi-escravidão.

Desse caso, destaco a relação peculiar dessa criança com o espaço. Ela o percebia, mas o uso do espelho parecia mostrar que ela se tomava como um componente a mais nele, e não se destacava das outras coisas. Por outro lado, havia uma captura de seu corpo por movimentos ritmados. Ela era sensível a o ritmo, mas rodar como bailarina mecânica não se mostrava como algo lúdico, e talvez fosse uma forma de repetir a presença real do outro – como no uso do outro como uma extensão ao andar. Não havia um sentido de entrada ou de saída desses movimentos, não havia apelo, não havia intervalo. Ela parecia ser levada por uma onda, e nada tinha a ver com um ato, o que havia era apenas um atrelar de seu movimento ao outro, como em uma engrenagem. Encontramos em descrições clínicas de autismo o relato de uma forma de ligar-se a uma outra pessoa desde que esta permanecesse em uma posição neutra. O que podemos dizer, por enquanto, é que a dimensão da demanda parece

estar excluída, mas considero que essa exclusão é justamente o ponto enigmático da posição do autista.

Nesse caso, situo a posição do olhar como algo que fala de uma estruturação subjetiva, ou de sua falha, tomando como referência o esquema óptico de Lacan. Em relação a sua imagem no espelho, E. parecia situar-se em um ponto onde se apresentava como imagem real, e não virtual. Esse caso de autismo revelou-se para mim como algo que envolvia a questão do olhar desarticulado de um investimento em uma imagem própria, em que o corpo apresentava-se como obstáculo real no espelho, o que me faz pensar que não era tomado de forma invertida e compunha o espaço como uma parte desprovida da possibilidade de significação.

8.3. Uma Criança Adormecida

Neste fragmento de caso, procuro situar a articulação entre demanda e apelo como subversão da necessidade, como estando na dependência da incidência da castração, e de que um significante possa situar-se para a criança a partir de uma falta.

Em um trabalho psicanalítico com casos graves situados como autismo, surgem fatos que costumam ficar, a princípio, fora do discurso que a mãe traz sobre a criança. A alimentação das crianças pode muitas vezes ter esse lugar de surpresa esclarecedora. Nesse sentido, quero trazer este relato surgido três meses depois de iniciado um atendimento: a mãe de uma criança autista de quatro anos conta que ainda lhe dava mamadeira, mas que o fazia durante o período em que o filho estava dormindo, para que ele não acordasse para pedi-la.

O primeiro ponto a ser pensado é que, nesse caso, o que parece impedido não é só que a criança faça uma demanda – por meio de um ato como um grito, um choro, uma palavra –, mas que a própria mãe se impeça de situar-se como um suporte à articulação de demandas. Tratando-se de uma criança

autista, podemos dizer que essa atitude da mãe era um ato claro no seu objetivo e muito bem sucedido, não restando outro sentido, ou duplo sentido; isso é muito diferente de uma queixa, de uma dúvida sobre como controlar o comportamento de um filho, ou mesmo de certo gozo por conseguir manter o filho satisfeito. Trata-se, nesse caso, da própria exclusão de uma relação subjetiva na linguagem, uma vez que, no autismo, deparamo-nos com um corpo excluído da linguagem e não encontramos margem para a equivocidade – o que faz pensar que esse corpo funciona como um tamponamento real do desejo da mãe.

Encontramos nesse fato tanto a impossibilidade de fazer um apelo à mãe, quanto a impossibilidade de recusá-la no plano do simbólico. Então, como entender a relação que essa criança pode estabelecer com seu corpo e com sua atividade oral? Aí se apresenta algo problemático, porque tomar o seio ou mamadeira como objeto implica uma articulação mínima da alternância presença-ausência e o estabelecimento de uma relação de investimento no eu e no objeto amoroso.

Lacan, em 1957 (Seminário 4, *A relação de objeto*), faz uma crítica à idéia que se difundiu na psicanálise pós-kleiniana: a da introjeção de objetos bons como simétrica à projeção de objetos maus. Para ele, introjeção é diferente de incorporação, porque esta última não se apresenta em uma relação simétrica. Na conceituação kleiniana, os objetos passariam de fora para dentro e seriam ejetados de dentro para fora, o que não podemos deixar de perceber como sendo uma leitura do que Freud apresenta quanto ao ato de engolir e cuspir em relação aos juízos de existência e atribuição.

Para Lacan, tratar as questões freudianas a partir da simetria é um abuso, pois a evocação de um momento preciso da pulsão oral é impossível, seria impossível falar conceitualmente de uma regressão. Para ele, a pulsão na análise deve ser definida quanto a sua função econômica, com referência ao desenvolvimento de uma relação simbolicamente definida e, como vimos a partir das questões envolvidas na *Verneinung*, uma relação definida simbolicamente se faz a partir de processos dessimétricos.

A mãe como objeto de apelo é tão ausente quanto presente; o que existe são os seus dons como signos de amor. Por outro lado, ela apresenta o objeto da necessidade sob a forma do seu seio. Esse objeto real assume sua função como parte do objeto de amor, assume sua significação como simbólica.

O amor se apresenta como dom. Isso quer dizer que está remetido a um além que é da linguagem, da ordem de troca instituída pelo simbólico e que ultrapassa o nível da necessidade. Nas palavras de Lacan, no Seminário *As relações de objeto*:

Nada é dom se não for constituído pelo ato que, previamente o anulou ou revogou. É sobre um fundo de revogação que o dom surge, é sobre este fundo, e como signo de amor, inicialmente anulado para ressurgir em seguida como pura presença, que o dom se dá ou não ao apelo. (1995, p. 185)

O que me parece ser possível mostrar, com o fato surgido na clínica, é que para haver sujeito existe necessidade de se passar por uma recusa que se articula ao apelo, a uma negação ativa que garanta à criança um lugar de corte da onipotência materna. A possibilidade do apelo e da recusa retira da mãe o lugar em que se poderiam manifestar a presença e a ausência. Não é simplesmente pela negativização que a criança resiste à onipotência materna, mas pela anulação do objeto que aparece como signo de nada. Essa inversão colocaria a criança em uma outra relação com o desejo. É isso que se mostra impedido no caso aqui relatado.

O atendimento dessa criança durou pouco tempo, porque repentinamente a mãe me avisou que a família estava mudando de cidade; logo, as questões apresentadas são bastante pontuais. Achei interessante trazê-las porque na época o caso foi facilmente identificado pela equipe de trabalho como um caso típico de autismo. Além disso, o fato ocorrido pareceu-me bastante interessante para refletirmos sobre a questão da atividade oral, que está colocada por Freud em *Die Verneinung* como o querer engolir e o querer cuspir, considerados como expressão de uma qualidade.

8.4. Um Caso: Uma Transferência

Aqui vou apresentar um caso para refletir, segundo uma perspectiva psicanalítica, sobre questões relativas à estruturação do sujeito e à direção da cura na clínica com casos graves que poderiam ser incluídos no diagnóstico de autismo, e para pensar como nesses casos ainda seria possível a articulação corpo linguagem. Assim, vou partir de um caso clínico em que algumas experiências corporais reativaram a possibilidade de inscrição significativa. Situo alguma possibilidade de rompimento de certas posições estagnadas, posições que vêm evitar a vivência da angústia que poderia inscrever o corpo da criança, tanto para ela mesma quanto para a família.

Partindo desse caso, interrogo se seria possível ao analista tecer junto à criança e à família a possibilidade de essa angústia ser retomada como falta, a partir de uma nova experiência que, em uma retroação, possibilite a hiância necessária à articulação de um significante.

A clínica com crianças autistas impõe questões do ponto de vista da transferência. O lugar de um suposto saber não está colocado para elas, mas precisa ser sustentado para seus pais. Nessa experiência, é a partir da escuta dos pais que a singularidade do caso pode ser abordada.

A apresentação do caso será feita destacando alguns acontecimentos no sentido de mostrar como a partir de um diagnóstico de autismo pode ser traçada uma perspectiva clínica, apresentando os momentos em que se fez possível um descolamento de um lugar de puro gozo.

Primeiramente, vou explicar por que esse caso foi entendido como autismo e as condições de início do trabalho. O atendimento desse menino (A.) iniciou-se a pedido da mãe. Ele estava com cinco anos, tinha uma avaliação da psiquiatria da Unicamp com indicação para psicoterapia e já tinha passado por atendimento com psicóloga, trabalho que foi interrompido por motivos pessoais da terapeuta. Também já tinha sido aceito e rejeitado por duas pré-escolas da

cidade e estava encontrando dificuldades na Escola Municipal que estava freqüentando.

Segundo a mãe, na psiquiatria da Unicamp ele foi diagnosticado como autista. Após essa avaliação, foi proposto um trabalho para adequar o comportamento da criança à sua idade cronológica e os pais fizeram a opção de continuar o trabalho comigo, depois que esclareci que eram caminhos incompatíveis. Essas informações que foram trazidas pela mãe não foram checadas por questões próprias à direção do trabalho, que tinha como base a escuta e não a checagem de dados. De qualquer forma, eu tinha contatos com a neurologista que acompanhava o caso na mesma instituição em que eu o atendia.

Em seu relato inicial, a mãe ressaltava que a criança sofria uma rejeição social. A irmã de oito anos era convidada para festas, mas pediam-lhe que não o levasse. Apresentava dificuldade de apreender o que era ensinado, não desenhava nem fazia nenhum traçado. Insistia em brincar com coisas perigosas como colocar dedos em tomadas. A mãe tentava controlá-lo o tempo todo. Ele emitia palavrões quando era interrompida alguma situação em que estivesse envolvido. Esses palavrões pareciam mais uma repetição de algo estranho que um ato de xingar. Tinha fascínio por água e era impossível convencê-lo, nos dias frios, de que não podia ligar a mangueira. Comia o dia inteiro, era preciso esconder os alimentos. Não ligava para os brinquedos, mas queria a panela de pressão e apertar os botões da máquina de lavar para vê-la movimentar-se. Na escola, permanecia fora da sala enquanto os outros estavam dentro. Deixado sozinho, ia indo embora em direção à rua sem nenhuma noção de direção ou de perigo. Tinha fascínio por cavalos e quando via um ia atrás.

No histórico inicial surgem alguns fatos que embora pareçam importantes não nos trazem a princípio nenhuma possibilidade de ação, pois tanto podiam estar associados ao diagnóstico de autismo, quanto ao histórico de uma outra criança com outra patologia, ou mesmo nenhuma. Quero dizer que a gravidade da incidência do fator orgânico e do traumático não poderia ser situada como única causa da problemática apresentada. Foi só depois – quando puderam ser

retomados na relação de transferência – que esses fatos passaram a ter importância no andamento e entendimento desse trabalho.

Aos dois meses de idade, A. teve uma gripe que evoluiu para infecção de ouvido e depois para meningite. Segundo a mãe, “a moleira ficou abaulada”, mas a princípio os médicos orientaram a fazer uso de medicação em casa. O bebê acabou sofrendo um choque séptico e após 48 horas em risco de sobrevivência ficou 11 dias em coma. Após o coma, não conseguia deglutir. Logo depois de a mãe fazer um pedido, na capela do hospital, para que ele sobrevivesse, “mesmo que fosse para ficar com problemas”, ele foi batizado na UTI e nesse dia começou a reagir. Voltou muito fraco para casa e o médico ressaltou a importância da alimentação. Não pôde mais ser amamentado e a avó materna passou a ajudar nos cuidados, e A. começou a ter dificuldade com os movimentos do lado direito. Segundo relatório da neurologista, o bebê sofrera um acidente vascular e apresentava como seqüela uma epilepsia sintomática sob controle com uso de medicação. Tinha avaliação de hiperatividade e falta de concentração que os médicos não associavam diretamente ao quadro orgânico.

Destaco que quando a mãe me relatou, na primeira entrevista, o pedido de sobrevivência na capela, fiz uma intervenção dizendo que se iríamos iniciar um trabalho era por querer mais do que isso.

Quando iniciei meus contatos com A., considerei que estava frente a uma configuração singular, porque havia características de autismo, mas com aspectos diferenciais, principalmente por causa da tensão no relacionamento com a mãe. Havia semelhanças com os autismos, porque A. apresentava baixa tolerância em permanecer na sala, procurando as janelas e ligando-se aos barulhos externos. Não me dirigia o olhar e quando a porta era aberta “ia indo” em direção à rua, sem dirigir o olhar nem para a mãe. Derrubava várias coisas na sala, depois, abandonava-as, ia colocando os objetos na boca e por vezes quebrava brinquedos de plástico nos dentes. Colocava os dedos na tomada, acendia e apagava a luz. De repente, falava que ia fazer cocô ou beber água e dirigia-se para porta sem me olhar, e isso podia acontecer várias vezes. A mãe o

acompanhava até o banheiro, mas ele parecia mais querer sair da sala para abrir a torneira. Tinha fixação por água.

Seu vocabulário era razoável para a idade, mas sua fala tinha uma entonação estranha, reproduzindo constantes perguntas que não buscavam uma resposta com sentido, mas uma sonoridade complementar. Apontava objetos banais cujos nomes já conhecia, e falava como se houvesse um outro lhe perguntando “O que é isso?”, sem nenhum interesse na função ou significação do objeto. Se eu respondia, ele dava as costas; se lhe falasse “você sabe”, ele dava a resposta correta de forma automática e, às vezes, dizia um “muito bem!”, levantando o dedo em sinal de positivo, como se fosse um outro “reforçando-o”. Essa fala copulada nela mesma fazia com que qualquer coisa que eu lhe dissesse fosse recebida em uma espécie de objetividade absoluta. O que ele parecia esperar não era da ordem de um sentido, mas de um ritmo conhecido na modulação das palavras, parecendo até que impedia que as palavras pudessem produzir alguma significação. Não era possível perceber uma condição de sujeito, pois o saber não estava colocado como uma questão aberta e articulada ao Outro.

Para refletir melhor sobre a validade desse diagnóstico de autismo, tomei como referência questões do ponto de vista da transferência, já que o caso apresentava diferenças em relação a outros casos de autismo: maior atividade e vocabulário, com palavras articuladas de formas mais nítidas, isto é, com sonoridades menos confusas. Por outro lado, A. revelava na sua linguagem a mesma exclusão do Outro que encontramos nos relatos clínicos e nas teorizações sobre autismo. Embora A. reproduzisse perguntas, a modulação de sua voz não produzia a possibilidade de participação de um outro no diálogo. O que quero dizer é que essas perguntas não pareciam se dirigir a alguém e nem ter um objeto de interesse.

No sentido de clarear a questão, do ponto de vista da transferência, cito um trecho do texto de Nilza Ericson, em que faz algumas considerações sobre a direção da cura de crianças autistas:

A transferência depende de como o analista coloca o Outro em função. Mais radicalmente com o autista do que com qualquer outro, pois, nesse caso, ela oscila entre a voracidade e a morte. Nas sessões, freqüentemente, ele se precipita na direção do analista para logo lhe dar as costas. A transferência do autista mostra que, no real, o Outro deve estar aí e não existir, posição em espelho com a sua própria, que é a de estar aí e não existir. (1995, p. 142)

As perguntas de A. não eram questões, pois tinha as respostas como objetos previstos, um gozo com a voz. Seus pedidos não eram apelos, mas apenas uma maneira de repetir uma mesma fala, assim como se interessava pelos mesmos objetos nas sessões, sem desenvolver nenhuma atividade simbólica com eles. Em uma das sessões, por exemplo, enquanto eu fazia uma tentativa de brincar de alimentar um cavalinho de plástico, por vezes ele dizia: “Dá pipoca para o cavalo”, mas também dizia “Dá pipoca para o carrinho, para a panela”, etc.; além disso, quando eu iniciava a brincadeira, ele não mostrava nenhum interesse, dirigindo-se a outra coisa, ou à porta, indo embora. Parecendo mesmo que quando algo era resultante de um pedido, fazia com que a minha atividade fosse mais rejeitada, pelo próprio fato de eu estar engajada como causa de seu acontecimento. Assim, considerei que sua fala não se endereçava a alguém, que o seu valor estava naquilo que ele mesmo podia escutar e em me silenciar, evitar que eu fizesse ou falasse algo fora do previsto, uma fala sem valor de troca. Ele só conseguia ficar próximo se eu estivesse sob certo controle, muitas vezes parecia ficar mais tranqüilo se eu estivesse me ocupando de alguma coisa – creio que foi assim que passou a pedir que eu picasse papeizinhos para fazer de comidinha, enquanto isso ele perambulava pela sala explorando e tirando várias coisas do lugar, sem brincar com nenhuma.

Nesse contexto, cito também o trabalho de Eduardo Vidal e Maria Cristina Vidal, para ajudar a entender essa estranha relação em que não parecia haver qualquer diferença entre o animado e o inanimado.

No autista, não há articulação possível entre a língua do inconsciente e a imagem do corpo. Não existe a conjunção entre gozo e corpo que denominamos, com Freud, o masoquismo primário-erógeno. Não há

sede da pulsão. Para que o circuito pulsional se instaure, é necessário uma floclação de linguagem, um par diferencial de fonemas que se exprime nos primeiríssimos jogos que o bebê endereça à mãe em resposta as palavras e a modulação da voz. A Pulsão é o conceito que responde no corte do significante sobre a superfície do corpo. A borda pulsional “origina-se” na volta da demanda, que supõe uma unidade topológica entre os orifícios do corpo e o buraco do Outro. (1995, p.117)

A permanência de A. na sessão foi conquistada graças a um jogo que foi construído a partir da sua tendência a ir embora. Ele falava que ia sair para ir ao banheiro ou beber água e eu pedia que quando voltasse batesse na porta que eu abriria. Ele transformou isso em uma rotina de chegar trazido pela mãe, entrar na sala e após alguns minutos pedir para sair. Eu ficava na sala esperando com a porta fechada, rapidamente ele voltava e batia na porta. Eu o atendia e ele conseguia ficar dentro da sala. O período que permanecia comigo foi aumentando, embora sujeito a variações. O número de saídas da sala foi sendo reduzido a apenas uma vez. Observações importantes, considerando que, no início do atendimento, tivemos sessões que duravam não mais do que cinco minutos.

O que diferencia esse caso de uma psicose é que o outro não era tomado como parte complementar e necessária; pelo contrário, a presença de um outro colocava algo de insuportável.

O atendimento dos pais constituiu uma parte importante desse trabalho. A mãe, que foi a primeira a ser ouvida, queixava-se da desvalorização que o marido fazia dela em vários aspectos. Não vou apresentar detalhes, mas considero importante que a situação familiar não estivesse estável no início do trabalho, o que propiciou maiores possibilidades de rearranjos na estruturação do discurso.

A irmã mais velha tinha na época oito anos. A mãe considerava-a muito inteligente e madura para a idade. Havia certa identificação da mãe com a filha, e queixava-se de o marido também desvalorizar a filha e não lhe dar carinho; por outro lado, ela havia recebido o nome do pai no feminino, por desejo dele.

As entrevistas iniciais foram realizadas com a mãe. Em razão de suas questões, passei a atendê-la semanalmente, enquanto o marido vinha uma vez

ao mês. Esse arranjo sofreu variações de acordo com a necessidade. Durante o tratamento, o pai, que pouco participava dos cuidados de A., passou a ter uma participação muito grande no trabalho, mostrou uma grande confiança na melhora e começou a levá-lo para vários lugares e situações sociais, mostrando para isso maior facilidade do que a mãe; isso a deixou bastante angustiada, o que motivou alguns atendimentos individuais.

A partir deste ponto, trago algumas situações que julgo importantes e alguns acontecimentos segundo uma ordem cronológica, mas que foram pinçadas de um número maior de ocorrências e estão sujeitas às associações e surpresas que tive com as falas que surgiram.

Começo com o que pude entender como um ato falho da mãe. Recebi dela uma ligação dizendo que não poderia trazer A. ao atendimento porque o levaria ao médico. Aquele dia, porém, não era o dia agendado para sua sessão, e quando lhe falo disso dá-se conta da confusão. No encontro seguinte, ela relata que estava em desespero, levando a criança ao otorrino, porque fazia dias que saía do nariz de A. uma secreção com mau cheiro. O médico concluiu que ele havia introduzido algum objeto estranho na narina. A princípio, disse que o seu medo era de que A. desse trabalho para deixar o médico retirar o objeto, mas fez a revelação de que levá-lo ao médico era para ela um terror e, por associação, retomou a situação da meningite dele aos dois meses. Quando ele estava em coma, ela via sorrisos no rosto do filho, mas os médicos diziam que era “coisa da sua cabeça”. Foi nesse contexto que, na capela do hospital, pediu que ele sobrevivesse de qualquer forma, fez o seu batismo em coma e nesse dia ele começou a dar sinais de melhora. A partir dessas associações, retornei, com a mãe, a um ponto já colocado por mim para explicar-lhe a direção do tratamento: que estávamos trabalhando no sentido de querer mais, de que se ela veio procurar esse trabalho era porque não bastava só a sobrevivência de A..

Na consulta com o médico otorrino não ocorreram os problemas esperados. O médico conseguiu tranquilizá-lo e retirou um pedaço de espuma que ele havia introduzido no nariz. Na sessão seguinte, A. me surpreende

contando o ocorrido. Ele nunca havia relatado nada, e esse relato foi uma surpresa, porque fazia referência a um terceiro (o médico). Ele disse:

“O médico tirou a espuma do meu nariz.”

Falou isso sem que eu tivesse lhe perguntado e fez dois traços paralelos, que eu interpretei para ele como o lugar dentro do nariz onde estava a espuma. Essa também foi outra surpresa, porque ele não fazia traços, nem rabiscos, nem garatujas. Os lápis eram espalhados e usados em um “jogo” repetitivo em que dizia “fala pra mim que cor é essa”, eu perguntava e ele respondia de forma automática, a pergunta tinha uma entonação estranha, parecia a repetição da fala de alguém que devia ter lhe ensinado as cores.

Poucas sessões depois, A. estava fazendo as perguntas invertidas e repetidas sobre as cores dos lápis de cor; embora já soubesse muito bem as respostas, fazia-me repeti-las de forma previsível, sem demonstrar nenhum envolvimento ou qualquer mudança na forma de articular as perguntas. Nesse dia eu, que já estava exausta dessa fala estéril, digo-lhe que já sei as cores, que eu aprendi quando era pequena. Ele me olha como não costumava me olhar, pois seus olhos costumavam vagar com uma aparência vazia, e me pergunta: “Do meu tamanho?”

O que me chamou a atenção nesse acontecimento foi o seu repentino interesse por algo que não estava presente, mas algo que dizia respeito a uma suposta identificação entre mim e ele. A idéia de tamanho apresentou-se no lugar de uma intersecção impossível entre o seu tempo de criança e o meu, uma possibilidade de introdução do simbólico por uma via imaginária. Pareceu-me que dessa vez minha fala funcionou como um ato que produziu uma ruptura no uso estereotipado da linguagem; isto é, nas perguntas que não visavam o outro, mas as respostas, como palavras-objetos.

Dois meses depois, A. teve uma estomatite que tornou o engolir dolorido e difícil. A mãe relata que ele ficou impossibilitado de comer uma pizza de que tanto gostava. Por isso, depois que ele melhorou, resolveu comprar-lhe outra e cortar pedacinhos pequenos para que ele conseguisse comer. A. conseguiu comer com dificuldade. Quando ele se recuperou, a mãe teve também a

estomatite. A surpresa para a mãe foi que durante a sua própria recuperação ele perguntou se ela estava melhor.

Considerei que a alimentação ganhou uma característica fora do plano da necessidade e possibilitou uma identificação entre a mãe e a criança. Já que o filho pôde ser tomado como precisando não só da comida, mas de seus cuidados. Mas o ponto importante que destaco é que a dificuldade de engolir repetiu a dificuldade vivida pela criança depois do coma, aos dois meses de idade, quando não conseguia deglutir e teve sua amamentação interrompida.

Essa passagem desencadeou o surgimento de questões da mãe, importantes na direção da cura. Eticamente, mantive-me fora do nível das necessidades da criança e de uma maternagem compensatória das dificuldades da mãe; esse posicionamento possibilitou o surgimento de suas questões relacionadas ao modo como administrava a rotina familiar, como o fato de não fazer comida em casa. A família fazia as refeições na casa da avó materna, ela (a mãe) não cozinhava porque achava que podiam não gostar de sua comida e acabar sobrando. O impedimento de um resto na articulação da pulsão oral estava associado à impossibilidade de demandas.

Pelo fato de a mãe ter conseguido, dessa vez sozinha, entregar-se à alimentação do filho em uma situação de sofrimento, criou-se uma possibilidade, ainda que não fosse de um total sucesso, de articular a criança ao seu fantasma e ao seu masoquismo primário. Para pensar essa questão, recorro ao conceito de transitivismo tal como é apresentado por Jean Bergès e Gabriel Balbo:

O transitivismo não é somente o que a mãe prova e demonstra, é também o processo que ela engaja, quando ela se endereça ao filho, porque ela faz a hipótese de haver nele um saber, saber em torno do qual seu endereçamento vai circular como em torno de uma roldana, para lhe retornar sob a forma de uma demanda: demanda que ela supõe ser aquela de uma identificação de seu filho ao discurso que ela tem dele. Essa circulação descreve um processo muito geral que tem relação ao acesso ao simbólico. (2002, p. 10)

Depois desses acontecimentos, passamos a um período em que A., embora não de forma constante, passa a fazer relatos e a me dirigir perguntas.

Os pais passam a se surpreender com suas falas mais endereçadas, com o surgimento de apelos e reconhecimento das pessoas. Eles comparecem periodicamente para atendimentos: as sessões com os pais passam a ser um lugar em que a criança começa a ser situada a partir de um desejo de investimento. Parece-me muito importante que surja para eles a possibilidade de situar o filho como sujeito e que se sintam participando desse processo.

Foi só depois de quase três anos de atendimento, depois desse período rico em acontecimentos, que uma revelação foi feita pela mãe durante uma sessão. Ela, que até então falava de si como filha única, diz ter tido um irmão três anos e meio mais novo que ela e que viveu apenas até um ano e meio. Era uma criança doente, com problemas respiratórios. Ela não sabia direito do que ele havia morrido, porque sua mãe (avó materna de A.) evitava falar sobre o assunto. Não tinha lembranças sobre sua existência, nem de sua morte. A única lembrança que tinha era de uma ocasião em que seu pai sofreu um acidente e sua mãe, para cuidar do marido, deixou cada filho na casa de um parente. Por coincidência, o nome do irmão morto era o mesmo de seu marido, e a filha tinha o mesmo nome invertido para o feminino.

Após essas últimas colocações, nesse mesmo atendimento, lembro que a mãe de A. disse várias vezes que não queria ter filhos homens, porque achava que não saberia cuidar de meninos; ela associa que em sua casa há muitos animais, mas que só há fêmeas. Pergunto-lhe o que seria para ela um filho homem, ela diz que seria “mais força”.

Sobre a escolha do nome de A, a mãe diz que pensou muito tempo em outro e que depois viu alguém pronunciar o nome escolhido e mudou de idéia. Pergunto se há algo comum entre os dois nomes. Ela diz que sonoramente os dois têm um efeito de impacto.

Retomando a experiência da doença aos dois meses, faço uma hipótese de que a criança, a partir da atuação médica, foi tomada como organismo, o que talvez não coincida com o seu lugar anterior de investimento materno. Pode ter havido um descolamento da criança imaginizada no lugar de falo materno e a emergência da criança real, coincidindo com o irmão doente. A avó materna

juntou-se à mãe para cuidar do neto doente, colocando-o como substituto de um filho do qual ela pode não ter feito o luto.

Também é importante considerar o fato de que o avô materno faleceu durante o período de gestação de A., e o bisavô faleceu logo depois de seu coma. Fortaleceu-se a dupla mãe e filha e o pai de A. foi excluído, impedindo o exercício de uma função paterna.

No seminário 10, a angústia surge como um conceito fundamental na articulação da clínica. E é em relação ao que denominou o *objeto a* causa de desejo que Lacan faz uma diferenciação, no campo psicanalítico, entre as relações de objeto, em referência ao que seriam os objetos parciais da pulsão introduzidos por Freud: o oral, o anal, a voz e o olhar.

O *objeto a* é um resto da relação em que Outro é tomado em um lugar constituído como uma imagem que se caracteriza por uma falta. Esse objeto se caracteriza por ser algo irredutível no nível do corpo próprio, investido como o que se denominou auto-erotismo, isto é, no nível de um narcisismo primário. O *a* seria esse algo que não se projeta, e que viria a corresponder no fantasma ao signo $-\phi$. Nesse lugar designado $-\phi$ é que se situa a angústia de castração em relação ao Outro, o que supõe uma relação de corte, corte significante.

Lacan afirma que a angústia não é o sinal de uma falta, mas o defeito no apoio da falta. Por isso, na criança, encontramos prazer no jogo de alternância entre a presença e a ausência de um objeto, o que nos diz do lugar estruturante de um vazio. Para Lefort (1995), o autismo assinala uma ausência de divisão entre o Um e o Outro, sem a queda de um *a* – o Outro do autismo “existe” de modo absoluto, sem corte e sem objeto.

Ora, uma vez não existindo a possibilidade de situar o Outro pela via da falta, ou melhor, de se situar como falta no Outro e produzir sua angústia, como poderíamos pensar a angústia na clínica com autismos?

Lacan apresenta uma articulação sobre a clínica, no seminário *A angústia*, em que podemos pensar o inconsciente como ação: ação inconsciente. Nesse sentido, uma relação é apresentada entre inibição, desejo e ato. O desejo é colocado em relação polar com a angústia. Na matriz que Lacan

constrói, o desejo pode exercer a função de defesa, uma inibição introduzida por um desejo diferente da satisfação da necessidade; haveria assim, por traz da ocultação do desejo, uma inibição.

No lugar da angústia, contudo, o ato é o único correlativo polar. O ato situado como além do ato motor, do ato reflexo no qual não há articulação do sujeito. Situar o ato em um mais além quer dizer que há um resto nessa operação, o pequeno *a* como objeto resultante de um corte, de uma separação do si mesmo que resultará na insistência do real. A insistência do real é que conota uma ação como ato.

O ato vigora quando uma ação tem o caráter de uma manifestação significativa em que se inscreve o que se poderia chamar a distância do desejo; ou seja, um ato é uma ação na medida em que se manifesta nele o próprio desejo que teria sido feito para inibi-lo, e que penso ser justamente o que se apresenta na denegação.

A angústia se manifesta vinculada ao desejo do Outro, ligada ao fato de não se saber que *objeto a* se é para esse desejo, e isso impõe a necessidade de articular essa relação ao Outro. Lacan retoma nesse seminário o exemplo do louva-a-deus²²: na angústia, o Outro seria um louva-a-deus voraz, o que quer dizer que não há nada de semelhante que o ligue à qualidade de ser meu semelhante, restando ali apenas o *a*.

O primeiro Outro é presentificado pela necessidade; em um segundo tempo, com a demanda do Outro, alguma coisa se destaca, e aí temos a constituição de *a* com a função de lugar na cadeia significativa: a função do Outro.

Lacan diz que a angústia aparece antes de qualquer articulação à demanda do Outro, e o primeiro efeito de cessão é o ponto de angústia. A manifestação da angústia coincide com a emergência no mundo daquele que será o sujeito. Nesse contexto, o grito é situado não como uma função original, mas terminal. Por isso diz que “*O grito é o Outro, nós o temos como o próximo*”

²² O Louva-a-deus é usado como uma imagem por Lacan porque durante a cópula o macho fica frente ao olhar multifacetado da fêmea, que ao final o devora.

e que *“o lactente não pode fazer nada com esse grito que escapa dele”*. Assim, daí em diante, ele (o lactente) encontrara em seu próprio grito a causa de si, como esse estranho-íntimo. Seria só no conforto do fantasma que em algum lugar essa causa não seria estranha.

Parece ser possível pensar que o autista está impossibilitado de encontrar em algo de si a sua causa, que permanece como puro real. E o real é o suporte em que poderia se inscrever a operação de divisão; divisão que é o próprio processo de subjetivação, no qual o sujeito tem que se constituir no lugar do Outro sob espécies primárias de significantes. Nessa operação de divisão, o Outro é barrado, situado em um lugar interrogativo no qual sobra um resto.

Aqui é que cabe pensar o que seria esse Outro absoluto do autista, como designá-lo? Nesse ponto, temos que pensar a angústia e sua relação com o processo de subjetivação. Lefort (1995) diz que esse Outro absoluto do autismo é algo anterior ao significante, um fora do significante, anterior ao recalque, está no lugar do mesmo e não num lugar em espelho, pois se nenhum objeto faz menos um no Outro, não é possível separar-se dele.

Para Lacan, no nível da pulsão oral a angústia se distingue do que seria a questão do esgotamento do seio; no nível oral, o ponto de angústia está no nível do Outro: é aí que o sentimos, na medida em que um corte na anatomia instaura o corpo próprio, como a separação de algo de si. Mas a mãe também se separa do seio, uma vez que, como objeto, ele se situa em uma operação de separação tanto para a criança, quanto para a mãe.

Retomando a clínica, todo ato analítico só pode incidir em sua articulação a um significante. No autismo, esse significante está impossibilitado de se inscrever pelo lugar obturado que lhe foi destinado, em que a criança autista encobre uma perda não simbolizada. Foi nesse sentido que considerei importante apresentar a revelação que me foi trazida depois de um longo tempo de atendimento dessa criança. A importância é que nela podemos encontrar uma questão anterior ao fracasso da assunção subjetiva, que remete à dificuldade no exercício de um trabalho de luto.

O que acarreta importância ao relato é que não haveria motivo aparente para que ele fosse ocultado. Aí temos que interrogar se o que se apresenta é da ordem de algo recalcado ou do excluído. Não é simples coincidência que seja depois da vivência de angústia, frente a um incidente que a obriga a levar filho a uma intervenção médica, que a mãe, em um ato “falho”, procure o lugar de inscrição de uma experiência; e em uma cena que faz retroagir à cena em que seu filho, a meu ver, não foi salvo da morte, mas dela excluído. Quero deixar claro que para mim esses acontecimentos apresentados não são em nada semelhantes à função dos dados que recolhidos em uma anamnese, até porque nada garante que tenham alguma função. Do ponto de vista psicanalítico, nada pode ser desarticulado de sua forma de aparição, ou mesmo de sua ausentificação no discurso.

Assim, vou apresentar algumas questões que ficaram em relação a esse caso. Primeiramente, por que o nome do pai (F.), que era também o nome do irmão da mãe (F.), foi dado de forma invertida à filha mais velha (F.), mas não para ao filho (A.). Isso parece desconexo da hipótese de que A. poderia estar colocado no lugar dessa criança (F.), de cuja existência e morte se faz uma forclusão. Mas penso que no caso o nome já seria uma tentativa de substituição, da colocação de um sucessor em um lugar que se fizesse vago, porque sendo esse o nome do tio morto, mas também o do pai, A. não poderia ser tomado exatamente no mesmo lugar. O vazio que poderia se articular nessa impossível substituição é o que pode ter faltado como condição de uma estruturação subjetiva em que se poderia dizer: sim, ele tem o mesmo nome do tio, mas que não é só dele, é também o de seu pai.

Será que não receber essa nomeação facilitou que a criança fosse identificada a uma espécie de duplo? Que veio a situá-la no lugar de angústia para a mãe, impossibilitando-a de tomá-la como filho? Será que podemos formular a hipótese de que um ato de nomeação, nesse caso, teria a função de um descolamento de um lugar de substituição, de uma positividade? Esses pontos merecem um estudo com maior aprofundamento teórico, que ficará para um trabalho posterior, visto que precisam ser retomados a partir das

elaborações trazidas por Lacan no Seminário *A identificação* (1961), em que a questão do que seria um nome próprio é pensada a partir do traço unário e da letra. Lacan parte de um questionamento que o lingüista Gardiner faz quanto ao fato de Stuart Mill designar o nome próprio como o que traz consigo uma marca aplicada ao objeto, diferenciando-o do nome comum, em que algo está no nível do sentido. Gardiner entende que a função de um nome próprio está no fato de ele ser composto de sons distintivos.

Em segundo lugar, quero apresentar a outra hipótese, a de que, se o Outro se apresenta como absoluto, sem divisão, é que uma operação significativa já estava impossibilitada antes mesmo de seu nascimento, pela exclusão da morte de um filho pela avó materna (o irmão da mãe de A.). Um irmão que só pode ser reconhecido pela irmã (mãe de A.) quando a mãe (avó de A.) deixa de cuidar dele, que é doente, para cuidar do marido que adocece. Aqui vemos um curto-circuito do desejo em relação a um objeto de gozo: o doente. Um objeto que não deixa margem à interrogação sobre o desejo da mãe (avó), pois ela é percebida pela filha como quem se desocupa de um doente para cuidar de outro. O doente não é também o que se recebe como fruto de um milagre, quando A. recebe o batismo em estado de coma no hospital? Não seria esse um lugar de gozo ao qual essa criança é alocada?

Se pensarmos que o desejo só pode ser articulado a um significante a partir de um x enigmático para o sujeito, podemos supor que o momento em que a mãe de A, quando criança, percebeu que tinha um irmão, foi provocado pela separação da mãe imposta pela presença do pai, mas o que liga sua mãe ao pai apresenta-se como sendo o fato de ele estar doente. O x do desejo não aparece de forma enigmática, não há uma interrogação sobre o desejo da mãe, que pode ser entendido a partir da problemática da falta da falta apresentada por Lacan para pensar a angústia. Daí a importância do desencadeamento do ato falho e da retomada da angústia quando a mãe tem que levar A. para uma intervenção médica.

Em relação ao que Lacan apresenta no Seminário XI sobre a alienação-separação – quanto a ser necessária a intersecção de duas faltas para haver a

emergência de um sujeito –, penso que de alguma forma isso pode ter sido articulado no decorrer do tratamento; que a mãe tenha podido perceber que seu filho doente não era “o doente”, abrindo a possibilidade de uma identificação imaginária que percebemos nos cuidados que ela passa a ter com ele. Assim, apresentou-se um lugar de articulação de demandas, em que A. poderia recusar esse lugar percebido como o falo materno. Mas isso é apenas uma hipótese, e não sei até que ponto é possível considerar as mudanças apresentadas como sinal de uma estruturação de sujeito.

Temos que pensar também a possível dificuldade no luto pelo filho perdido para a avó de A., lembrando que é ela quem passa a cuidar dele depois da meningite e do coma aos dois meses de idade. Aqui vou tentar retomar alguma coisa do que Lacan elabora sobre a relação entre o luto e a angústia, segundo alguns pontos do Seminário “A Angústia” que foram retomados por Diana Rabinovich; para essa psicanalista, Lacan situa a função do desejo em relação ao luto normal que está, a partir de Freud, relacionado com a identificação com o objeto do desejo, o que diferencia o luto da melancolia. Uma diferença é situada entre a saída pela castração e pela privação: o luto é a saída pela privação; privação definida como um furo no Real.

A dificuldade no mecanismo do luto na clínica é entendida como a não saída da inibição, na medida em que há uma identificação com o falo simbólico, com o significante fálico considerado como emblema do gozo. O caminho natural do luto seria situá-lo na identificação como objeto perdido $-\phi$, que segundo Rabinovich tem uma consequência muito importante no tocante à relação entre o objeto e o desejo:

Porque alguém só pode vir a ser objeto, ocupar o lugar do que causa o desejo do Outro, só uma vez que o Outro o perdeu. Não podemos ser causa de nada sem haver sido perdidos, porque nos constituímos como objeto em tanto que havemos sido perdidos. (1993, p. 59)

Rabinovich entende que Lacan é estritamente freudiano ao situar que só a perda sustenta a relação do objeto com o desejo. Inibição, Sintoma e Angústia não remetem a uma causalidade, mas a formas de perda. Dizer que a

identificação ao objeto é o mecanismo fundamental do luto quer dizer que só podemos fazer o luto daquele de quem fomos a falta, de quem causamos o desejo. Mas os sujeitos não são substituíveis, porque podemos ser a causa do desejo para algum Outro, mas jamais exatamente do mesmo modo, uma vez que tomando o furo, o buraco, o vazio da estrutura, eles podem ser equivalentes, mas não são iguais. O que esboça um ponto onde não há substituição possível. Cito novamente Rabinovich:

Esboça-se assim um ponto de irreducibilidade, incurável pode dizer-se, do luto. Ponto nele em que não há substituição possível, ponto impossível, ponto de real lógico. Esse buraco Real, que não é possível de ser substituído nem preenchido, ali se aloja a dignidade humana mesma do sujeito em luto, ali onde ele mesmo foi causa do desejo do Outro. A substituição supostamente fácil da perda de objeto é também um rebaixamento da nossa própria dignidade, sendo que está se funda no lugar mesmo de causa do desejo. (1993, p. 61-62)

Apresenta-se assim uma relação possível no Seminário da Angústia entre as diferentes formas de luto e a necessidade de que o sujeito seja perdido como objeto de gozo do Outro. O luto só pode ser focado a partir de uma perspectiva de ferida narcísica, que é a própria possibilidade de o objeto se articular com a demanda na fórmula apresentada como (S \diamond D).

Retomo o caso apresentado levantando a hipótese de que encontramos certa impossibilidade do luto de uma criança na história familiar, e que, por contingências que envolvem sua doença aos dois meses de idade, o meu paciente (A.) coincide com o seu lugar e passa a ser tomado como objeto de gozo. As intervenções médicas facilitam esse acontecimento, retirando a possibilidade da vivência do desmame como um momento em que a mãe perde o bebê como objeto de gozo para poder recuperá-lo como objeto de desejo.

Fica nesse caso algo de paradoxal, o nome: não receber o nome do pai significou não receber o nome da criança morta. Ele não a substituiu completamente, mas também não podia se situar em uma ordem simbólica a partir do desejo da mãe. Talvez esse ponto de impossível tenha sido o lugar de singularidade e de retorno pela via da transferência.

Essas hipóteses se fazem em um movimento retroativo, na busca de um caminho de reflexão sobre o que aconteceu para que houvesse algumas mudanças significativas.

O atendimento de A. e de seus pais foi interrompido com a minha saída da instituição. Seus pais reconheceram que possibilidades de espera e noções de tempo surgiram e que ele passou a fazer observações sobre coisas que não fazia antes, como perguntar para o pai por que ele não o beijou certa noite antes de dormir. Passou a fazer relato de situações memorizadas que nos surpreenderam, pois não fazia antes. Mas não sei dizer até que ponto isso implicou uma estruturação na neurose ou na psicose, que é uma questão importante na direção do tratamento dos autismos e que não abordei neste trabalho.

Quero ressaltar que a designada exclusão do Outro, percebida na criança, parecia estar antecipada pela *foraclusão* de um significante que pudesse colocar a criança no lugar de falo materno. Um significante instituído a partir de uma perda constitutiva, do vazio, assim como o entendemos na teorização psicanalítica a partir das questões apresentadas na *Verneinung*.

Do ponto de vista da transferência, um enlace foi possível pela constituição do jogo do entrar e sair da sala. O sair instituído como a possibilidade da recusa em ficar na sala. O bater na porta pode ganhar o caráter de um ato alternado com o sair; pois o que a princípio parecia ser praticamente motivado pelo fascínio em verter a água da torneira, pode tomar o sentido de tomar-me em um lugar de objeto a ser deixado e recuperado, e por que não dizer que ele mesmo aparecia e desaparecia. Até que ele passou a perceber que meu olhar estava barrado, que eu não via tudo, como, por exemplo, o que ele via através da janela. Quando ele ia para a janela, eu ficava de costas e perguntava o que ele estava vendo. Foi no período final de atendimento que ele começou a contar coisas que haviam ocorrido, até que um dia ele chega e me conta sobre uma morte acontecida:

— Psicóloga, tem uma coisa que você não sabe, um homem morreu.

Essa fala me fez perceber que ele tinha saído de uma posição para outra em relação ao Outro, e nela ele situava um não saber e a possibilidade da morte.

Penso que no circuito de alternâncias, estabelecido na transferência, pode se situar um dentro e um fora, algo que parecia ausente: na fala, no verter água, no ir andando.

Esse caso levou-me a muitas questões, mas sinto não ter feito relatórios mais detalhados das falas da criança, o que faz com que eu não me autorize a fazer uma análise mais aprofundada de muitas questões importantes, como o uso dos pronomes pessoais. Pois no início ele às vezes era usado adequadamente e outras vezes não. Mas o que me surpreendeu no final foi ele fazer uma pausa depois de dizer “eu vai” e dizer “eu vou”, parecendo se escutar de um outro lugar, constituindo o lugar do erro.

Para finalizar, penso que a questão da negação possibilitou reflexões fundamentais na apresentação do lugar do vazio e da falta na constituição subjetiva, e do dentro e o fora como envolvidos nos processos de alienação e separação. Mas sei que a questão do ato de negação não foi suficientemente explorada, e que envolve um estudo mais amplo de seu desdobramento na fala. Calligaris (1986, p. 27) fala que nos autismos encontramos *“uma retração que representa deixar-se desaparecer, tomando todo o cuidado para não ser um ato”*. Essa colocação é muito importante, no sentido de pensar, na clínica com os autismos, as falas que surgem repentinamente, para que depois a criança pareça recuar à posição anterior. Não é de uma forma linear que as mudanças acontecem, por exemplo: um repentino olhar volta a esvaziar-se. A questão da exclusão do Outro e a função da recusa ficam iniciadas nesse trabalho, mas precisam ser retomadas.

Capítulo 9

A NEGAÇÃO E A CAPTURA NA LINGUAGEM

Quando não é possível o encontro de um jogo que sustente um intervalo entre significantes e constitua uma oposição fonemática, a voz se apresenta como um real. Isso pode ser evidenciado nas ecolalias dos autistas que demonstram escutar a eles mesmos – diferente do que acontece nas psicoses, em que os delírios se apresentam como verbalizações fora do sujeito, mesmo que este não experimente em relação a eles uma divisão subjetiva. Em nosso percurso nos estudos sobre a negação, em *Die Verneinung* de Freud e no diálogo entre Lacan e Hyppolite, situamos a questão do dentro e do fora como algo que não está colocado desde o início, envolvendo a própria estruturação do sujeito na linguagem.

Agora cabe perguntar se em todo ato de negação o lugar do outro como interlocutor pode ser entendido como uma antecipação ou como uma divisão do sujeito. Essa questão leva-nos a alguns pontos que envolvem os estudos sobre a negação na aquisição de linguagem, que situo a partir de alguns trabalhos e autores, mas mantendo o enfoque maior na questão da negação na psicanálise. O sentido deste capítulo é iniciar um percurso necessário na articulação entre os dois campos.

Retomo alguns dos pontos levantados por Maria Fausta P. de Castro em seus estudos sobre a negação na aquisição de linguagem, nos quais faz uma reflexão sobre o tema, tanto do ponto de vista teórico, quanto em relação aos dados de uma pesquisa realizada com uma criança no período entre um ano e dois anos de idade.

No artigo *Entre aquele (a) que diz sim e aquele que diz não (Delta-1992)*, Pereira Castro inicia uma reflexão colocando em questão alguns critérios de interpretação semântica das sentenças negativas no desenvolvimento lingüístico. A autora parte dos critérios de Bloom (1970), que são baseados em duas formas de relação com o referente: (1) em estabelecer uma relação entre o

estatuto do referente e o contexto e (2) a relação da criança com o referente em termos de comportamento. Para ele, isso se apresenta diferentemente em três tipos de enunciados negativos:

a- Aqueles de “não existência”: em que o referente não estaria presente em um contexto.

b- Os de rejeição: caracterizam-se pelo fato de o referente existir, ou ter sua presença em um contexto.

c- Nos enunciados de “denegação ou recusa”: em que se nega uma predicação efetivamente realizada ou suposta.

Segundo Pereira Castro, a partir do reconhecimento dessas três categorias semânticas e do estudo de sujeitos em diferentes línguas, Bloom conclui a seguinte ordem de aquisição dos enunciados negativos: “não-existência”, “rejeição”, e “denegação ou recusa”. Dos estudos com crianças, que resultaram nessa hipótese de etapas, Castro ressalta que *“a opacidade dos primeiros enunciados não abala a transparência semântica que Bloom atribui às categorias”* (p. 128), como a inadequação do “no” e as estratégias singulares de cada criança.

Essa hipótese de Bloom, situada por Pereira Castro, parece importante para levantarmos algumas diferenças fundamentais quanto ao entendimento psicanalítico da questão da negação na estruturação do sujeito: por um lado, faz-se referência ao reconhecimento da existência e a processos de representação no ato de negação; por outro lado, contudo, há em *Die Verneinung* uma grande diferença em relação ao que seria considerar a questão da existência em relação à adequação a um referente. Na psicanálise, a questão da existência é apresentada como um reencontro de algo instituído em um além do princípio do prazer.

Pereira Castro esclarece que mesmo os estudos de Pea (1980), que apontam que *“as negações nas línguas naturais servem para marcar divergências diante de uma assunção positiva”* (1992, p.128), não deixam de partir do princípio de que um tipo de negação mais complexa é uma operação metalingüística, que depende das condições de verdade de uma predicação, e

que a própria emergência das primeiras expressões de negação precisa ser explicada a partir de sua natureza efetiva – o que define uma hipótese de ordem estritamente cognitiva, em que um valor de verdade precede a negação.

Os estudos de Antinucci e Volterra (1979) apresentam um enfoque mais pragmático em relação ao desenvolvimento lingüístico da negação. Segundo Pereira de Castro, a questão central da negação é, para os autores citados, que o falante considere que o ouvinte acredita que seu enunciado seja possível; quer dizer, o ouvinte tem como verdade uma expectativa correspondente, e esse mecanismo é compreendido a partir da noção de pressuposição. Pereira Castro coloca em questão o fato de os autores afirmarem que a criança começa negando as expectativas que ela mesma construiu, uma vez que tal posição impõe a necessidade de descrever o modo como essas expectativas são construídas. Para a autora, existe aí uma confusão terminológica em tomar ‘expectativa’ e ‘pressuposição’ como termos equivalentes, ambos entendidos a partir de coisas que já estão no mundo.

A partir dessas questões, destaco mais um ponto importante a ser retomado como diferente do que Freud nos apresenta no juízo de atribuição, em que o querer engolir e o querer cuspir já se encontram em uma relação opositiva que engendra a negação. Em *Die Verneinung*, a qualidade “é expressa na linguagem das mais antigas moções pulsionais orais.” (Carone, p. 130).

Um outro aspecto importante explorado por Pereira Castro é que Antinucci e Volterra propõem uma hipótese paradoxal sobre a construção de expectativas, uma vez que incluem na primeira etapa (como a criança constrói sua expectativa sobre o enunciado) as categorias (da denegação e recusa) que Bloom (1970) e Pea (1980) consideram mais tardias. Por outro lado, a categoria de não existência, que Bloom classifica como a primeira a ser adquirida, corresponde à que Antinucci e Volterra consideram a mais tardia, por requerer a construção de expectativas.

Pereira Castro ainda retoma os trabalhos de Wode (1977) que, embora descreva a heterogeneidade de muitos fenômenos, também tenta marcar a abrangência de uma hipótese, recolocando a polêmica sobre a ordem dos

estágios. Assim, a autora percebe que, sustentada pela noção de representação cognitivista, opera-se um salto da linguagem para o psicológico:

É, por exemplo, uma hipótese sobre a representação cognitiva que subjaz ao paradoxo mencionado acima, quando se comparam os achados de Antinucci e Volterra e os de Pea e Bloom sobre a negação do enunciado do interlocutor e a categoria de não-existência, o que é mais abstrato? Enquanto para Pea e Bloom negar o enunciado do interlocutor é, por exemplo, uma atividade que exige a operação sobre relações e objetos representados, para Antinucci e Volterra o enunciado do interlocutor está ali, pronto para se constituir como escopo da negação, enquanto a criança não tem pressuposições ou expectativas representadas. (Pereira Castro, 1992, p. 132)

Parece que esse paradoxo apontado pela autora está no cerne da forma como pudemos retomar a questão da negação na psicanálise (a partir de Freud), em que se apresenta a necessidade de abordar conjuntamente o juízo de atribuição e de existência envolvidos na negação. Em *Die Verneinung* encontramos uma subversão da idéia de que na origem já haveria uma antítese entre objetivo e subjetivo. A própria constituição de um “eu” só pode ser concebida a partir do que se denominou expulsão do si mesmo. Retomo aqui a afirmação de Freud: *“Agora não se trata mais da questão de saber se algo deve ou não ser acolhido no ego, mas se algo presente no ego como representação pode também ser reencontrado na percepção realidade”* (Ibid, p. 130).

A necessidade de saída do impasse colocado pelas categorias e estágios leva Pereira Castro a retomar a importância que Benveniste dá à hipótese freudiana de que na denegação o processo de levantamento do recalque não implica a aceitação do recalcado, pois para ele isso se apresenta como uma operação que é efeito de linguagem. Quanto à negação lingüística, Benveniste desloca a idéia de que haveria uma simetria opositiva entre negação e afirmação: *“Só pode anular o que é enunciado, deve explicitar para suprimir, e que um julgamento de não existência tem necessariamente também o estatuto formal de um julgamento de existência. Assim, negar é, antes de tudo, admitir”*. (Apud Benveniste, 1966, p 84.)

Assim, como vimos em Lacan (retomando Hyppolite): “a afirmação primordial não é outra coisa senão afirmar; mas negar é mais do que querer destruir” (*Escritos*, 1954: p. 898). Contudo, para Lacan, a negação não implica só a operação de recalque, mas também o entendimento dessa expulsão primordial, que pode ser entendida como uma forclusão, para o entendimento da dessimetria aí envolvida.

Partindo de uma observação cuidadosa da interação informal de uma criança com seus familiares, Pereira Castro apresenta questões que envolvem o papel do outro e a indeterminação que caracteriza grande parte dos enunciados negativos das crianças. Retoma as diferentes formas de negar em Ducrot: (1) a negação metalingüística, que é a que contradiz seus próprios termos; (2) a negação polêmica, que não traz em si mesma uma posição de diálogo instaurada, a oposição é interna ao próprio enunciado do locutor; e (3) a negação descritiva, que supõe um interlocutor em oposição ao locutor.

Para a autora: “As diferentes formas de negar, as diferentes divisões do sujeito, pensamos, criam espaços relacionais distintos entre a criança, a linguagem e o mundo.” (1992, *idem*, p.139). A partir de dados provenientes do corpus observado, procura discutir o papel do outro na constituição dos enunciados negativos. As interrogações partem da questão de como as crianças chegam à assunção das diferentes posições discursivas que os enunciados negativos implicam.

Em sua pesquisa, Pereira Castro levanta questões sobre a dependência desses primeiros enunciados infantis da interpretação do adulto, e sobre as transformações da relação da criança com a linguagem. No estudo do diálogo entre a mãe e a criança, percebe mudanças de posição: na negativa, a criança vem a ocupar o lugar do outro no discurso. A primeira negativa aparece associada a uma posição da criança, a princípio dada pela mãe. A criança é entendida como quem incorpora parte do enunciado da mãe, incorporando o “não” em uma entonação complementar.

As questões levantadas são importantes para pensar os autismos; que são casos em que justamente a entonação não é produzida na relação com o

outro. Produz-se, então, um efeito de estranhamento, mesmo quando uma criança autista chega a construir algumas frases; como no caso de A. (Cap.8), que reproduzia perguntas fora de uma posição em relação ao outro. No exemplo das perguntas sobre as cores dos lápis, ele parecia capturado pela entonação da pergunta “que cor é essa?”, assim como no exemplo da menina que dizia “cadê a mamãe?”, mas isso não implicava que o lugar do Outro ali se apresentasse. Nesse sentido, é interessante pensar que através da negativa a incorporação do enunciado da mãe seja acompanhada de uma mudança de posição.

Nos trabalhos de Pereira Castro, a negação é entendida a partir do que na lingüística marca uma diferença com toda explicação que evoca um conteúdo mental ou uma significação. Em seu texto “Ainda a Negação” (1995), retoma que as explicações das diferentes formas de negação delegadas ao nível cognitivo estariam do lado das representações psicológicas. A partir do trabalho de Paul Henry (1984), traz a dificuldade do lingüista em não cair no campo das explicações psicológicas e sociais, principalmente quando apela para certa noção de comunicação. Referenciando-se em De Lemos, apresenta uma interrogação à teoria interacionista, refletindo sobre noções de complementaridade, visto que considera que seus pressupostos teóricos podem confirmar a problemática da complementaridade:

A interação é definida como instanciações de estruturas de ação e atenção humana (de Lemos, 1992: 122), a que a criança é introduzida pelo interlocutor adulto através de interpretações que atribuem significado e intenções ao seu comportamento. O domínio dessas estruturas depende do acesso direto da criança ao significado e intenções do adulto, que supõe uma relação direta com o outro enquanto sujeito, isto é, um ponto de vista empirista da interação. (Castro, 1995, p. 29)

No corpus observado, a autora ressalta o fato de que “*evidências lógico-práticas podem dar impressão que a criança está falando quando essa repete fragmentos da fala do adulto*”. (1995, p.32)

O que pudemos trabalhar a partir da negação na psicanálise vem ao encontro do que se apresenta nas observações da autora, que sustenta que os primeiros diálogos entre a mãe e a criança não são da ordem de uma complementaridade, mas envolvem processos dessimétricos. Esses processos estão situados por Lacan a partir da expulsão primordial como expulsão do si mesmo, e penso que isso tem que ser levado em conta quando nos interrogamos sobre a posição dos autistas na linguagem; sem deixar de enfatizar que Lacan diz que necessitamos saber de onde os autistas falam.

Cláudia de Lemos (2002) apresenta a importância que tem no entendimento da aquisição de linguagem a interrogação de quem fala na fala da criança:

Interrogar-se sobre quem fala na fala da criança implicava a suspensão de critérios teóricos estritamente lingüísticos para a suposta análise da fala da criança e, no limite, a impossibilidade de descrição do conhecimento lingüístico de que essa fala seria evidência. (p. 48-49)

Os estudos sobre o “erro”, que De Lemos apresenta como o que veio sinalizar nos estudos sobre aquisição de linguagem “*a saída da indeterminação e do total submetimento à fala do outro*” (2002, p. 49), é um ponto inicial para pensarmos as falas de crianças autistas, que parecem apresentar uma fala fixa e idêntica à sua percepção sonora que, reproduzindo, exclui a falha e o erro.

No caso de A, encontramos frases que podem ser reconhecidas como corretas; contudo, o uso das palavras não remetia à suposição de um processo metafórico ou metonímico, uma vez que a repetição monótona não estabelecia relações de contigüidade nem de substituição – tanto em relação à própria fala (de A.), quanto em relação à fala do outro. Nesse caso, impedia um processo de re-significação, cristalizando a frase em um bloco que funcionava mais como muralha para o Outro.

No autismo, a própria impossibilidade de que o Outro venha situar-se faz com que a fala não ganhe estatuto de singularidade, mas seja tomada como eco e reprodução sonora do que é ouvido. Isto posto, cabe pensar se, no caso de autistas que chegam a falar, pode-se falar, em alguma medida, de uma captura

na linguagem. Se entendermos com De Lemos que temos que “*conceber a criança como capturada por um funcionamento lingüístico-discursivo que não só a significa como lhe permite significar outra coisa, para além do que ela significou*” (idem, p. 55), temos que interrogar a própria inviabilização desse além nos autismos, em que o ouvir se mostra mais evidente que o escutar e em que, portanto, uma função que articule a linguagem como exterioridade não se apresenta. Esse é o ponto no qual o estudo sobre a *Verneinung* interroga a problemática sobre a origem da simbolização; e o recalque é aí enfocado a partir da repartição entre o campo do sujeito e o do Outro.

Partindo das negações e da forma como os fragmentos da fala do Outro comparecem na fala da criança na estruturação subjetiva, podemos focar o autismo como possibilidade de que isso possa fracassar, de que fragmentos compareçam, mas não como incidência do lugar do Outro.

Como me propus a pensar sobre como as negações marcam certa escuta da criança em relação ao Outro, e como possibilitam que a mãe, como primeiro Outro, venha tomar a fala da criança como enigma, retomo que o surgimento do “não” na fala da criança estabelece-se em um processo circular, mas dessimétrico. As negações que surgem no diálogo da mãe com a criança estariam menos marcadas por um princípio de comunicação e conhecimento do mundo, e mais por uma falha, que possibilita uma separação necessária entre o discurso de uma e de outra. Como vimos, para Lacan, a questão da dessimetria na estruturação do sujeito na linguagem implica que a criança seja tomada em circuito pulsional, que é circular, apresentada na lógica da alienação e separação.

Quando conta que em seu percurso na pesquisa em aquisição de linguagem, percebeu que o diálogo da mãe com a criança não devia ser tomado como provedor do conhecimento da língua por meio de uma relação dual, De Lemos (2002) permite-nos pensar em que medida a negação pode ser entendida como um ato que coloca em ação a linguagem referenciada a um terceiro lugar, onde entra em função o desconhecimento.

Para pensar o que seriam os processos circulares no diálogo, reporto-me ao fato de encontrarmos monólogos no diálogo e diálogo nos monólogos da criança, como mostra o trabalho de Lier-de Vitto (2001). O que também pode ser percebido nas primeiras palavras da criança tomadas em um sentido opositivo (na, não, num). Essas palavras repetidas como fragmentos podem se mostrar paradoxais em relação à situação em que se tenta circunscrever o diálogo e mesmo o monólogo, pois o Outro no discurso da criança não pode ser definido como uma figura destinatária de um código, mas sim como quem coloca a condição necessária de divisão do sujeito para a entrada na linguagem. Para exemplificar, retomo um diálogo da criança (R.1; 3.29), que foi referência para os estudos de Pereira de Castro (1992) sobre a negação.

Situação: a irmã de R. sai do quarto e ela fica só com a mãe.

R. Ah, ah, ah.

M. Só eu e a Raquel agora. Deixa eu abotoar, Raquel.

R. (quase se superpondo ao enunciado da mãe).

Na.

Na.

Não.

Não. (aproxima-se de um carrinho de feira de brinquedo).

M. O quê?

R. Não.

M. Não o quê, Raquel?

Cê qué tirar o que daí do carrinho de feira?

(R. 1; 3.29)

O que possibilita esse diálogo é menos a adequação de um sentido às intenções da criança (R.) e mais o fato de a mãe tomar o que ela diz como enigma. O fato de a interpretação da mãe deslizar entre um ato de negação e um objeto, estabelecido entre uma ambigüidade apelo-recusa, apresenta uma falha necessária à captura na linguagem, o que não depende de uma intenção

deliberada da mãe, mas de ela mesma estar tomada por essa falha, um desconhecimento, e de poder colocar a criança no lugar de Outro. “Só eu e a Raquel” não pode ser entendida como uma relação dual do ponto de vista da estruturação desse discurso. Por outro lado, a criança faz funcionar o não, que parece derivar de um sentido de proibição para fazer circular um circuito de demandas.

Os trabalhos de De Lemos que tratam dos fragmentos da fala do adulto na fala da criança são fundamentais para esse entendimento, principalmente quando retomam a questão da holófrase, para mostrar que a intenção comunicativa da criança não pode ser tomada como transparente, partindo da idéia de que significar é querer dizer. A autora questiona uma concepção de holófrase (Dore, 1975) que tratava os enunciados na fala da criança como protoformas, precursores de uma ordem semântica:

A meu ver foi uma adesão irrestrita a uma concepção da linguagem como objeto de conhecimento a ser apropriado por um indivíduo da espécie, definido como unidade de percepção e cognição, programado para essa tarefa, que sufocou a interrogação necessária acerca do caráter fragmentário da fala inicial da criança. Mais ainda, que impediu esses investigadores de se darem conta da ineficácia de uma reflexão que visava a prever o percurso do desenvolvimento da criança, recorrendo a noções como protoformas ou precursores, mas incapaz de reconhecer a imprevisibilidade e, portanto, a singularidade desses enunciados iniciais. (De Lemos, 2001; versão IEL-UNICAMP, p. 2)

Em suas pesquisas, De Lemos percebeu que esses enunciados iniciais da criança não eram mais que incorporações, e analisa-os a partir dos processos de especularidade: *“a especularidade foi o termo que, então, me ajudou a escapar ao termo imitação”* (2001, p. 4). Para a autora, a noção de espelhamento possibilita formular a questão: *“Quem fala na fala dessa criança falada pela mãe?”* (Ibidem). As leituras de Saussure e Jakobson, retomadas a partir de Lacan, levaram-na a pensar os fenômenos da fala da criança a partir de processos metafóricos e metonímicos, em que apresenta algo bastante esclarecedor e que possibilita um retorno às questões levantadas sobre a *Verneinung*:

Através deles pude entender tanto o sujeito como efeito do significante quanto sua exclusão interna representada seja na substituição operada pela metáfora, seja no deslocamento operado pela metonímia, isto é, nos intervalos entre os significantes do Outro. O distanciamento da fala da mãe, enquanto outro, que o “erro” indicia, confirma-se também na resistência que, nesse mesmo momento, a criança mostra em relação tanto à correção do “erro” pela mãe quanto à sua interpretação. Cabe aqui lembrar o que diz Lacan no Seminário X, lição de 26 de junho de 1963: “A primeira forma de desejo é o desejo de separação”. (2001, p. 6)

Partindo também dos estudos de Lacan no Seminário III, *As Psicoses*, De Lemos observa que a linguagem ao nascer deve ser tomada em seu conjunto, contudo, para que possa ser retomada, é preciso que ela comece pela ponta do significante: “*Seriam esses fragmentos, restos metonímicos da fala da mãe, ponta do significante que abre a possibilidade para a rede dos significantes?*” (id., p. 6). Nesse ponto, retoma a questão da holófrase abordada por Vorcaro (1999) para tratar a questão das ecolalias:

O trabalho de Vorcaro (op.cit.) me pôs em contato com um conceito de holófrase que contradiz o que se encontra na aquisição de linguagem. Não se trata mais de tomar a palavra isolada, fragmento de fala do outro maternante como equivalente a uma unidade de significação plena, mas, ao contrário, de reconhecer em uma seqüência de significantes sua natureza de bloco não desmembrável, carente de intervalos, impedindo substituições e deslocamentos relevantes... (De Lemos, idem, p. 7)

Na questão da holófrase, como ausência de intervalo entre S_1 e S_2 , podemos pensar as ecolalias não só como imitação, mas principalmente como impossibilidade de retroação na linguagem. É o que podemos perceber em relação às falas de crianças aqui apresentadas. No caso da menina que diz “cadê a mamãe” sem nenhum intervalo (como um eco), e mesmo em relação às frases pseudo-perguntas de A., em que a resposta do outro não se situa a partir de um intervalo, ou de um desconhecimento, mas justamente como uma sutura do lugar onde o Outro poderia se apresentar; não havendo possibilidade de o significante remeter a outro significante, já que não houve a incorporação que envolve um ciclo de demandas.

O que não está apresentado na holófrase pode ser entendido na observação de Freud, quando se surpreende com o jogo da criança que arremessa um carretel emitindo *Fort* (ir) e *Da* (ali) em função do aparecimento e desaparecimento e da posterior substituição do carretel pela sua própria imagem no espelho. Nesse jogo, não é o carretel que se torna objeto perdido; mais além é o sujeito que se torna perdido. O sujeito nasce do vazio constituído pela ausência, e o que a holófrase aponta é justamente uma ausência de intervalo significativo que precisa ser retomada como uma operação sem resto, pois o que vemos nos casos designados de autismos é que não opera a dessimetria própria à estruturação do sujeito na linguagem. Estudos em aquisição de linguagem que consideraram o que está além da máscara da comunicação também se referenciaram na constatação de processos dessimétricos. É o caso dos trabalhos de Pereira Castro sobre a argumentação na fala da criança:

Nesse trabalho tomo a disparidade do diálogo mãe (adulto)-criança como paradigma da não-conjunção pela visibilidade extrema da assimetria entre uma e outra, a começar pelo fato de que inicialmente só o adulto fala e fala pela criança, abrindo uma primeira questão para o investigador: qual o efeito da incidência da fala do outro sobre o corpo prematuro do infans? (2003, p. 39)

A questão da dessimetria é o que se apresenta nesses jogos de posição que o ato de negação institui; em que a criança toma a palavra que se apresenta no campo do Outro de forma singular. Um aprofundamento dessa questão, que desejo trabalhar futuramente, envolve a articulação do conceito de repetição e do Real na psicanálise, a partir de Lacan.

Conclu-INDO

Concluir um trabalho que tem como tema “interrogações” é um tanto quanto paradoxal, de modo que talvez se deva registrar que traçar algumas perspectivas de articulação entre a experiência e a teoria são para mim o maior ganho. Também tenho que dizer que a questão da negação possibilitou a abertura de um percurso com muitos desdobramentos quanto à estruturação subjetiva e que mantêm em andamento este trabalho. Nesse movimento, uma vez que o percurso não progride de forma linear, cada vez que retomo os pontos levantados minhas questões se deslocam. Não me é possível, portanto, fazer um fechamento do tema, tanto pelo momento no qual me encontro em relação a ele, quanto pela sua própria natureza, que precisa ser colocada em questão na singularidade de cada experiência. Assim, proponho-me aqui a retomar e abordar algumas questões que puderam ser trabalhadas e refletidas de forma mais unificada.

Primeiramente, importa destacar que a questão da negação ofereceu-se como uma possibilidade de articular minhas interrogações iniciais em relação ao autismo no tocante à denominada exclusão do Outro e às ecolalias que surgem quando se apresenta alguma verbalização. Como o interesse inicial era pensar a negação como ato, foi importante trazer a suposição da retração de um ato nos autismos, apresentada por Calligaris (1986). Essa retração está em consonância com o que é percebido na clínica, e cria uma possibilidade de refletir sobre a maneira peculiar como a fala pode se apresentar nesses casos em que aparece praticamente destituída de função.

A questão formulada a partir da negação levou-me a um momento na teorização de Freud em que se fez necessária a postulação da pulsão de morte e de um além do princípio do prazer. Em *Die Verneinung*, a origem da função intelectual é compreendida a partir dos impulsos instintuais primitivos, mas aponta que para pensar a relação entre as palavras e as coisas faz-se necessário supor a perda dos objetos que um dia ofereceram satisfação. A

negação tem que ser pensada tanto a partir do juízo de atribuição, quanto do de existência, e o que está articulado no movimento de negar não é a existência real de um objeto, mas um reencontro. Nesse ponto, a questão se amplia para a própria compreensão do funcionamento da linguagem e do inconsciente, o que levou a uma ampliação de minhas questões, tirando do ato de negação um enfoque mais específico. Embora tenha havido um enriquecimento nas possibilidades de fazer um percurso na teoria a partir de minhas questões clínicas, talvez tenha implicado certa mudança de eixo no trabalho.

O diálogo entre Lacan e Hyppolite e o retorno ao artigo de Freud colocou-se como um ponto de origem para pensar questões que envolviam não só a negação, mas a transferência e a angústia. Lacan dirige uma crítica a uma concepção de inconsciente e à chamada análise das resistências, revelando na *Verneinung* um fenômeno estruturante de qualquer revelação no diálogo, e o recalque que aí se apresenta mostra uma discordância entre significante e significado. A verdade é comunicada na linguagem do sujeito do inconsciente, isto é, em uma escansão suspensiva, em que a questão da transferência já é situada em relação à angústia.

Encontramos, nesse momento de Lacan, a articulação do apelo a partir da dessimetria que se apresenta entre afirmação e negação. Hyppolite destaca no artigo de Freud que a questão do dentro e do fora não está presente desde a origem, antes da distinção entre o si e o si mesmo operado por uma expulsão, que faz com que o que é estranho seja encontrado do lado de fora para, só depois, retornar como uma oposição. Esse movimento de expulsão do si mesmo é algo que parece não ter ocorrido nos autismos, e é isso que me faz interrogar o ato de negação, no sentido de me deslocar de uma compreensão no campo da patologia para a questão da estruturação do sujeito.

A partir do caso do *Homem dos Lobos*, a impossibilidade de apelo é entendida por Lacan como ausência de um significante que pudesse ser substituído por outro significante. A questão da antítese na fala apresenta-se como algo instaurado por uma especularidade, e quando ela é perdida manifesta-se um desfalecimento. Assim, o inconsciente não pode ser situado em

oposição ao consciente como um não-consciente, mas a partir do que surge na fala na forma de tropeço. A *Verneinung* impõe pensar o inconsciente como o que põe em função um desconhecimento, e o homem como ser que pergunta só pode ser entendido a partir de uma simbolização primordial – para Lacan (1954), na forma do que se renega haveria uma intersecção imediata do simbólico com o real.

No texto de Freud, Lacan encontra uma elaboração estruturalista, visto que entende que para o descobridor do inconsciente o princípio do prazer nunca é formulado sozinho. Para isso é importante perceber que se na denegação o recalque se mantém, mesmo depois de sua conscientização, é porque a realidade sexual se mantém como letra morta. Assim, algo deve ser pensado fora da captação imaginária do trauma primordial, que não pode ser entendido como recalque, mas como uma *Verwerfung* (foraclusão): retirada de uma parte do todo, algo que não pode ser formulado por um juízo de existência e é como se nunca tivesse existido – ponto que não pode ser desprezado na clínica com os autismos, que nos coloca questões diversas quanto ao que se pode entender no recalque.

A *Verwerfung* é a que corta pela raiz a *Bejahung*, o enraizamento do juízo atributivo, que é a própria condição para que o real se ofereça à revelação. O que advém dela, diferente do recalque, não se encontra na história do sujeito; de onde se entende que o que não vem à luz no simbólico reaparece no real. O real é entendido, nesse momento de Lacan, como algo suprimido dos limites do possível, subtraído das possibilidades da fala. Assim, o que se visa não é só a existência das coisas, mas algo que escapa ao princípio do prazer.

A questão da aproximação e da diferenciação do que seria a negatividade em Hegel e em Lacan pôde ser lida a partir do trabalho de Fernandes (2003) como relacionada à própria concepção de Outro. Para esse autor existe um ponto comum – uma presença se apresenta negativamente –, mas Hegel, diferente de Lacan, considera que o negativo está submetido à positividade. Ambos entendem o sujeito como histórico e o saber articulado como um lugar, como o saber de alguém (subjetivo), e que há uma determinação do sujeito pelo

Outro, um Outro que deseja e que é intrínseco à condição de linguagem; mas em Lacan a negatividade está articulada a uma falha, e o sujeito se constitui em um ponto de ignorância do Outro, que é o que deste se transmite como causa do desejo. Essas questões remetem ao Seminário 10 *A angústia*, salto teórico que foi importante para pensar o trabalho com crianças autistas, uma vez que, nesses casos, o que fracassa não é da ordem da transmissão de um saber, mas a própria negatividade não pode ser articulada se não puder ser encontrada uma falha no saber do Outro.

A questão da negatividade leva a pensar a estruturação do sujeito em torno de um vazio; vazio cuja condição já se apresenta na linguagem, no nível de sua sintaxe. A negação é o que o sujeito projeta atrás de seu ato como tendo sido; ou seja, supõe uma afirmação, mas afirmação de algo retirado do Real. Aqui percebemos uma possibilidade de pensar a inviabilização da retroação na fala ecológica dos autistas, em que nem a própria voz se apresenta como perdida. No ato de negação, a própria condição do sujeito dividido é articulada por um além, que se apresenta na suspensão *Aufhebung*. Dizer que uma idéia está em uma condição de ser negada quer dizer que ela pode ser retomada a partir do lugar do Outro.

Um aspecto fundamental às minhas interrogações sobre o autismo é que em Freud, no juízo de atribuição, a qualidade é expressa na linguagem das mais antigas moções pulsionais orais, transposta em um querer introduzir em mim e em um querer excluir de mim, em que percebemos uma articulação da linguagem ao ato de engolir e cuspir. Essas colocações só podem ser entendidas a partir da diferenciação de um ego prazer, da expulsão do que primeiro seria o idêntico. Aqui situo a questão da atividade oral em crianças autistas, interrogando em que medida esse objeto oral pode se incorporado ou projetado. Um melhor entendimento da questão levou a pensar a função de um corte significativo e sua relação com o *objeto a*, proposto em trabalhos posteriores de Lacan.

É a ausência de um corte significativo que percebemos na fala dos autistas, na qual as oposições fonemáticas não podem ser colocadas em

relação ao Outro, não funcionam como lei que inscreve o sujeito na linguagem, o que leva a supor que a separação do dentro e do fora só pode ser entendida a partir dessa mesma operação significativa. Para Lew (1980), o recorte significativo da realidade na *Verneinung* é feito pela via imaginária: ao mesmo tempo em que a representação intelectual se separa do afetivo, a ele se relaciona. A negação articula-se à expulsão, e é a expulsão que faz com que a afirmação seja da mesma forma que o sujeito. Vemos aí que todo o movimento de estruturação já se estabelece como uma retroação.

A partir da *Verneinung*, a defesa não pode ser considerada somente como patológica. No que é negado, desmentido ou posto como não existente encontramos a propriedade primeiríssima da linguagem: a conotação de presença e ausência. Para isso, porém, é necessário supor algo anterior à *Verneinung*, que não tenha um caráter de privação, mas de subtração, que se dá com a entrada do significante, o qual o sujeito tem que fazer entrar na sua história. Para ampliar o entendimento dessa afirmação e sua relação com o ato, tive que retomar as operações de alienação e separação.

Na lógica da alienação e separação, o sujeito é apresentado como produzido por seu enlaçamento na linguagem. A partir da lógica da reunião e da intersecção fica elucidado o modo como o significante surge primeiro no campo do Outro, onde se manifesta a pulsão parcial (sexual) pela via da falta e da pulsão de morte. Para Lacan, a reversão da pulsão não pode ser tomada a partir de uma ambivalência no campo do ódio e do amor, e é um corte significativo que inaugura a função topológica da borda, um processo produzido pela hiância e não pela reciprocidade. Um processo que é circular, mas dessimétrico.

Na alienação, o sujeito surge dividido: de um lado, como sentido; de outro lado, como afânise. Temos então uma escolha forçada que faz com que todo sentido apareça decepado de uma parte de não senso; qualquer escolha impõe uma operação que resulta em um “nem um, nem outro”. Dessa lógica desprende-se um fator letal, uma perda, que faz com que na segunda operação, a de separação, a criança suponha sua perda no Outro. Assim, uma escolha forçada revela-se um ato imposto ao sujeito, e é articulada por duas faltas. Esse

entendimento é fundamental para retomarmos a afirmação de Calligaris de que o autista tenta fazer com que um ato não funcione como uma renúncia.

A questão da renúncia à presença materna é algo tratado por Freud no *Fort-Da*; um jogo instituído pelo ato da criança, em que ela se encontra em um intervalo a partir da alternância presença-ausência. Esse jogo repete uma perda, impondo a necessidade de diferenciar perda de privação (frustração), para poder entender o próprio júbilo apresentado especialmente no ato de fazer o objeto ir embora. Um par significante possibilita que um objeto se apresente em um lugar de falta na mãe. Para Lacan, é nessa oposição fonemática que a criança introduz no simbólico o fenômeno de presença e ausência, tornando-se mestre da coisa, na medida em que a destrói; na linguagem, um objeto é relançado como perdido.

A relação do *Fort-Da* com a questão do ato de negação apresenta-se no fato de que nele percebemos que a voz, na provocação antecipadora da presença e da ausência, negativiza a força do desejo, tornando-se ela mesma seu próprio objeto. É a partir dessa negativização do símbolo que Lacan considera ser possível a introdução da recusa. Todavia, retomando a questão da alienação, diz que não é só da oposição pura e simples dos vocábulos que a criança retira sua essência repetitiva, mas de uma falta de escolha.

A partir dos trabalhos de Vorcaro (1999) e De Lemos (2001, 2002) pudemos retomar o tema da holófrase para mostrar que, diferente do que se apresenta no *Fort-Da*, um par significante pode se apresentar solidificado (em bloco), sem intervalo entre S_1 e S_2 , implicando a impossibilidade de retroação na fala quando não é possível o encontro de um lugar de falta no Outro.

Pensar o autismo a partir desse ponto em que se impõe ao sujeito uma escolha forçada, em que se inaugura uma perda, a perda do puro vivo, é bastante diferente de uma idéia, encontrada em alguns autores, de trauma prematuro motivado pela separação da mãe. O autismo apresenta-se como algo que evoca a compreensão da questão da dor na psicanálise e de sua relação com a linguagem. Questão que também fica iniciada neste trabalho.

O entendimento da função do *objeto a*, causa de desejo, revelou-se importante na compreensão do fato de nos autismos não se evidenciar a constituição de uma imagem, quando no plano projetivo o *objeto a* seria algo que não se projeta e que no fantasma corresponderia ao $-\varphi$. No trabalho de Bergés e Balbo (2002) sobre o transativismo, a questão do fantasma e do masoquismo primário aparece relacionada à função do desconhecimento no recalque. Penso que a partir da continuidade desses estudos poderei situar melhor a problemática da diferença entre autismo e a psicose em relação ao lugar do Outro; uma vez que o entendimento e a clínica do autismo envolvem a dificuldade de encontro de um ponto de falta, um ponto de falta significante.

O encontro de um ponto de falta é o que o ato de negação pode apresentar, pois nele o símbolo só preenche uma ausência de modo a presentificar o que não está ali. As questões apresentadas tiveram o sentido de refletir sobre a falta na relação do autista com o Outro, que me parece relacionada à impossibilidade de suportar uma presença sem um fundo de ausência. A partir daí podemos pensar essa atitude de exclusão relatada na clínica.

A fala ecológica pode ser de certa forma entendida, se pensamos nos primeiros pares de fonemas como não marcados por jogos que o bebê endereça a sua mãe sob um fundo de ausência; e isso implica que, como dizem os Vidal, para o autismo não há sede da pulsão, que responde pelo corte do significante sobre a superfície do corpo. Um primeiro ponto de corte seria sinalizado pela angústia e, portanto, a possibilidade de sua incidência na clínica com autismo precisa ser interrogada. Levantei neste trabalho a suposição da necessidade de inscrição de uma perda na direção do tratamento, apresentada a partir da questão do luto e da necessidade de a criança se situar como objeto perdido de gozo do Outro. Essas questões necessitam continuar sendo interrogadas a partir de um estudo mais amplo da teorização e da prática clínica com crianças autistas.

“–Psicóloga, tem uma coisa que você não sabe, um homem morreu”. E ao menos por um instante um não-saber se põe em jogo com a morte.

Levo adiante este trabalho tomando as palavras do poeta:

Ausência

Por muito tempo achei que a ausência é falta.
E lastimava, ignorante, a falta.
Hoje não a lastimo.
Não há falta na ausência.
A ausência é um estar em mim.
E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,
que rio e danço e invento exclamações alegres,
porque a ausência, essa ausência assimilada,
ninguém a rouba mais de mim.

Carlos Drummond de Andrade

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Carlos Drummond. *Corpo*, Rio de Janeiro, Editora Record, 1984

BERGÈS, Jean e BALBO, Gabriel. *Jogos de posições da mãe e da criança – Ensaio sobre o transitivismo*. Porto Alegre, CMC, 2002.

CALLIGARIS, Contardo. *Hipótese sobre o fantasma*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1986.

CARONE, Marilene. *A Negação: um claro enigma de Freud* – Tradução comentada do original alemão. *Revista Discurso*, S. Paulo, Editor Paulo Eduardo Arantes, nº. 15, Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1983.

DOLTO, Françoise. *Tudo é Linguagem*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

ERICSON, Nilza. O Autismo. *Letra Freudiana – O Autismo na estrutura* (entrevista com Rosine e Robert Lefort), Rio de Janeiro, Revinter, nº. 14, 1995, p. 139-144.

FERNANDES, Francisco Leonel. Sobre a negatividade no Seminário A angústia. In: *O Seminário de Lacan: travessia - A angústia*, *Revista Tempo Freudiano*, Rio de Janeiro, nº.2, out. 2003.

FERNANDES, Maria Helena. *Corpo – Coleção Clínica Psicanalítica*, São Paulo, Casa do Psicólogo, Vol. XXII, 2003.

FREUD, Sigmund. *A Negativa* (1925). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. XIX (1923-25), 1996. p. 263-269.

_____. *Além do princípio do prazer – Pequena coleção das obras de Freud*, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1975.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo* (parte II). Trad. Márcia de Sá Cavalcante, Petrópolis-RJ, Vozes, *Coleção Pensamento Humano*, 1986.

HYPOLITE, Jean. *Comentário falado sobre a “Verneinung” de Freud* (1954), Apêndice I - *Escritos Jacques Lacan*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

JERUSALINSKY, Alfredo. Psicose e Autismo na Infância – uma questão de Linguagem. In *Boletim número 9*, publicação interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, nov. 1993.

KANNER, Leo. Os Distúrbios Autísticos de Contato Afetivo. In *Autismos*, pp. 112-169, São Paulo, Escuta. Versão em português de Autistic disturbances of affective contact. *The nervous child*, 2, pp. 217-252. Trad. Franc. Rosenberg. *Neuropsychiatrie de l'enfant*, 38(1-2), 1990, pp 65-87.

KAUFMANN, Pierre (ed.). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o Legado de Freud e Lacan*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

KUYPERS, K. (org.). *Breve Enciclopédia de Filosofia y Psicologia*. Trad. para o espanhol de Jorge L. Garcia Venturini e Manuel Mercader, Buenos Aires, Carlos Lohlé, 1974.

LACAN, Jacques. *Os escritos técnicos de Freud (O Seminário I)*. Trad. Bethy Milan. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.

_____. *A relação de objeto (O Seminário IV)*. Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

_____. *A Angústia (Seminário X, 1962/3)*. Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1997.

_____. *A Identificação (Seminário IX, 1961/62)*. Trad. para uso dos grupos de estudo do CEF – Recife.

_____. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (Seminário XI)*. Trad. M.D.Magno, Rio de Janeiro, Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1979.

_____. *As formações do inconsciente (Seminário V)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

_____. *As Psicoses (Seminário III)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

_____. Conferencia em Genebra sobre el sintoma. In *Intervenciones y Textos 2*, Buenos Aires, Manantial, 1993.

LAPLANCHE, Jean e Pontalis J.B. *Vocabulário da Psicanálise*. 8ª edição, S. Paulo, Martins Fontes, 1985.709 p.

LAZNIK-PENOT, Maria-Christine (org.). *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas*. Salvador, Ágalma, *Coleção Psicanálise de Criança*, 1993.

LEFORT, Rosine. *Nascimento do Outro*. Salvador, Fator, *Biblioteca Freudiana Brasileira*, 1980.

_____ e Robert Lefort. O Autismo. In *Letra Freudiana – Resposta de Rosine e Robert Lefort*, Rio de Janeiro, Revinter, nº. 14, 1995. p. 146-148.

LEITE, Nina Virgínia de Araújo. Autismos. In *Estilos da Clínica*, S. Paulo: USP, v. IV, nº. 7, Instituto de Psicologia, 1999.

LE MOS, Claudia Thereza Guimarães de. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. In *Caderno de Estudos Lingüísticos* (42), Campinas, Unicamp junho/julho de 2002. p. 41-49.

_____ Sobre fragmentos e holófrases. In: *Anais 3 Col Lepsi IP/FE-USP*, São Paulo, outubro de 2001.

LEW, René. A denegação na obra de Freud. In: *Le Coq-Héron*, nº 55, Paris, 1976, Trad. David Lévy para a Revista da Escola Freudiana de São Paulo, 1980.

LIER-De-VITTO, Maria Francisca de A. F. A confluência língua-discurso nos monólogos da criança. S. Paulo: USP. In: *Lingüística*, Publicação da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina, v. 13, 2001. p. 81-96.

LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

PEREIRA de CASTRO, Maria Fausta. Argumentação na impossível simetria do diálogo: aquisição da linguagem em questão. In *Letras Hoje*, Porto Alegre, 2003.

_____. Entre aquele (a) que diz sim e aquele (a) que diz não: questões sobre a negação na construção da linguagem. *Revista DELTA*, S. Paulo, vol. 8, nº. especial, 1992.

_____. Ainda a negação: questões sobre a interpretação. In *Caderno de Estudos Lingüísticos* (29), Campinas, Unicamp, 1995.

POMMIER, Gerard. *O Nascimento do Real*. In: *O que é o Real*. Trad. Nina V. Leite para estudo no grupo de pesquisa SEMASOMa, IEL/Unicamp, 2004.

RABINOVICH, Diana S. *La angustia y el deseo del Otro*. Buenos Aires – Argentina, Manantial, 1993.

SCHAFFER, Margareth (org). *Constituição da Subjetividade: um estudo da negação no discurso do neurótico e do psicótico*. In *Letras de Hoje*, v. 34, n 2, p.127-168, Porto Alegre, Editora EDIPUCRS, 1999.

SOUZA, Paulo César. *As Palavras de Freud: O vocabulário freudiano e suas versões*. S. Paulo, Ática, 1998.

TUSTIN, Frances, *O Autismo. Letra Freudiana – Frances Tustin: escrito, carta, entrevista* (parte II), Rio de Janeiro, Revinter, nº. 14, 1995. p. 61-85.

_____. *Autismo e Psicose Infantil*, Rio de Janeiro, Imago, 1975.

VIDAL, Eduardo e Vidal, Maria Cristina. *O Autismo. Letra Freudiana – O que o Autista nos ensina*, Rio de Janeiro, Revinter, nº. 14, 1995.

VINHEIRO, Vera, *O Autismo. Letra Freudiana – Autismo e Psicose*, Rio de Janeiro, Revinter, nº. 14, 1995.

VORCARO, Angela. *Crianças na psicanálise*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1999.